

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**A QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA  
INCIDENTE E EFEITOS**

Patrícia Alexandra das Dores Alves

**DISSERTAÇÃO**

Mestrado em Direito  
Ciências Jurídico-Empresariais

2018

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



# **A QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA INCIDENTE E EFEITOS**

Patrícia Alexandra das Dores Alves

Dissertação orientada pelo Sr. Professor Doutor Rui Carlos Gonçalves Pinto

Mestrado em Direito  
Ciências Jurídico-Empresariais

2018

Aos meus pais,

*«Dahi segui a falar das quebras, não só do seu direito especial, senão do seu processo particular; materia sem duvida das mais espinhosas na jurisprudência mercantil (...). Aqui tomei dos codigos existentes, da nossa practica em Portugal, e da minha observação nos tribunais de Paris e Londres, o que me pareceu necessario para não confundir a desgraça casual com a premeditação dolosa, e para segurar, quanto possível, os direitos dos credores»* (Código Comercial de 1833, preâmbulo de Ferreira Borges).

Os meus sinceros agradecimentos ao Senhor Professor Doutor Rui Pinto pelos conselhos e ensinamentos que me transmitiu e pela cordialidade e disponibilidade reveladas desde o primeiro dia na orientação da presente dissertação.

## RESUMO

À qualificação da insolvência, enquanto instrumento legal destinado a averiguar se uma determinada situação de insolvência ocorreu de modo fortuito ou se, ao invés, foi criada ou agravada em consequência da atuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor, ou dos seus administradores, de direito ou de facto, tem sido atribuída relevância a nível doutrinal e jurisprudencial, no contexto da situação socioeconómica do nosso país e face às sucessivas alterações legislativas a que tem sido sujeito o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas. O instituto da qualificação da insolvência assume-se como fundamental para o bom funcionamento da economia, em especial a nível interno, mas também a nível internacional, atenta a globalização dos mercados. E encontra justificação, primacialmente, no interesse público, revelado na necessidade de, por um lado, prevenir condutas que coloquem em causa a segurança do comércio jurídico-económico e de, por outro, reprimir os comportamentos culposos conducentes à insolvência ou agravadores dessa situação. Em ordem a alcançar esse desiderato, a lei consagra a produção de efeitos substantivos como consequência da qualificação da insolvência como culposa, de natureza pessoal e de natureza patrimonial. O objetivo da presente dissertação consiste na realização de uma abordagem do instituto da qualificação da insolvência, seus incidentes e consequentes efeitos da insolvência culposa, com enfoque, de entre estes, na inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados. Por essencial, considerando que a imposição de efeitos substantivos decorrentes da insolvência culposa depende da existência de uma sentença qualificadora, observamos a tramitação legal dos incidentes de qualificação da insolvência e delimitamos os âmbitos subjetivo e objetivo da insolvência culposa. Apesar das modificações legislativas a que já foi sujeito o regime jurídico do instituto da qualificação da insolvência, persistem algumas complexidades, impulsionadoras de discussão doutrinal e jurisprudencial. A investigação efetuada leva-nos a defender a necessidade de, para além das propostas de interpretação que expusemos, sugerir a ponderação pelo legislador insolvencial de modificações ao regime jurídico em vigor, destinadas a torná-lo mais claro e isento de dúvidas ao intérprete/aplicador.

**Palavras-chave:** qualificação da insolvência; natureza jurídica; tramitação; insolvência culposa; efeitos da insolvência culposa

## ABSTRACT

Insolvency classification is a legal instrument aimed at ascertaining whether a particular insolvency situation occurred in a fortuitous manner or if, on the contrary, it was caused or deepened as a result of a guilty behaviour of the debtor or of the company's directors, both *de jure* and *de facto*. It's been under the eye of both doctrine and jurisprudence, due to the socio-economic crisis Portugal has undergone and to the continuous amendments to the Portuguese Insolvency Act. Insolvency classification is considered to be fundamental to the proper functioning of the economy, especially at a national level, but also at an international level, given the markets' globalization. It finds *prima facie* justification in public interest, revealed in the need, on the one hand, to prevent behaviours that might jeopardize the safety of juridical or economic commerce and, on the other hand, to restrain guilty behaviours that might cause or deepen an insolvency situation. In order to achieve this, the Portuguese Insolvency Act establishes substantive effects as consequences of a 'guilty insolvency', both of personal and patrimonial nature. The aim of this dissertation is to carry out an approach to the insolvency classification, its proceedings and the consequent effects of a 'guilty insolvency', focusing, among these, on the inhibition to trade and the disqualification as a director and to be eligible to be appointed as a director of certain governmental and/or public companies. As it is essential, considering that the enforcement of substantive effects as a consequence of a 'guilty insolvency' depends on the existence of a qualifying judgment, we analyze the legal proceedings leading to the classification of the insolvency and define the subjective and objective scopes of application of the 'guilty insolvency'. Despite the various amendments to the legal regime of insolvency classification, there remain some complexities that stimulate doctrinal and jurisprudential discussion. The research we have carried out leads us to argue the need, in addition to the recommendations of interpretation that we have set out, to suggest that the legislator should consider certain amendments to the legal regime in force, in order to make it clearer and doubt free to the interpreter/law administrator/enforcer.

**Keywords:** classification of insolvency; juridical nature; proceedings; 'guilty insolvency'; 'guilty insolvency' effects

## INTRODUÇÃO

Com a liberalização dos mercados internacionais e por força das sucessivas crises económico-financeiras que os têm atingido, verificou-se um incremento da ocorrência de situações de insolvência, quer de pessoas coletivas, quer, de igual modo, de pessoas singulares.

Intimamente ligada com o tema da insolvência surge a problemática da sua qualificação e, inevitavelmente, dos consequentes efeitos da insolvência culposa. Aliás, nas palavras de José António García-Cruces, «cualquier análisis del instituto de la calificación concursal há de afrontar el problema de los efectos que han de anudarse al juicio de reproche que en su sustanciación pueda merecer la conducta del deudor»<sup>1</sup>.

Constitui, assim, objetivo da presente dissertação a abordagem do instituto da qualificação da insolvência, seus incidentes e consequentes efeitos da insolvência culposa, em especial a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados.

Para o efeito, efetuamos uma pesquisa positiva, qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental, recorrendo à consulta de obras de referência, de publicações periódicas, de artigos científicos e de jurisprudência, bem como à utilização dos instrumentos legais pertinentes.

Para melhor compreensão do regime em vigor, importa, previamente, realizar um breve enquadramento histórico do direito falimentar.

O tratamento global da falência no direito português surge com a publicação do Código Comercial de 1833, a que se seguiram o Código Comercial de 1888, o Código de Falências de 1899, o Código de Processo Comercial de 1905, o Código de Falências de 1935, o CPC de 1939, o CPC de 1961, o CPEREF e, atualmente, o CIRE<sup>2</sup>.

Já no Código de Ferreira Borges se impunha a classificação da quebra, havendo essa previsão (e, mais tarde, a da classificação da falência) tido continuidade nos compêndios

---

<sup>1</sup> GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación del concurso*, in *La nueva Ley Concursal*, Revista del Poder Judicial, número monográfico, XVIII, dir. A. Rojo Fernández-Río, CGPJ, Madrid, 2004, págs. 483 e seguintes), disponível em: [http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/poderjudicial2004.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/poderjudicial2004.pdf) (acesso em 17/09/2017), pág. 30.

<sup>2</sup> Sobre a evolução do regime da falência/insolvência no direito português, vide FERNANDES, Luís Carvalho, *O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas na evolução do regime da falência no direito português*, in *Colectânea de Estudos sobre a Insolvência*, Lisboa, Quid Juris, 2009, págs. 43 e seguintes; SERRA, Catarina, *O Regime Português da Insolvência*, 5.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Almedina, 2012, págs. 19 e seguintes; MARTINS, Alexandre de Soveral, *Um curso de Direito da Insolvência*, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2016, págs. 18 e seguintes; LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito da Insolvência*, Lisboa, AAFDL Editora, 2017, págs. 63 e seguintes, e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito da Insolvência*, 7.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2017, págs. 47 e seguintes, CORDEIRO, António Menezes, *Introdução ao Direito da Insolvência*, in *O Direito*, ano 137.º, 2005, III, Coimbra, Almedina, págs. 465 a 506, MACEDO, Pedro de Sousa, *Manual de Direito da Falência*, Coimbra, Almedina, vols. I, 1964 e II, 1968.

legais que se lhe seguiram, demonstrando a preocupação por parte do legislador em verificar se na origem da situação de quebra/falência se encontrava uma atuação casual do devedor ou se, pelo contrário, aquela decorria de uma conduta culposa ou fraudulenta do falido. Distinguiam-se três tipos de quebra/falência, consoante as circunstâncias: casual, culposa e fraudulenta, atribuindo o legislador, até ao CPEREF, relevo de natureza penal ao comportamento do devedor.

Na segunda metade do século XX, o CPC de 1961 manteve, no essencial, o regime anterior, prevendo a classificação da insolvência. O DL n.º 400/82, de 23 de Setembro, que aprovou o CP de 1982, numa clara intenção do legislador de autonomizar o processamento da ação penal em matéria de falência, revogou, em parte, aquele regime, contemplando a regulamentação dos crimes de falência dolosa, de falência por negligência e de favorecimento de credores no CP. No CP em vigor mantém-se a previsão, entre os crimes de natureza patrimonial, dos crimes de insolvência dolosa, de insolvência negligente e de favorecimento de credores (artigos 227.º a 229.º-A).

Na senda da revogação dos artigos 1275.º a 1279.º do CPC de 1961, o legislador «expurga o CPEREF de matérias substantivas e processuais referentes às incidências penais da falência»<sup>3</sup>. Porém, deixou a lei falimentar de consagrar a possibilidade de classificar a falência, mas estabelecendo a aplicação direta e automática ao devedor da inibição para o exercício do comércio (artigo 148.º do CPEREF).

O DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, que alterou o CPEREF, propôs-se, no entanto, instituir «mecanismos de responsabilização solidária dos dirigentes das empresas que, por sua culposa actuação, tenham contribuído significativamente para a situação de insolvência daquelas» (cfr. preâmbulo do DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, parágrafo 13.º), designadamente aditando ao Código os artigos 126.º-A a 126.º-C (responsabilização solidária dos dirigentes, depósito do passivo a descoberto e falências conjuntas) e estendendo o âmbito subjetivo de aplicação da inibição para o exercício do comércio aos gerentes, administradores ou diretores a que se referem aqueles artigos (artigo 148.º, n.º 2)<sup>4</sup>.

O CIRE veio a ser aprovado pelo DL n.º 53/2004, de 18 de março, procedendo a uma reforma integral do direito falimentar nacional.

---

<sup>3</sup> Como anotam FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência Anotado*, 3.ª Edição (reimpressão), Lisboa, Quid Juris, 1999, págs. 518 e 520.

<sup>4</sup> Sobre as alterações ao CPEREF pelo DL n.º 315/98, de 20 de outubro, vide, designadamente, SERRA, Catarina, *Efeitos da declaração de falência sobre o falido (após a alteração do DL n.º 315/98, de 20 de outubro, ao Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência)*, in *Scientia Iuridica*, tomo XLVII, n.ºs 274/276, Jul/Dez 1998, págs. 267 e seguintes.



Uma das mais significativas inovações do CIRE em relação ao regime antecedente correspondeu à introdução no ordenamento jurídico português dos incidentes de qualificação da insolvência<sup>5</sup>.

O legislador nacional buscou, nesta matéria, inspiração na Ley Concursal espanhola – Ley 22/2003, de 9 de Julio, Concursal, publicada no BOE n.º 164, de 10/07/2003 (cfr. preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março) –, umas vezes decalcando as soluções daquela, outras inovando. De destacar, designadamente, a diferente regulamentação no CIRE e na LC no que respeita à abertura do incidente: no CIRE (e até à revisão operada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril) de carácter obrigatório, na LC dependente da verificação dos pressupostos ali previstos, com o propósito declarado de restringir a qualificação da insolvência às situações mais gravosas<sup>6</sup>.

À semelhança da congénere espanhola, o CIRE veio instituir incidentes destinados a apreciar se a situação de insolvência foi criada ou agravada em consequência de conduta dolosa ou com culpa grave do devedor e/ou seus administradores, de direito ou de facto, distinguindo dois tipos de insolvência: fortuita e culposa<sup>7</sup>.

De salientar, ainda, a circunstância de, na redação originária do CIRE, afastando-se aqui o legislador nacional quer do regime antecedente, quer do regime espanhol, não ter sido consagrada qualquer norma de responsabilização dos administradores do devedor.

A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, aprovada na sequência do *Memorandum of Understanding on Specific Economic Policy Conditionality*<sup>8</sup>, assinado pelo Governo Português em 17 de maio de 2011, procedeu a uma extensa revisão do regime insolvencial, estabelecendo como objetivo, entre outros, «o reforço da responsabilidade assacada aos devedores, bem como aos seus administradores de direito ou de facto no caso de estes terem sido causadores da situação de insolvência com culpa»<sup>9</sup>.

---

<sup>5</sup> Sobre as inovações em geral introduzidas pelo CIRE, vide CORDEIRO, António Menezes, *Perspetivas evolutivas do Direito da Insolvência*, in Revista de Direito das Sociedades, Ano IV (2012), n.º 3, Coimbra, Almedina, págs. 551 a 591. Vide também as Comunicações sobre o Anteprojecto de Código de José Lebre de Freitas, Catarina Serra, Rui Pinto Duarte, Luís Menezes Leitão, Maria José Costeira e Maria Manuel Leitão Marques/Catarina Frade, in *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004.

<sup>6</sup> Cfr. exposição de motivos da LC: «La Ley limita la formación de la sección de calificación a supuestos muy concretos: la aprobación de un convenio que, por cuantía de la quita o duración de la espera resulte especialmente gravoso para los acreedores, y la apertura de la liquidación».

<sup>7</sup> Para uma breve comparação entre os institutos da qualificação da insolvência e da *calificación del concurso*, vide SERRA, Catarina, «*Decoctor ergo fraudator*» — *A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções)*. Anotação ao Ac. do TRP de 7.1.2008, in Cadernos de Direito Privado n.º 21, Braga, Cejur, janeiro/março 2008, pág. 61/62.

<sup>8</sup> Memorando de entendimento sobre as condicionalidades de política económica (vulgo, Memorando da Troika).

<sup>9</sup> Cfr. Exposição de motivos da proposta de Lei n.º 39/XII, que alterou o CIRE, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetailheIniciativa.aspx?BID=36647>.

Como principais alterações a destacar, a que regressamos a propósito da tramitação dos incidentes de qualificação da insolvência e dos efeitos da insolvência culposa, encontramos: a transformação do incidente de qualificação da insolvência num incidente eventual (artigos 36.º, n.º 1, al. i), 39.º, n.º 1, 188.º, 232.º, n.º 5 e 233.º, n.º 6 do CIRE); a consagração da possibilidade de o juiz poder (e não dever) proferir decisão imediata nesse sentido em caso de concordância dos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público no sentido da qualificação da insolvência como fortuita (artigo 188.º, n.º 5, do CIRE); a ampliação do leque de pessoas que poderão ser afetadas pela qualificação da insolvência como culposa (artigo 189.º, n.º 2, al. a), do CIRE); a eliminação, por um lado, da sanção de inabilitação das pessoas afetadas pela qualificação da insolvência como culposa e a instituição, por outro, da sanção de inibição para administração do património de terceiros; e a previsão expressa, como efeito da qualificação da insolvência como culposa, da condenação das pessoas afetadas em indemnização no montante dos créditos não satisfeitos (artigo 189.º, n.º 2, al. e), do CIRE).

Recentemente, o DL n.º 79/2017, de 30 de junho, veio introduzir alterações ao CIRE, harmonizando-o com o CPC, adaptando-o ao Regulamento (UE) 2015/848 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de maio de 2015, relativo aos processos de insolvência, e implementando recomendações resultantes da avaliação prévia realizada junto dos operadores judiciais sobre o funcionamento de diversos institutos (cfr. preâmbulo do DL n.º 79/2017, de 30 de junho)<sup>10</sup>. No que aos incidentes de qualificação da insolvência concerne, o diploma em análise procedeu apenas a modificações cirúrgicas.

O instituto da qualificação da insolvência, relativamente recente na história do direito português, na realidade, apresenta complexidades e coloca dúvidas ao intérprete que urge apreciar e que têm fomentado análises doutrinárias e crítica jurisprudencial. Por relevantes, na presente dissertação, há que aflorar os efeitos decorrentes da qualificação da insolvência como culposa, em especial o que acima aludimos, para o que, necessariamente, porquanto dela dependentes, examinamos o percurso que culmina na sentença de qualificação da insolvência como culposa, designadamente observando a tramitação legal dos incidentes e delimitando os âmbitos subjetivo e objetivo da insolvência culposa.

A seleção desta temática para a análise que levamos a cabo fundou-se quer na relevância que lhe é atribuída a nível doutrinal e jurisprudencial, no contexto da situação

---

<sup>10</sup> Sobre o projeto de alteração do CIRE, vide PINTO, Rui, *Considerações gerais sobre a reforma – Resposta à consulta pública relativa ao projecto de decreto-lei que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in *Revista de Direito das Sociedades*, Ano IX, Número 1, Coimbra, Almedina, 2017, págs. 13-24.

socioeconómica do país, quer na atualidade das questões suscitadas, face às sucessivas alterações legislativas a que temos assistido.

Assim, procuramos responder às seguintes questões: por um lado, i) qual a natureza jurídica dos incidentes de qualificação da insolvência?; ii) como se tramitam os incidentes de qualificação da insolvência?; e iii) como se delimitam os âmbitos subjetivo e objetivo da insolvência culposa?; por outro lado, iv) que efeitos substantivos decorrem da qualificação da insolvência como culposa?; e, de entre estes, v) especificamente no que concerne à inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, v<sub>1</sub>) qual a natureza jurídica deste efeito?; v<sub>2</sub>) qual o seu âmbito de aplicação?; e v<sub>3</sub>) qual o regime jurídico aplicável?

A presente dissertação encontra-se estruturada do seguinte modo: na parte I, dividida em três capítulos, realizamos, no primeiro capítulo, o estudo da natureza jurídica dos incidentes de qualificação da insolvência; dedicamos o segundo capítulo à análise da tramitação dos incidentes de qualificação da insolvência, pleno e limitado, para após, no terceiro capítulo, examinarmos a noção de insolvência culposa e os respetivos âmbitos subjetivo e objetivo. Na parte II, dividida em dois capítulos, apreciamos os efeitos da qualificação da insolvência como culposa. Iniciamos o primeiro capítulo com a apresentação de considerações gerais. Em seguida, efetuamos uma breve abordagem acerca da inibição para administrar património de terceiros, enquanto efeito pessoal da insolvência culposa, e dos efeitos patrimoniais da insolvência culposa – a perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente e a responsabilidade civil pela insolvência culposa. No segundo capítulo, aprofundamos a investigação sobre o segundo de entre os efeitos pessoais da qualificação da insolvência como culposa – a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados –, opção motivada pela diversa natureza em relação ao regime antecedente e pela gravidade da medida na esfera jurídica das pessoas afetadas. Assim, após breves considerações de índole geral, incidimos sobre a análise da natureza jurídica deste efeito da insolvência culposa, definimos os respetivos âmbito objetivo e subjetivo e traçamos o regime jurídico a que obedece a sua aplicação. Por fim, apresentamos as nossas conclusões<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Excluem-se do objeto desta investigação, designadamente, a análise dos efeitos penais da insolvência; a apreciação dos efeitos da sentença qualificadora da insolvência nas causas penais e nas ações a que se reporta o n.º 3 do artigo 83.º do CIRE, o estudo da responsabilidade dos administradores ou gerentes perante a sociedade, os trabalhadores e outros terceiros, da responsabilidade dos administradores de instituições financeiras e da responsabilidade dos administradores ou gerentes pelo atraso ou falta de apresentação à insolvência.

**PARTE I – DOS INCIDENTES DE QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA**

## CAPÍTULO 1 – NATUREZA JURÍDICA

Os incidentes de qualificação da insolvência foram consagrados no CIRE, com o objetivo expresso de «obtenção de uma maior e mais eficaz responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas colectivas»<sup>12</sup>, justificando-se que «as finalidades do processo de insolvência e, antes ainda, o próprio propósito de evitar insolvências fraudulentas ou dolosas, seriam seriamente prejudicados se aos administradores das empresas, de direito ou de facto, não sobreviessem quaisquer consequências sempre que estes hajam contribuído para tais situações. A coberto do expediente técnico da personalidade jurídica colectiva, seria possível praticar incolumemente os mais variados actos prejudiciais para os credores»<sup>13</sup>.

Constata-se, assim, que, subjacente à instituição destes «novos» incidentes, esteve na *mens legislatoris* uma dupla intenção: por um lado, a prevenção de condutas que coloquem em causa a segurança do comércio jurídico-económico; por outro lado, a repressão dos comportamentos culposos conducentes à insolvência ou agravadores dessa situação.

Para tanto, a lei consagrou a produção de efeitos sobre as pessoas afetadas pela qualificação da insolvência como culposa, de natureza pessoal (a inibição para a administração do património de terceiros e a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados) e de natureza patrimonial (a perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente e a responsabilidade concursal).

Estes efeitos caracterizam-se por serem desvantajosos para os responsáveis pela infração de deveres relativos à gestão do património ou à condução da situação de insolvência<sup>14</sup>.

Pese embora a lei faça incidir sobre os responsáveis pela criação ou agravamento da situação de insolvência consequências com reflexos na esfera jurídico-patrimonial destes e que poderão vir a beneficiar a massa insolvente e, subsequentemente, os interesses privados dos credores prejudicados com a insolvência do devedor, é de salientar, na previsão legal dos incidentes de qualificação da insolvência, a preponderância do interesse público, quer de proteção do crédito e da segurança do comércio jurídico-económico, quer da correta

---

<sup>12</sup> CASTRO, Carlos Osório de, *Preâmbulo não publicado do Decreto-Lei que aprova o Código*, in Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pág. 229. Cfr. também o preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março.

<sup>13</sup> Idem, pág. 229. Cfr. também o preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março.

<sup>14</sup> Cfr. PLAZAS, José Machado, *El concurso de acreedores culpable — calificación y responsabilidad concursal*, Navarra, Thomson-Civitas, 2006, pág. 67.

administração de patrimónios<sup>15</sup>, que justifica a imposição de efeitos substantivos como consequência da insolvência culposa. Estamos, aqui, perante um bem jurídico protegido dual: tutela-se, por um lado, o interesse público da segurança e confiança do tráfego económico e comercial e, por outro, o património dos credores<sup>16</sup>.

No que respeita à versão originária do CIRE, podemos afirmar que os incidentes de qualificação da insolvência assumiam, seguramente, natureza sancionatória<sup>17</sup>, revelando-se na aplicação de sanções civis aos responsáveis pela criação ou agravamento da situação de insolvência, com finalidades preventivas e repressivas<sup>18</sup>.

Na atual redação do Código, com a introdução, entre os efeitos patrimoniais da insolvência culposa, da responsabilidade insolvencial (artigo 189.º, n.º 2, e), do CIRE), questiona-se se aos incidentes de qualificação da insolvência haverá que atribuir-se, também, face à extensão daquele efeito, natureza ressarcitória.

No entanto, pese embora o carácter aparentemente compensatório do efeito patrimonial da insolvência culposa previsto na al. e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE, certo é que este surge limitado na medida em que as pessoas afetadas pela insolvência culposa serão

---

<sup>15</sup> Quanto ao interesse na correta administração de patrimónios, como assinala José Machado Plazas, *idem*, pág. 67.

<sup>16</sup> Cfr. OLIVEIRA, Rui Estrela de, *Uma brevíssima incursão pelos incidentes de qualificação da insolvência*, in Revista Julgar n.º 11 (maio-agosto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010, págs. 211 e 245. Na doutrina espanhola, José Machado Plazas (ob. cit., pág. 67) identifica como bem jurídico protegido a capacidade patrimonial, nas vertentes de regular administração patrimonial e de leal e diligente conduta processual durante a insolvência: «(...) el bien jurídico u objeto protegido es la *regular administración patrimonial*; y (...) la *leal y diligente conducta procesal* durante el concurso. (...) se trata de proteger un bien último, la *capacidad patrimonial*, esto es, la posibilidad de que unos concretos activos puedan cubrir y satisfacer en el mayor grado posible a sus correspondientes pasivos».

<sup>17</sup> Inclusive, a sanção de carácter patrimonial prevista na al. d) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE, apesar de da sua aplicação poder resultar benefício para os credores abrangidos pela insolvência, destinava-se, primordialmente, a penalizar os responsáveis pela causação ou agravamento da insolvência. A doutrina portuguesa, ao contrário da espanhola, não se tem ocupado do estudo da natureza jurídica deste instituto, como sublinha BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade Patrimonial e Insolvência Culposa (Da Falência Punitiva à Insolvência Reconstitutiva)*, Coimbra, Almedina, 2015, pág. 38. Na doutrina espanhola, discutindo a natureza jurídica da qualificação da insolvência vide, designadamente, PLAZAS, José Machado, ob. cit., págs. 66 e seguintes, GARCÍA-CRUCES, José António, *El problema de la represión de la conducta del deudor común*, in La Reforma de la Legislación Concursal, dir. A. Rojo Fernández-Rfo, ed. Marcial Pons, Madrid – Registradores de España, 2003, págs 247-321, disponível em:

[http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/problemadelarepresondelaconducta.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/problemadelarepresondelaconducta.pdf) (acesso em 17/09/2017), págs. 37 e seguintes, e GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., págs. 30 e seguintes.

<sup>18</sup> Nas palavras de José Engrácia Antunes (in *O âmbito subjectivo do incidente de qualificação da insolvência*, in Revista de Direito da Insolvência, Número 1, Coimbra, Almedina, 2017, pág. 79), instituição de medidas de natureza preventiva ou cautelar e de medidas de natureza repressiva ou sancionatória destinadas, as primeiras, «a proteger essencialmente os interesses gerais da segurança do tráfico jurídico e económico mediante o saneamento da vida empresarial de agentes comprovadamente indesejáveis» e, as segundas, «a proteger os interesses dos credores insolvenciais mediante a responsabilização patrimonial dos sujeitos que criaram ou contribuíram culposamente para a situação de insolvência do devedor». Sobre a natureza punitiva dos efeitos da insolvência culposa, vide SERRA, Catarina, *«Decoctor...»*, ob. cit., pág. 59.

responsáveis apenas pelo pagamento dos créditos não satisfeitos do devedor, discutindo-se, como tal, a natureza da indemnização ali prevista<sup>19</sup>.

Face à restrição legalmente prevista, parece dever entender-se que o legislador pretendeu, ao invés de compensar os credores pelos prejuízos eventualmente sofridos em virtude da insolvência culposa do devedor, pois que limita a responsabilidade aos créditos não satisfeitos, penalizar as pessoas afetadas pela insolvência culposa, fazendo responder os seus patrimónios pelas dívidas do insolvente e, no fundo, estendendo o leque de responsáveis pela satisfação do passivo<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Embora não constitua objeto deste estudo a análise da natureza jurídica da responsabilidade insolvencial, por importante, anota-se que a doutrina discute se a indemnização a que haverá lugar na sequência da qualificação da insolvência como culposa terá natureza sancionatória (por não se exigir a verificação do nexo causal entre o comportamento culposos e os prejuízos sofridos pelos credores e a responsabilidade abranger a totalidade do passivo) ou ressarcitória (exigindo-se a demonstração do nexo causal e dependendo a responsabilidade da medida do prejuízo causado no património do insolvente). Vide, a este propósito, BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade...*, ob. cit., págs. 42 e seguintes, RIBEIRO, Maria de Fátima, *Responsabilidade dos administradores pela insolvência: evolução dos direitos português e espanhol*, in *Direito das Sociedades em Revista*, Ano 7, Vol. 14, Coimbra, Almedina, 2015, págs. 97 e seguintes, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa e responsabilidade dos administradores na Lei n.º 16/2012, de 20 de abril*, in *I Congresso de Direito da Insolvência* (coordenação: Catarina Serra), Coimbra, Almedina, 2013, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2016, págs. 140-142, OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, *Responsabilidade Civil dos Administradores – entre direito civil, direito das sociedades e direito da insolvência*, Coimbra, Coimbra Editora, 2015, pág. 216 e seguintes, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., págs. 204 e seguintes, DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade dos administradores: coordenação dos regimes do Código das Sociedades Comerciais e do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in *III Congresso de Direito da Insolvência* (coord. Catarina Serra), Coimbra, Almedina, 2015, págs. 164-166, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., págs. 430 e seguintes. Na doutrina espanhola, que se tem preocupado amplamente com a discussão da natureza jurídica da responsabilidade concursal, vide, designadamente, CABANILLAS, Lourdes Garnacho, *La naturaleza jurídica de la responsabilidad concursal ex artículo 172 bis LC*, Documentos de Trabajo del Departamento de Derecho Mercantil, Universidade Complutense de Madrid, março 2013, disponível em [http://eprints.ucm.es/20439/1/Garnacho\\_art-2\\_172\\_bis\\_LC.pdf](http://eprints.ucm.es/20439/1/Garnacho_art-2_172_bis_LC.pdf) (acesso em 27/10/2017), DELGADO, Carlos Nieto, *Calificación: Aspectos Procesales e internacionales*, in *Guías Concursales*, Enero 2017, Consejo General de Economistas – Refor Expertos em Economía Forense, disponível em: <https://www.economistas.es/contenido/REFor/Guias%20concursoales/5-CALIFICACION%20ASPECTOS%20PROCESALES%20E%20INTERNACIONALES%20Carlos%20Nieto.pdf> (acesso em 10/10/2017), em especial págs. 43 e seguintes, GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidad concursal*, Zaragoza, 2009, disponível em: [http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/laResponsabilidaddelosAdministradores.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/laResponsabilidaddelosAdministradores.pdf) (acesso em 09/10/2017), págs. 11 e seguintes, GARCÍA-VILLARRUBIA, Manuel, *Dos problemas de calificación a consecuencia de la introducción del vínculo causal en el art. 172 bis*, in *Revista de Derecho Mercantil*, n.º 48, 2017, disponível em: <http://www.uria.com/es/publicaciones/articulos-juridicos.html?id=5176&pub=Publicacion&tipo=> (acesso em 24/10/2017), MADRID, Carlos Romero Sanz de, *La calificación en el concurso de acreedores*, Barcelona, Editorial Bosch, 2014, págs. 382 e seguintes, e VARONA, Javier Arias, *Instituciones Preconcursoales. Responsabilidad de administradores sociales y concurso. ¿Dónde está y hacia donde se dirige el derecho español?*, *Revista e-Mercatoria*, Volumen 10, número 2 (julio-diciembre 2011), disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1987238> (acesso em 27/11/2015), págs. 225 e seguintes.

<sup>20</sup> Acompanhamos, neste aspeto, a posição assumida por BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 40, nota 75.

Concluímos, deste modo, que os incidentes de qualificação da insolvência, constituindo, claramente, um instituto civil<sup>21</sup>, têm, no essencial, natureza sancionatória, sem embargo de revestirem, ainda, carácter preventivo ou de proteção do tráfego jurídico.

Analisada a natureza jurídica dos incidentes de qualificação da insolvência, no capítulo seguinte, atenta a sua complexidade e ambiguidade e relevância para as partes envolvidas, examinamos o regime processual dos incidentes de qualificação da insolvência.

---

<sup>21</sup> Como o revela a segunda parte do artigo 185.º do CIRE.



## CAPÍTULO 2 - TRAMITAÇÃO DOS INCIDENTES DE QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA

### 2.1. Tipos de incidente

A regulamentação jurídica dos incidentes de qualificação da insolvência encontra-se patente no título VIII do CIRE<sup>22</sup> que, por seu turno, se mostra organizado em três capítulos: o primeiro enquadrando os tipos de insolvência e definindo o conceito de insolvência culposa, o segundo e o terceiro estatuidando o regime legal dos incidentes de qualificação da insolvência propriamente ditos.

Destinam-se os incidentes de qualificação da insolvência a averiguar se uma determinada situação de insolvência ocorreu de modo fortuito ou se, ao invés, foi criada ou agravada em consequência da atuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor, ou dos seus administradores, de direito ou de facto, no período de três anos que haja antecedido o início do processo de insolvência (artigos 185.º e 186.º, n.º 1, do CIRE)<sup>23</sup>.

Exceção a este regime é estabelecida no artigo 295.º, al. b), do CIRE, que dispõe que, em processo particular de insolvência, a insolvência não é objeto de qualificação como fortuita ou culposa.

A lei insolvencial estabelece dois tipos de incidentes de qualificação da insolvência. Por um lado, o incidente pleno de qualificação da insolvência que, no fundo, constitui o regime regra, previsto nos artigos 188.º e 189.º do CIRE<sup>24</sup>. Por outro lado, o incidente limitado de qualificação da insolvência, aplicável apenas nos casos previstos no n.º 1 do artigo 39.º e no n.º 5 do artigo 232.º, do CIRE (regulado no artigo 191.º do referido compêndio legal).

A fixação do carácter dos incidentes de qualificação da insolvência - pleno ou limitado - é efetuada pelo juiz na decisão de abertura do incidente<sup>25</sup>, opção que terá efeitos de natureza substantiva e processual<sup>26</sup>.

---

<sup>22</sup> Na redação introduzida pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, imediatamente aplicável, aliás, aos processos pendentes à data da sua entrada em vigor (artigo 6.º, n.º 1, do citado diploma legal), à qual iremos atender na análise que se seguirá.

<sup>23</sup> Por intermédio de um processo judicial que corre por apenso ao processo de insolvência e assume carácter urgente (artigos 9.º, n.º 1, 132.º aplicável *ex vi* 188.º, n.º 8, 188.º, n.º 1, e 191.º, n.º 1, do CIRE).

<sup>24</sup> Definindo-se o seu âmbito por exclusão de partes, em face da articulação entre os artigos 188.º e 191.º do CIRE (FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação da insolvência e a administração da massa insolvente pelo devedor*, Colectânea de Estudos sobre a Insolvência, Lisboa, Quid Juris, 2009, pág. 254, e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.ª Edição, Lisboa, Quid Juris, 2013, pág. 725).

<sup>25</sup> Face ao disposto no artigo 36.º, n.º 1, al. i), do CIRE, embora os artigos 188.º e 189.º do mesmo Código não o exijam expressamente (EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 127, nota 400, e ANTUNES, José

Analisemos, então, a tramitação legalmente estabelecida para cada um dos tipos de incidente de qualificação da insolvência.

## **2.2. Incidente pleno de qualificação da insolvência**

### **2.2.1. Abertura do incidente**

O incidente de qualificação da insolvência, com carácter pleno, pode ser declarado aberto pelo juiz aquando da prolação da sentença de declaração da insolvência, caso disponha de elementos que justifiquem a abertura do incidente, oficiosamente ou a requerimento do requerente da insolvência (artigo 36.º, n.º 1, al. i), do CIRE)<sup>27</sup>. Assim, poderá fazê-lo caso dos autos resultem indícios suficientemente fortes de que a insolvência será culposa<sup>28</sup>. Nesse caso, deverá o juiz, na sentença, identificar os elementos que entende justificarem a abertura do incidente e fundamentar a decisão de abertura, nos termos dos artigos 154.º e 607.º do CPC, aplicáveis *ex vi* do artigo 17.º do CIRE<sup>29</sup>.

---

Engrácia, *O âmbito subjectivo do incidente de qualificação da insolvência*, in Revista de Direito da Insolvência, Número 1, Coimbra, Almedina, 2017, pág. 87).

<sup>26</sup> Vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 127, nota 401.

<sup>27</sup> Caso não haja lugar à abertura do incidente nesse momento, ou posteriormente, aquando da prolação do despacho de encerramento do processo, previsto no artigo 230.º do CIRE, o juiz deverá declarar expressamente o carácter fortuito da insolvência (artigo 233.º, n.º 6, do CIRE), preceito que não é isento de críticas atenta a circunstância de constituir uma decisão tabelar, sem qualquer alegação de factos, produção e apreciação de prova (como sublinha EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente de qualificação da insolvência*, in *Insolvência e Processo Especial de Revitalização*, março de 2017, pág. 84, comunicação em vídeo, disponível em: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb\\_Insolvencia\\_Revitalizacao.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Insolvencia_Revitalizacao.pdf) e <https://educast.fcen.pt/vod/clips/1fksvubsmh/flash.html>, acesso em: 18/09/2017). O incidente de qualificação da insolvência passou, assim, a assumir natureza não obrigatória ou eventual, por força da alteração legislativa introduzida pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, ao CIRE. No sentido de que a opção legislativa introduzida pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, alterando o carácter do incidente de qualificação da insolvência de obrigatório para facultativo, mas permitindo ao juiz, logo na sentença, determinar a abertura do incidente, introduziu um fator de perturbação na fase inicial do processo que, até então, corria com simplicidade e celeridade, em virtude de as partes poderem pretender, nessa fase inicial, fazer prova relativamente aos indícios relevantes para efeitos de qualificação da insolvência, vide COSTEIRA, Maria José, *A insolvência de pessoas coletivas – efeitos no insolvente e na pessoa dos administradores*, in Revista Julgar n.º 18, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 169. Justificando a alteração do regime legal com o reconhecimento de que o incidente nem sempre era útil, devido à dificuldade de prova dos comportamentos culposos, vide SERRA, Catarina, *Amendments to the portuguese Insolvency Act*, Eurofenix Autumn 2012, disponível em [www.insol-europe.org/download/documents/445](http://www.insol-europe.org/download/documents/445) (acesso em 28/10/2016). Criticando o fim da obrigatoriedade formal do incidente, vide BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 60.

<sup>28</sup> Como refere, com razão, Maria do Rosário Epifânio (in EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 148, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 73. Para além do exemplo apontado por esta autora, anotamos também o caso da alínea b) do n.º 3 do artigo 186.º, do CIRE.

<sup>29</sup> Frisando a necessidade de apresentação pelo juiz dos fundamentos em que baseia a abertura do incidente de qualificação da insolvência, posição com a qual concordamos, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 402. Maria do Rosário Epifânio critica a solução legal, notando que «(i)mpõe-se aqui um pré-juízo, que poderá ser excessivamente oneroso para o juiz e que poderá constituir um desincentivo à atividade probatória dos interessados (prevista no art. 188.º)», in EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 149 e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 73. Em sentido aparentemente concordante, vide também Maria José Costeira (in COSTEIRA, Maria José, *A insolvência...*, ob. cit., pág. 169) que escreve ser «pouco curial que quem decide seja quem, já em momento anterior, tomou posição sobre a questão decidenda».

Se inexistirem elementos que justifiquem a abertura do incidente, o juiz deverá omitir a referência ao incidente, sem necessidade de fundamentação<sup>30</sup>.

Caso o devedor insolvente já haja sido declarado como tal em processo de insolvência anteriormente encerrado, só é admissível a abertura do incidente de qualificação da insolvência se, naquele outro processo, não tiver sido aberto o incidente por ter sido aprovado plano de pagamentos aos credores, ou se se provar que a situação de insolvência não se manteve ininterruptamente desde a data da sentença de declaração anterior (artigos 36.º, n.º 1, al. i), *in fine*, e 187.º, do CIRE)<sup>31</sup>.

Não sendo o incidente de qualificação da insolvência declarado aberto na sentença de declaração da insolvência, estatui o artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, que «(a)té 15 dias após a assembleia de apreciação do relatório ou, no caso de dispensa da realização desta, após a junção aos autos do relatório a que se refere o artigo 155.º, o administrador da insolvência ou qualquer interessado pode alegar, fundamentadamente, por escrito, em requerimento autuado por apenso, o que tiver por conveniente para efeito da qualificação da insolvência como culposa e indicar as pessoas que devem ser afetadas por tal qualificação, cabendo ao juiz conhecer dos factos alegados e, se o considerar oportuno, declarar aberto o incidente de qualificação da insolvência, nos 10 dias subsequentes»<sup>32</sup>.

De acordo com este preceito legal têm legitimidade para requerer a qualificação da insolvência e para indicar as pessoas que devem ser afetadas por tal qualificação, o administrador da insolvência e qualquer interessado. Na noção de interessado compreendem-

---

Ousamos, porém, discordar com a posição assumida por ambas as autoras por entendermos que está aqui em causa uma decisão liminar, que, como tal, não implica um pré-juízo sobre a qualificação, mas antes a mera averiguação perfunctória pelo juiz dos elementos ao dispor no processo.

<sup>30</sup> Exceto, se o requerente da insolvência houver, desde logo, deduzido esse pedido em sede de articulado inicial (vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 148/149, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 84 e comunicação em vídeo).

<sup>31</sup> Exclui-se, assim, a dupla punição em obediência ao princípio *non bis in idem*: vide LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 284; PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Coimbra, Almedina, 2013, pág. 516; e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 722. Estes últimos autores defendem uma interpretação restritiva do preceito, de modo a que seja admissível a abertura de novo incidente para abranger pessoas diferentes das envolvidas no incidente anterior ou comportamentos posteriores do devedor e outros sujeitos abrangidos no incidente inicial (ob. cit., pág. 722/723).

<sup>32</sup> Defendendo que, haja o incidente de qualificação da insolvência sido declarado aberto em sede de sentença ou na sequência de requerimento apresentado nos termos do n.º 1 do artigo 188.º do CIRE, podem os interessados (que não desencadearam o incidente) apresentar alegações, fundamentadas, por escrito, para efeitos da qualificação da insolvência como culposa e indicar as pessoas que devem ser afetadas pela qualificação, atendendo a que a razão de ser deste preceito se consubstancia não só em carrear para os autos elementos que determinem a abertura do incidente, caso não haja sido aberto na sentença de declaração da insolvência, mas, essencialmente, contribuir para a qualificação da insolvência como culposa e identificação das pessoas a afetar, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013; em sentido concordante, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 151, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., págs. 74/75.

se, naturalmente, os credores da insolvência (incluindo os que integrarem a lista de credores reconhecidos elaborada pelo administrador da insolvência e homologada pelo juiz – artigo 129.º do CIRE – e os reconhecidos ulteriormente – artigo 146.º do CIRE). Incluem-se, igualmente, os restantes legitimados para intentar a ação de insolvência, nos termos do artigo 20.º do CIRE<sup>33</sup>. Admitimos, ainda, a extensão da qualidade de interessados, para este efeito, àqueles que, não sendo credores, demonstrem interesse legítimo no sentido da qualificação da insolvência como culposa<sup>34</sup>, como, a título de exemplo, os titulares do direito à restituição e/ou à separação de bens.

As alegações a apresentar ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 188.º do CIRE deverão compreender, por um lado, a alegação dos concretos factos que, no entender do apresentante, permitirão concluir pela qualificação da insolvência como culposa e, por outro lado, a indicação das pessoas que devem ser afetadas por tal qualificação, devendo, naturalmente, ser acompanhadas de prova que as sustente.

Perante o requerimento apresentado ao abrigo da norma acima transcrita, quer haja sido apresentado pelo administrador da insolvência, quer por qualquer interessado, ao juiz incumbirá apreciar liminarmente os factos alegados e as provas juntas ao requerimento. E, nesse momento, poderá (ou deverá), se for caso disso, convidar o apresentante a suprir as insuficiências ou imprecisões na exposição ou concretização da matéria de facto alegada, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 188.º, n.º 8, e 136.º, n.º 3, do CIRE e 5.º, 6.º e 590.º, n.ºs 2 e 4, do CPC (aplicáveis *ex vi* do artigo 17.º do CIRE)<sup>35</sup>.

---

<sup>33</sup> FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 255, nota 11. Atribuindo legitimidade para apresentação do requerimento a que alude o artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, também aos credores da massa insolvente, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 406, nota 15, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit. pág. 84 e comunicação em vídeo. No regime espanhol, atribuindo também legitimidade aos credores da massa, vide DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., pág. 33.

<sup>34</sup> Acompanhamos, aqui, a posição assumida por OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 216/217. Citando como exemplos de pessoas que poderão ter interesse legítimo na qualificação da insolvência como culposa: os credores comuns ou subordinados que, por qualquer razão, não hajam sido reconhecidos como tal, os sócios ou acionistas da pessoa coletiva declarada insolvente, os trabalhadores, e representantes dos mesmos, e o cônjuge, em caso de insolvência de pessoa casada, vide GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, – *La calificación del concurso tras la reforma introducida en la ley concursal por la ley 38/2011*, in Pecvnía, núm. 14 (enero-junio 2012), págs. 145-168, disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4132013.pdf> (acesso em 24/02/2016), pág. 163. Vide também DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., pág. 33. Lamentamos que o legislador nacional não tenha aqui seguido a LC em que se inspirou e, ao invés de optar pelo conceito genérico de interessado, não haja atribuído, de forma expressa e sem margem para dúvidas, legitimidade aos credores e a quem demonstre interesse legítimo (art. 168.º, 1, da LC).

<sup>35</sup> Seguimos, aqui, o entendimento perfilhado por Rui Estrela de Oliveira (cfr. OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 215), ainda mais cimentado após a revisão operada ao CPC pelo DL n.º 41/2013, de 26 de junho, que veio reforçar os poderes de direção, agilização e adequação da tramitação do processo pelo juiz e privilegiar o mérito e a substância sobre questões de forma (cfr. exposição de motivos da Proposta de Lei n.º 113/XII, disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalleIniciativa.aspx?BID=37372>).

Feita a referida apreciação liminar, incumbe ao juiz, caso entenda dispor de elementos que justifiquem a abertura do incidente, proferir decisão fundamentada, declarando aberto o incidente, num juízo da adequação dos factos alegados a, uma vez provados, virem a suportar uma decisão de qualificação da insolvência como culposa<sup>36</sup>. Esta decisão, em tudo semelhante à prevista no artigo 590.º, n.º 1, do CPC, não comporta um pré-juízo sobre a própria qualificação ou sobre a afetação proposta, pese embora o elemento literal da norma.

O despacho que declara aberto o incidente de qualificação da insolvência é irrecorrível, sendo objeto de publicação imediata no portal *Citius* (artigo 188.º, n.º 2, do CIRE). O despacho que indefira o requerimento de abertura do incidente é recorrível nos termos gerais (artigo 12.º do CIRE e artigos 627.º e 629.º do CPC, estes aplicáveis *ex vi* do artigo 17.º do CIRE)<sup>37</sup>.

A regulamentação legal da abertura do incidente de qualificação da insolvência coloca-nos duas questões.

A primeira: a de saber se o juiz, que não haja declarado aberto o incidente em sede de sentença, o poderá efetuar, oficiosamente, nos termos do artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, ante a ausência de requerimento nesse sentido. Propendemos para a resposta positiva. Embora a lei não preveja expressamente essa faculdade na ausência de alegações dos interessados, não podemos deixar de entender que, resultando do processo elementos que justifiquem a abertura do incidente, o juiz pode, oficiosamente, determiná-la, desde logo em face do princípio do inquisitório (plasmado no artigo 11.º do CIRE), pois nenhuma razão permite defender que na fase inicial do processo ao juiz seja concedida essa faculdade e que lhe seja vedada em momento posterior<sup>38</sup>. Aliás, após a apresentação do relatório a que alude o artigo 155.º do CIRE ou na sequência da assembleia de credores convocada para apreciação daquele podem surgir elementos que não eram evidentes à data da prolação da sentença de declaração da insolvência. Acresce que pode, ainda, no decurso do processo, ocorrer violação por parte do devedor, seus administradores e/ou membros dos seus órgãos de fiscalização, dos deveres a

---

<sup>36</sup> Nota, no nosso entender, com razão MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 402, que, apesar da menção literal no preceito em apreço a «se o considerar oportuno», o juiz não deverá apreciar o requerimento apenas de acordo com critérios de oportunidade.

<sup>37</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 725. Sublinham, ainda, estes autores a justificação da diversidade de regimes consoante o sentido do despacho, em razão do carácter definitivo ou não quanto à qualificação (ob. cit., pág. 726).

<sup>38</sup> Idem, pág. 726, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., págs. 402 e 407. Em sentido concordante, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 149, nota 471, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 84 e comunicação em vídeo.

que estão adstritos por força da declaração de insolvência, que justifique a aplicação do disposto no artigo 83.º, n.º 3, do CIRE<sup>39</sup>.

A segunda: estabelecendo a lei dois momentos para a abertura do incidente, em sede de sentença ou no prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, a de saber se é admissível, em momento posterior, a abertura do incidente, oficiosamente ou mediante requerimento do administrador da insolvência ou de qualquer interessado. Poderá sustentar-se que ao juiz, em momento posterior, se surgirem elementos que justifiquem a abertura do incidente de qualificação, ou seja, se, volvido o prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, ocorrer violação dos deveres a que estão adstritos, por força da declaração de insolvência, por parte do devedor, seus administradores e/ou membros dos seus órgãos de fiscalização, que justifique a aplicação do disposto no artigo 83.º, n.º 3, do CIRE, ou se, no decorrer do processo, surgirem factos que sejam do conhecimento geral ou que cheguem ao conhecimento do juiz por força do exercício das suas funções<sup>40</sup> e que indiquem fortemente a existência de uma situação de insolvência culposa, é admissível diligenciar nesse sentido? E, à semelhança, poderão o administrador da insolvência ou os interessados desencadear ulteriormente o incidente?

Uma das finalidades da reforma introduzida pelo CIRE e da previsão do incidente de qualificação da insolvência consiste no incremento da moralização do sistema<sup>41</sup>, através da «obtenção de uma maior e mais eficaz responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas colectivas»<sup>42</sup>. Acresce que o CIRE estabelece no seu artigo 11.º o princípio do inquisitório, aplicável aos incidentes de qualificação de insolvência, pretendendo-se que o juiz assuma «uma postura activa e indagadora»<sup>43</sup>.

Tal como foi alertado no Parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados sobre o Anteprojecto de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011, por vezes os atos resolúveis, nos termos do artigo 120.º do CIRE, só chegam ao conhecimento do administrador da insolvência e/ou dos credores após o decurso do prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do

---

<sup>39</sup> Vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 726. Como anotam estes autores, entender de modo diverso poderia até ter um efeito perverso, sendo certo que se o juiz não está, atualmente, vinculado a qualificar a insolvência como fortuita ante pareceres coincidentes do administrador da insolvência e do Ministério Público, também não deverá estar «vinculado a não abrir o incidente quando ninguém alegou nada» (ob. cit., págs. 726/727).

<sup>40</sup> Idem, pág. 121, quanto aos factos de que o juiz pode conhecer no âmbito do exercício do inquisitório.

<sup>41</sup> SERRA, Catarina, *As novas tendências do direito português da insolvência - Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projecto de Código da Insolvência*, in *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - Comunicações sobre o Anteprojecto de Código*, Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, pág. 40.

<sup>42</sup> CASTRO, Carlos Osório de, ob. cit., pág. 229.

<sup>43</sup> Idem, pág. 205.

CIRE, sendo que tais atos poderão justificar a eventual qualificação da insolvência como culposa<sup>44</sup>.

Como ali sugerido, afigura-se-nos defensável admitir a possibilidade de apresentação ulterior de requerimento e até ao encerramento do processo, quando e se o administrador da insolvência ou os interessados lograssem provar que os factos que justificariam a abertura do incidente de qualificação da insolvência ocorreram após o decurso do prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, ou que, só após esse prazo, deles obtiveram conhecimento.

Do mesmo modo, parece-nos sustentável a abertura oficiosa ulterior do incidente até ao encerramento do processo de insolvência<sup>45</sup>.

Contudo, face ao regime em vigor e à cessação do carácter obrigatório do incidente, apesar de defensável, não nos parece que seja legalmente admissível a abertura ulterior do incidente de qualificação da insolvência, quer oficiosamente, quer a requerimento do administrador da insolvência ou de interessado<sup>46</sup>.

Destarte, somos de entender que, *de jure condendo*, deverá ser contemplada na lei a possibilidade de desencadear o incidente de qualificação da insolvência após o decurso do prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, e até ao encerramento do processo, mediante a prova da superveniência dos factos, ou da superveniência do seu conhecimento, de modo a garantir-se que seja alcançado um dos objetivos da lei insolvencial, qual seja, repetimos, o da eficácia da responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas coletivas<sup>47</sup>.

---

<sup>44</sup> Parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados sobre o Anteprojeto de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011, pág. 9, disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=36647>.

<sup>45</sup> No sentido de que o limite temporal da abertura do incidente não deveria existir, vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 149, nota 472. Já Catarina Serra parece entender que o prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, é perentório (SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 139). No sentido da impossibilidade de abertura oficiosa ulterior face à letra da lei, mas parecendo admitir o recurso ao princípio do inquisitório, vide BRANCO, José Manuel, *Novas questões na qualificação da insolvência*, in *Processo de Insolvência e Ações Conexas*, dezembro de 2014, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo insolvencia acoes conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo%20insolvencia%20acoes%20conexas.pdf) (acesso em 14/05/2017), pág. 326.

<sup>46</sup> Cfr. Acórdão do TRC de 10/03/2015, processo n.º 631/13.9TBGRD-L.C1, rel. Catarina Gonçalves, acórdãos do TRG de 20/04/2017, processo n.º 510/16.8T8VRL-D.G1, rel. Elisabete Valente, e de 25/02/2016, processo n.º 1857/14.3TBGMR-DG1, rel. Cristina Cerdeira.

<sup>47</sup> Lamenta-se que o legislador haja perdido a oportunidade, na revisão operada pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, de alterar o regime do incidente de qualificação da insolvência, face à experiência já colhida desde 2012, limitando-se a retificar lapsos de escrita e a adaptar o disposto no artigo 188.º à possibilidade de dispensa de assembleia de credores para apreciação do relatório.

### 2.2.2. Parecer do administrador da insolvência

Declarado aberto o incidente, o administrador da insolvência, quando não haja proposto a qualificação da insolvência como culposa nos termos do artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, dispõe do prazo de 20 dias, se prazo mais longo não for fixado pelo juiz, para apresentar parecer, devidamente fundamentado e documentado, sobre os factos relevantes, que termina com a formulação de uma proposta, identificando, se for caso disso, as pessoas que devem ser afetadas pela qualificação da insolvência como culposa (artigo 188.º, n.º 3, do CIRE)<sup>48</sup>.

A fundamentação e documentação do parecer devem abranger não apenas os factos relevantes para a qualificação da insolvência como culposa ou fortuita, como também, no caso de ser proposta a qualificação como culposa, a indicação das pessoas que deverão ser afetadas pela qualificação<sup>49</sup>. Deve, ainda, o administrador da insolvência, na elaboração do seu parecer, ter em consideração as presunções previstas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 186.º do CIRE<sup>50</sup>.

Se o incidente de qualificação da insolvência houver sido aberto na sequência de requerimento apresentado por outros interessados, o parecer a apresentar pelo administrador da insolvência deverá ter em consideração esse requerimento<sup>51</sup>.

---

<sup>48</sup> No sentido, com o qual concordamos, de que o juiz, quando o administrador da insolvência apresentou requerimento nos termos do artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, pode notificá-lo para que se pronuncie sobre as alegações de outros interessados, ao abrigo do artigo 11.º do mesmo código, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 728. E, à semelhança do que se escreveu supra a propósito das alegações dos interessados, poderá (ou deverá) o juiz providenciar pelo suprimento de eventuais insuficiências ou imprecisões na exposição ou concretização da matéria de facto, nos termos das disposições conjugadas dos artigos 188.º, n.º 8, e 136.º, n.º 3, do CIRE e 5.º, 6.º e 590.º, n.ºs 2 e 4, do CPC (aplicáveis *ex vi* do artigo 17.º do CIRE).

<sup>49</sup> Vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 727, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 409. Acrescenta este último autor que poderá, ainda, o administrador da insolvência pronunciar-se sobre os efeitos da qualificação da insolvência como culposa. Sobre a fundamentação e documentação do parecer do administrador da insolvência vejam-se, nomeadamente, os Acórdãos do TRP de 06/12/2011, processo n.º 1556/09.8TBAMT-W.P1, rel. Ramos Lopes, e de 02/07/2009, processo n.º 95/06.3TYVNG-E.P1, rel. Freitas Vieira, o Acórdão do TRC de 26/01/2010, processo 110/08.6TBAND-D.C1, rel. Carlos Moreira, e o Acórdão da RG de 14/06/2006, processo n.º 751/06, rel. Vieira da Cunha (publicado na CJ n.º 191, tomo III, ano 2006, págs. 290-292). Pese embora a lei exija a documentação do parecer entendemos, acompanhando a posição assumida em MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 292, ser possível a apresentação de documentos que, não sendo, só por si, bastantes para permitir a prova dos factos em que se fundam as presunções legais, possam ser complementados por prova de diferente natureza que venha a ser produzida em audiência de julgamento.

<sup>50</sup> FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 256.

<sup>51</sup> Idem, pág. 256, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 410. Para o efeito, terá o administrador da insolvência que apreciar os factos alegados e outros de que tenha conhecimento e apurar se justificam a qualificação da insolvência como culposa, sendo que as exigências de fundamentação do parecer serão tanto ou mais exigentes consoante o administrador da insolvência proponha ou não a qualificação da insolvência como culposa (neste sentido, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 285, nota 395, e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2012).



O momento a partir do qual se conta o prazo de que o administrador da insolvência dispõe para apresentar o seu parecer varia consoante o incidente haja sido declarado aberto em sede de sentença de declaração da insolvência ou nos termos do artigo 188.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE.

Assim, quando declarado aberto em sede de sentença e atendendo a que nesta há que nomear administrador da insolvência (artigo 36.º, n.º 1, al. d), do CIRE), entendemos que o prazo para apresentação do parecer terá que iniciar-se no momento em que este assume funções, o que sucede logo que for notificado da sua nomeação para o cargo<sup>52</sup>.

Se declarado aberto o incidente nos termos do artigo 188.º, n.ºs 1 e 2, do CIRE, o prazo para apresentação do parecer deverá contar-se a partir da publicação do despacho de abertura no portal *Citius* (artigo 188.º, n.º 2, do CIRE)<sup>53</sup>.

*Quid juris* se decorrido o prazo legal o administrador da insolvência não apresentar o parecer, deve o juiz convidá-lo a apresentar o parecer em falta? Inclino-nos para a resposta positiva, desde logo na medida em que a apresentação do parecer constitui um dever do administrador da insolvência, não estando na sua disponibilidade a decisão sobre a apresentação ou não do parecer<sup>54</sup>, bem como porquanto, no regime atual, o prazo para apresentação do parecer não patenteia a rigidez que vigorava no regime anterior, tanto mais que se prevê a possibilidade de o juiz fixar prazo mais longo que o legalmente estabelecido (artigo 188.º, n.º 3, do CIRE)<sup>55</sup>. Acresce que, como salientam Luís Carvalho Fernandes e João Labareda, cujo entendimento, neste âmbito, seguimos, «o parecer do administrador da insolvência, bem como o do Ministério Público constituem, como resulta do disposto nos n.ºs 5 e 6, elementos relevantes na decisão do incidente de qualificação da insolvência – e na sua própria tramitação –, pelo que nenhum deles pode deixar de observar a obrigação que lhe compete sem incorrer em violação dos seus deveres funcionais. Na omissão da lei, não pode

---

<sup>52</sup> Neste sentido, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 408/409.

<sup>53</sup> Idem, pág. 408, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 150, no sentido que defendemos.

<sup>54</sup> Em sentido discordante, defendendo que a emissão de parecer pelo administrador da insolvência constitui um direito deste, não resultando da omissão de apresentação quaisquer consequências, vide MARTINS, Luís M., *Processo de Insolvência. Anotado e comentado*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2013, pág. 410.

<sup>55</sup> De lastimar que o legislador não haja acolhido a sugestão avançada pelo CSM no ponto 4 do Parecer sobre o Anteprojeto de Diploma de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011 (disponível em <https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=36647>), no sentido de manter a redação do preceito, «mas admitindo-se a possibilidade da sua prorrogação por despacho judicial e na sequência de requerimento fundamentado do administrador da insolvência, podendo ou não fixar-se um limite máximo do período de prorrogação». Admitindo a prorrogação do prazo para apresentação do parecer, apesar do silêncio da LC (art. 169.1 LC), caso ocorram circunstâncias subjetivas excecionais que afetem a administração concursal, e valoradas pelo juiz, vide, na doutrina espanhola, MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 290.

ser atribuído valor ao silêncio, cabendo ao juiz, se for o caso, providenciar para que, mesmo tardio, o parecer seja emitido.»<sup>56</sup>

A jurisprudência nacional, quer no âmbito da redação originária do artigo 188.º do CIRE, quer no âmbito da redação introduzida pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, tem, maioritariamente, assumido o entendimento que defendemos, no sentido de que o prazo para apresentação do parecer pelo administrador da insolvência (agora previsto no n.º 3 do artigo 188.º do CIRE) é meramente ordenador e, atendendo a que corresponde ao exercício de um dever funcional, a falta de cumprimento desse prazo não preclui a possibilidade de apresentação do parecer, devendo, inclusive, o juiz tomar as diligências necessárias com vista à sua emissão<sup>57</sup>. Note-se que a argumentação aduzida nos acórdãos prolatados no domínio da redação originária do CIRE mantém-se válida na redação vigente, pois que, pese embora o incidente de qualificação da insolvência não tenha já carácter obrigatório, certo é que, uma vez declarado aberto (oficiosamente ou a requerimento), o administrador da insolvência tem que, necessariamente, emitir parecer (artigo 188.º, n.º 3, do CIRE).

E se, decorrido o prazo legal, o administrador da insolvência não apresentar o parecer, nem mesmo após convite realizado pelo tribunal nesse sentido? A lei insolvencial não prevê qualquer consequência decorrente da falta de apresentação do parecer pelo administrador da insolvência<sup>58</sup>. Poderíamos afirmar que essa falta não tem consequências processuais. No entanto, e na medida em que configuramos como dever funcional do administrador da insolvência a apresentação do parecer, entendemos que, no convite a formular pelo juiz no sentido da emissão do parecer, deve, desde logo, advertir-se para a possibilidade de condenação em multa por falta de colaboração com o tribunal (artigo 417.º, n.º 2, do CPC,

---

<sup>56</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, ob. cit., 2013, pág. 728. Em sentido discordante do que defendemos, vide OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 218-219, ressalvando-se que se trata de entendimento expresso no domínio do regime de abertura obrigatória do incidente de qualificação da insolvência (CIRE anterior à revisão operada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril), pelo que os argumentos expendidos têm em consideração, desde logo, a circunstância de o administrador da insolvência estar ciente, a partir do momento em que é notificado da sua nomeação, de que terá que apresentar parecer no âmbito do incidente de qualificação da insolvência, incumbindo-lhe iniciar, em tempo útil, as diligências que entenda necessárias para que esteja em condições de o fazer no prazo legal.

<sup>57</sup> Vide, designadamente, o Acórdão do TRC de 10/03/2015, processo n.º 631/13.9TBGRD-L.C1, rel. Catarina Gonçalves, os Acórdãos do TRG de 24/09/2015, processo n.º 3597/11.6T8VNF.G1, rel. José Estelita Mendonça, de 02/06/2011, processo 881/07.7TBVCT-U.G1, rel. António Sobrinho, e de 14/04/2011, processo 881/07.7TBVCT-S.G1, rel. Manso Rainho, e os Acórdãos do TRP de 23/02/2012, processo n.º 621/09.6TBOAZ-A.P1, rel. Pinto de Almeida, de 06/12/2011, processo n.º 1556/09.8TBAMT-W.P1, rel. Ramos Lopes, de 29/10/2009, processo 10/07.7TYVNG-B.P1, rel. Filipe Carço, e de 17/11/2008, processo n.º 0855650, rel. Sousa Lameira.

<sup>58</sup> Sugeriu o CSM no ponto 4 do Parecer sobre o Anteprojeto de Diploma de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011, proposta que não foi acolhida, o «aditamento de uma previsão referente à consequência decorrente da falta de apresentação do parecer pelo administrador da insolvência no prazo enunciado no citado preceito». Também a LC não prevê qualquer consequência para a falta de apresentação do *informe de la administración concursal* (art. 169.º da LC).

aplicável *ex vi* do artigo 17.º do CIRE) e de destituição do cargo (artigo 56.º do CIRE) na ausência de resposta ao convite.

Verificando-se, ainda assim, a falta de emissão do parecer, defendemos que deve o administrador da insolvência ser condenado em multa e destituído com justa causa (com comunicação à CAAJ para eventual procedimento disciplinar, nos termos do artigo 21.º da Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro), sem prejuízo da responsabilidade civil a que haja lugar (artigo 59.º do CIRE), providenciando o tribunal pela nomeação de novo administrador da insolvência<sup>59</sup>.

Uma última questão, no que ao parecer do administrador da insolvência respeita, poderá colocar-se. Desde a reforma do CIRE operada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, passou a ser possível, nos termos do n.º 4 do artigo 52.º, a nomeação de mais do que um administrador da insolvência. A redação legal era algo ambígua ao referir-se à grande complexidade do processo de recrutamento<sup>60</sup>, tendo o legislador, acolhendo certamente as críticas apontadas pela doutrina e na sequência da avaliação efetuada no terreno do funcionamento de diversos institutos<sup>61</sup>, alterado a norma em causa, permitindo agora a nomeação, oficiosa ou a requerimento, de mais do que um administrador da insolvência «caso o processo de insolvência assuma grande complexidade, ou sendo exigíveis especiais conhecimentos ao administrador da insolvência».

*Quid juris*, então, se os administradores da insolvência nomeados apresentarem pareceres de conteúdo diverso, designadamente quanto à proposta final de qualificação? A lei estabelece como critério, em caso de empate, a prevalência da vontade do administrador da

---

<sup>59</sup> Compreendemos as críticas a esta solução efetuadas por Rui Estrela de Oliveira (ob. cit., pág. 221) no que respeita à celeridade da tramitação. Porém, atentas as finalidades do incidente de qualificação da insolvência, uma vez iniciado este, entendemos não poder prescindir-se do parecer do administrador da insolvência. Acresce que o período de tempo despendido na tramitação da destituição, na nomeação de novo administrador da insolvência e na atribuição de novo prazo para emissão de parecer não será, atualmente, face à especialização dos tribunais judiciais operada pela Lei de Organização do Sistema Judiciário (aprovada pela Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto) significativo, não se correndo o perigo para que alerta aquele autor. Inversamente, consideramos que as vantagens decorrentes do procedimento que defendemos superam, largamente, a desvantagem resultante do prosseguimento do processo sem o parecer do administrador da insolvência, desde logo com vista a lograr-se alcançar o objetivo da maior responsabilização dos devedores relapsos (note-se que, face aos deveres a que estão sujeitos estes profissionais, cfr. artigo 12.º da Lei n.º 22/2013, de 26 de fevereiro, as probabilidades de o novo administrador da insolvência nomeado vir a incumprir o dever de apresentação de parecer são remotas ou, mesmo, nulas). De salientar, ainda, que, no nosso entender, não pode atribuir-se à falta de emissão de parecer significado idêntico à apresentação de proposta no sentido da qualificação da insolvência como fortuita, porquanto se assim houvesse pretendido o legislador haveria que ter sido prevista expressamente essa consequência (artigos 9.º e 218.º do CC). Parecendo admitir o prosseguimento dos autos na ausência do parecer do administrador da insolvência, vide PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, ob. cit., pág. 523.

<sup>60</sup> Circunstância que não passou despercebida na doutrina nacional. Vide, designadamente, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 60 e nota 162, e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 329.

<sup>61</sup> Vide preâmbulo do DL n.º 79/2017, de 30 de junho.

insolvência nomeado pelo juiz ao abrigo do n.º 1 do artigo 52.º do CIRE sobre a dos demais administradores da insolvência nomeados a requerimento de qualquer interessado (artigo 52.º, n.º 5, do CIRE), atribuindo àquele, portanto, voto de qualidade<sup>62</sup>.

E se os administradores da insolvência forem todos nomeados pelo juiz, um nos termos do n.º 1 do artigo 52.º do CIRE e outro(s) oficiosamente, nos termos do n.º 4 do mesmo preceito, que vontade prevalecerá, já que a previsão do n.º 5 está pensada para o regime antecedente no qual apenas a requerimento de interessado poderia ser nomeado mais do que um administrador? Vigora, em face da letra da lei, a regra da maioria, pelo que em caso de número superior a dois o problema não se coloca. Mas, e se não for possível obter essa maioria em virtude de o juiz haver nomeado dois administradores da insolvência e estes assumirem posição divergente quanto à qualificação da insolvência? Terá voto de qualidade o nomeado nos termos do n.º 1 do artigo 52.º do CIRE em detrimento da posição assumida pelo nomeado pelo juiz ao abrigo do n.º 4 do artigo 52.º do CIRE? Essa seria uma solução possível e aceitável, até porque os critérios para a nomeação de administrador da insolvência não são idênticos nos dois preceitos, pois que entendemos que o juiz ao nomear oficiosamente mais do que um administrador da insolvência nos termos do n.º 4 do artigo 52.º do CIRE não estará já sujeito às regras previstas no artigo 32.º, n.º 1, do CIRE, aplicável *ex vi* do artigo 52.º, n.º 2, do CIRE<sup>63</sup>. A prática judiciária, certamente, auxiliar-nos-á a resolver esta questão.

### **2.2.3. Parecer do Ministério Público**

Juntos aos autos o parecer do administrador da insolvência e as alegações dos interessados, vão aqueles com vista ao Ministério Público, para que este se pronuncie, no prazo de 10 dias (artigo 188.º, n.º 4, do CIRE e artigo 3.º, n.º 1, al. 1), do Estatuto do Ministério Público).

O parecer a emitir pelo Ministério Público, à semelhança do que sucede com o parecer do administrador da insolvência, deve ser fundamentado e apreciar as alegações que houverem sido apresentadas pelos interessados e o próprio parecer do administrador da insolvência, concluindo com a proposta de qualificação da insolvência como fortuita ou

---

<sup>62</sup> Assim, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 331, que sustentam, ainda, estender-se este voto de qualidade ao administrador da insolvência que substitua o nomeado nos termos do n.º 1 do artigo 52.º do CIRE, por aplicação do artigo 53.º do mesmo código.

<sup>63</sup> Na doutrina espanhola, alertando para a questão suscitada e para o inconveniente de atribuir ao juiz que decidirá o incidente de qualificação da insolvência a opção por um ou outro dos pareceres apresentados, vide DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., pág. 36.

culposa e, nesta hipótese, pronunciando-se sobre as pessoas que deverão ser afetadas pela qualificação<sup>64</sup>.

*Quid juris* se, em hipótese que consideramos remota, o Ministério Público, no prazo legal, não apresentar parecer? Em paralelo com a posição que assumimos supra quanto ao parecer do administrador da insolvência, entendemos que, também neste caso, por se tratar de dever funcional, o juiz haverá que providenciar pela emissão do parecer, convidando o Ministério Público a apresentá-lo<sup>65</sup>. Admitimos, também, a possibilidade de prorrogação do prazo para apresentação do parecer, a requerimento fundamentado do Ministério Público<sup>66</sup>. Recordemos que o Ministério Público assume no incidente de qualificação da insolvência, as mais das vezes, um duplo papel: o de representante de credores cujos interesses lhe estejam legalmente confiados (artigos 20.º, n.º 1, e 188.º, n.º 1, do CIRE) e o de garante do interesse público da segurança e confiança do tráfego económico e comercial (artigos 1.º e 3.º, n.º 1, al. l), do Estatuto do Ministério Público)<sup>67</sup>. Poderá suceder que, perante o parecer do administrador da insolvência e as alegações dos interessados, o Ministério Público necessite de obter elementos/documentos para fundamentar o seu parecer que não sejam passíveis de alcançar no prazo legalmente estabelecido para apresentação daquele. No nosso entender, face ao papel atribuído ao Ministério Público no incidente de qualificação da insolvência, é preferível admitir a prorrogação do prazo de modo a que este magistrado possa estar perfeitamente habilitado a pronunciar-se e a fundamentar/documentar o seu parecer, com evidentes ganhos para o processo, do que, ao invés, considerar tal prazo como perentório e fazer prosseguir o incidente na ausência de parecer do Ministério Público, ou mediante parecer parcamente fundamentado/documentado<sup>68</sup>.

Se, decorrido o prazo para apresentação do parecer (e de eventual prorrogação) e apesar do convite efetuado pelo tribunal, o Ministério Público, ainda assim, não o apresentar, entendemos que o processo deverá prosseguir os seus termos, sem que ao silêncio daquele

---

<sup>64</sup> Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O incidente de qualificação da insolvência*, in Estudos em memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches, Vol. II, pág. 596. Defendendo que o Ministério Público pode, ainda, fundamentadamente, propor que a qualificação da insolvência como culposa afete outras pessoas para além das indicadas no parecer do administrador da insolvência e/ou nas alegações dos interessados, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 411. No mesmo sentido, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 728. É válido também aqui o que se escreveu supra, sobre o convite a efetuar pelo juiz no sentido do suprimento de eventuais insuficiências ou imprecisões na exposição ou concretização da matéria de facto contida no parecer do Ministério Público.

<sup>65</sup> Neste sentido, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, ob. cit., pág. 728.

<sup>66</sup> Contra, por não ter o legislador português importado, nesta parte, a solução da LC, vide OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 221.

<sup>67</sup> Vide FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 257, nota 15, e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 726.

<sup>68</sup> No sentido que defendemos, vide o Acórdão do TRP de 28/04/2009, processo 4268/07.3TBVFR-A.P1, rel. Canelas Brás.

magistrado se possa atribuir qualquer valor, porquanto, ao contrário da LC, o legislador nacional não atribuiu qualquer consequência processual à omissão de cumprimento desse dever (artigos 9.º e 218.º do CC)<sup>69</sup>.

#### 2.2.4. Tramitação ulterior

Estabelece o n.º 5 do artigo 188.º, do CIRE, que «(s)e tanto o administrador da insolvência como o Ministério Público propuserem a qualificação da insolvência como fortuita, o juiz pode proferir de imediato decisão nesse sentido (...)», facultando ao juiz a possibilidade de decidir imediatamente com base nos pareceres apresentados ou de, se entender de modo diverso face aos elementos ao dispor no processo, determinar o prosseguimento dos autos com vista a averiguar se a situação de insolvência em causa ocorreu de modo fortuito ou se, ao invés, foi criada ou agravada em consequência da atuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor, ou dos seus administradores, de direito ou de facto<sup>70</sup>. A

---

<sup>69</sup> Discordamos, assim, de OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 223, na medida em que equipara a falta de emissão de parecer pelo Ministério Público à apresentação de proposta de qualificação da insolvência como fortuita. Defendemos, ainda, não poder ser transposta para o regime nacional a solução prevista no *artículo* 169.º, n.º 2, *in fine*, da LC, qual seja a de que no silêncio do Ministério Público entender-se-ia não se opor este à proposta de qualificação apresentada pelo administrador da insolvência, por não a admitir a nossa lei. Entender de modo diverso consubstanciaria a assunção da perda de importância da intervenção do Ministério Público no âmbito do incidente de qualificação da insolvência, crítica que, aliás, é apontada por alguma doutrina espanhola ao regime da LC (Cfr. GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 164).

<sup>70</sup> Na redação do CIRE anterior à entrada em vigor da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, e face à estatuição do então n.º 4 do artigo 188.º, discutia-se na doutrina e na jurisprudência se o juiz estava vinculado aos pareceres emitidos pelo administrador da insolvência e pelo Ministério Público, quando ambos propusessem a qualificação da insolvência como fortuita, desde logo em face do princípio do inquisitório (artigo 11.º do CIRE). Na doutrina portuguesa vide: EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O incidente...*, ob. cit., pág. 596, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 75, nota 31; COSTEIRA, Maria José, *Novo Direito da Insolvência*, in Themis, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2005, págs. 25 a 42; SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 142; FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Reimpressão, Lisboa, Quid Juris, 2009, pág. 619; LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 5.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2009, pág. 204; OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 224 a 226). Na doutrina espanhola, criticando a solução ainda hoje plasmada no *artículo* 170.1 da LC, por determinar a imperatividade da qualificação do concurso como fortuito, sem que o juiz possa decidir de modo diverso e sem que outras pessoas interessadas possam ser ouvidas sobre a questão suscitada, vide GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 165, e FARRIOL, Farran Josep – *La calificación del concurso y las responsabilidades que pueden derivarse de él* – <http://vlex.com/vid/oacute-responsabilidades-derivarse-eacute-58479696>, pág. 168 (acesso em 06/01/2017). Na jurisprudência nacional, no sentido da ilegalidade dos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público propondo a qualificação da insolvência como fortuita evidenciando os autos factos suscetíveis de preencher a previsão do n.º 2 do artigo 186.º, do CIRE, vejam-se, designadamente, os Acórdãos do TRG de 05/02/2013, processo n.º 3257/11.8TBVCT-G.G1, rel. António Figueiredo de Almeida, do TRE de 10/02/2010, processo n.º 1086/08.5TBSLV-B.E1, rel. Silva Rato, do TRL de 26/04/2012, processo n.º 2160/10.3TJLSB-B.L1-2, rel. Ezagüy Martins, e a decisão do 4.º Juízo Cível do Tribunal Judicial da comarca de Guimarães de 05/11/2007, citado no Acórdão do TC n.º 261/08, de 06/05/2008, processo n.º 143/08, 1.ª Secção, rel. Pamplona de Oliveira. A Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, veio, assim, elucidar o sentido da norma, permitindo a harmonização do regime e possibilitando ao juiz um uso cabal do princípio do inquisitório.

faculdade, agora, atribuída ao juiz só subsiste se o processo não revelar factos subsumíveis à previsão de alguma das alíneas do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE<sup>71</sup>.

A decisão do juiz no sentido da declaração da insolvência como fortuita na sequência dos pareceres coincidentes do administrador da insolvência e do Ministério Público é insuscetível de recurso (artigo 188.º, n.º 5, *in fine*, do CIRE)<sup>72</sup>.

Se o juiz não fizer uso da faculdade prevista no n.º 5 do artigo 188.º, ou caso os pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público não sejam coincidentes, mandará «notificar o devedor e citar pessoalmente aqueles que em seu entender devam ser afetados pela qualificação da insolvência como culposa para se oporem, querendo, no prazo de 15 dias; a notificação e as citações são acompanhadas dos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público e dos documentos que os instruem» (artigo 188.º, n.º 6, do CIRE)<sup>73-74</sup>.

Resulta do preceito acima transcrito que, de modo diverso do regime do CIRE que antecedeu a reforma operada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, o juiz não está vinculado aos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público quanto às pessoas a

---

<sup>71</sup> FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 729, acrescentando, ainda, que «se, inadequadamente, o fizer, já não prevalece o regime de irrecurribilidade estabelecido no n.º 5». Pese embora os pareceres coincidentes do administrador da insolvência e do Ministério Público, para além dos factos que o processo já revele, deverá o juiz atender, na decisão sobre o prosseguimento ou não do incidente, às alegações que hajam sido apresentadas pelos interessados.

<sup>72</sup> Sustentando que a previsão, neste caso, da irrecurribilidade da decisão judicial que qualifique a insolvência como fortuita poderá levantar problemas de constitucionalidade, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 411, nota 23. O TC já teve oportunidade de se pronunciar sobre o assunto em referência, havendo no Acórdão n.º 340/2011, de 07/07/2011, processo n.º 119/11, 3.ª secção, rel. Vítor Gomes, decidido não julgar inconstitucional a norma do n.º 4 (atual n.º 5) do artigo 188.º do CIRE, designadamente, no segmento em que considera irrecurível a decisão judicial que qualifique a insolvência como fortuita, na sequência dos pareceres coincidente do administrador da insolvência e do Ministério Público nesse sentido, e ainda que haja interessados que tenham manifestado posição diversa. Na doutrina espanhola, justificando a opção legal pela irrecurribilidade, neste caso, da decisão judicial, em opinião que entendemos poder ser transposta para o regime português, face à identidade de soluções legais, vide MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 267, defendendo que «el legislador parece confiado en el mejor criterio técnico y la asunción de los distintos intereses afectados que viene a suponerse tanto en el informe de la administración concursal como en el dictamen del Fiscal para ordenar el archivo en el art. 170.1 LC; archivo que es irrecurrible. Por ello trata de evitar que cualquier acreedor y los terceros interesados indiscriminadamente pudiesen recurrir en su particular beneficio el auto de archivo dictado por el juez del concurso».

<sup>73</sup> Criticando a solução legal e pondo em causa a sua constitucionalidade, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 412, posição com a qual nos permitimos discordar em virtude de, no despacho em causa, o juiz efetuar tão-só um juízo liminar e não um conhecimento dos factos alegados no sentido da subsunção dos factos ao direito – como é feito na decisão final, nos termos do artigo 607.º, n.º 3, do CPC.

<sup>74</sup> Não é admissível a dispensa de audiência (art. 12.º do CIRE), porquanto os citandos não são chamados à causa na qualidade de devedores, pelo que, frustrando-se a citação pessoal, deverá ser determinada a citação edital (cfr. SILVA, Fátima Reis, *Processo de insolvência: os órgãos de insolvência e o plano de insolvência*, in Revista do CEJ, 2.º semestre de 2010, n.º 14, Coimbra, Almedina, 2011, pág. 140). Não se aplica, também, aqui o disposto no artigo 569.º, n.º 2, do CPC (FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 730).

afetar pela qualificação, incumbindo-lhe determinar a citação daquelas que, em seu entender, devam ser afetadas pela qualificação<sup>75</sup>.

Opondo-se à qualificação da insolvência como culposa, o devedor e as pessoas a afetar pela qualificação poderão contestar os factos alegados, negando-os, reconhecer os factos que lhes são imputados, mas discutir as consequências jurídicas deles extraídas nos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público ou nas alegações dos interessados, ou invocar exceções processuais ou materiais<sup>76</sup>.

Decorrido o prazo legal sem que haja sido apresentada oposição, não pode entender-se a falta de apresentação do articulado como confissão dos factos imputados aos visados pela qualificação da insolvência, face à natureza indisponível dos direitos em causa no incidente<sup>77</sup>, pelo que deve este prosseguir os seus termos (artigo 568.º do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 17.º do CIRE).

À(s) oposição(ões) deduzida(s), podem o administrador da insolvência, o Ministério Público ou qualquer interessado que assuma posição contrária à das oposições responder, no prazo de 10 dias subsequente ao prazo para apresentação de oposição (artigo 188.º, n.º 7, do CIRE). Interessados, para efeito deste preceito legal, são, necessariamente, aqueles que hajam apresentado requerimento ao abrigo do n.º 1 do artigo 188.º, do CIRE<sup>78</sup>.

Às oposições e às respostas, bem como à ulterior tramitação do incidente de qualificação da insolvência, aplica-se o disposto nos artigos 132.º a 139.º do CIRE, com as devidas adaptações (artigo 188.º, n.º 8, do CIRE).

---

<sup>75</sup> Idem, pág. 729. Diversamente, no regime espanhol, o juiz está vinculado às pessoas indicadas nos pareceres do administrador da insolvência e do Ministério Público - *artículo* 170.2 da LC (cfr. GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 165).

<sup>76</sup> Assim, MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 298.

<sup>77</sup> Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 84 e comunicação em vídeo. No mesmo sentido, vide OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 227, e PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 524. Também na doutrina espanhola assim se tem entendido (MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 300). Em sentido concordante, mas admitindo que «se possa aceitar que certos factos relativos ao sujeito em causa sejam considerados admitidos por acordo, nos termos do art. 574.º, n.º 2, do CPC», vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 411. Aceitando que se julguem confessados os factos alegados no incidente de qualificação da insolvência na falta de oposição dos visados, vide o Acórdão do TRE de 12/03/2015, processo n.º 227/12.2TBSSB-D.E1, rel. Conceição Ferreira, posição que ousamos dizer ser manifestamente excessiva atentos os efeitos da qualificação da insolvência como culposa. Note-se, ainda, que os Acórdãos do TRL de 12/05/2009, processo n.º 986/08.7TBRL.L1-7, rel. Tomé Gomes, e de 26/06/2008, processo n.º 5477/08.2, rel. Nelson Borges Carneiro, citados naquele aresto dizem respeito a situação diversa, qual seja a de falta de oposição ao pedido de declaração de insolvência, cuja consequência se encontra expressamente regulada na lei (artigo 30.º, n.º 5, do CIRE).

<sup>78</sup> No sentido de que, para além destes, serão também aqueles que, apesar de nada terem alegado em tempo, tinham legitimidade para o fazer, não havendo razão para fazer funcionar a regra da preclusão (vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 730), posição com a qual nos permitimos discordar, desde logo por não existirem outros articulados após a resposta à oposição, podendo colocar-se em causa o contraditório que sempre terá que ser assegurado. Rejeitando a possibilidade de intervenção principal espontânea para efeitos de apresentação de alegações após o decurso do prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, vide Acórdão do TRP de 22/01/2008, processo n.º 0726023, rel. Maria Graça Mira.



Deste modo, com as oposições e as respostas devem ser oferecidos todos os meios de prova de que os respetivos apresentantes disponham, ficando obrigados a apresentar as testemunhas arroladas, com os limites do artigo 511.º do CPC (artigo 25.º, n.º 2, *ex vi* artigos 188.º, n.º 8 e 134.º, todos do CIRE).

Terminados os prazos de oposição e respostas tem lugar a fase de saneamento do processo. Entendemos não haver lugar à aplicação neste incidente do disposto no artigo 135.º, *ex vi* artigo 188.º, n.º 8, ambos do CIRE, que prevê a emissão de parecer pela comissão de credores. Na realidade, atenta a extensão da noção de interessados para efeitos de atribuição de legitimidade para intervir no incidente de qualificação da insolvência (artigo 188.º, n.º 1, do CIRE), na qual se incluem, naturalmente, os credores da insolvência, parece não fazer sentido duplicar a possibilidade de intervenção e permitir a apresentação de um parecer por parte da comissão de credores que haja sido nomeada, cujos membros poderão já, oportunamente, ter apresentado alegações nos termos do artigo 188.º, n.º 1, do CIRE<sup>79</sup>.

Questiona-se se o disposto no artigo 136.º, aplicável ao incidente de qualificação da insolvência por remissão operada pelo n.º 8 do artigo 188.º, ambos do CIRE, na parte em que regula a tentativa de conciliação se aplica no âmbito deste incidente. Parece-nos que a resposta não pode deixar de ser negativa, na medida em que, como supra se explanou, no incidente de qualificação da insolvência está em causa uma relação jurídica de natureza indisponível, que não pode ser objeto de confissão, nem de transação, pelo que, sendo a obtenção destas a finalidade da tentativa de conciliação, a convocação da diligência em causa revestiria, no nosso entender, ato inútil<sup>80</sup>.

---

<sup>79</sup> Vide, neste sentido que perfilhamos, OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 228. Em sentido concordante, vide BRANCO, José Manuel, *Novas questões...*, ob. cit.. Admitindo, contudo, a apresentação de parecer pela comissão de credores, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 731, e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código...*, 2012, ob. cit., pág. 189.

<sup>80</sup> Vide, em sentido concordante, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 414; FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 731; OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 228; MARTINS, Luís M., ob. cit., pág. 410; e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 84 e comunicação em vídeo, que acrescenta ainda não poder haver aqui desistência do pedido, nem desistência da instância. Admitindo, porém, a realização de tentativa de conciliação e a homologação de acordo quanto à qualificação da insolvência como fortuita, alcançado entre todos os interessados, com a intervenção do Ministério Público, vide SILVA, Fátima Reis, ob. cit., pág. 140. No sentido da admissibilidade da tentativa de conciliação para afastamento do incidente de factos acessórios em litígio ou em casos em que haja sido apontada a omissão de registos contabilísticos e a falta de colaboração com o administrador da insolvência, na hipótese de na diligência o devedor apresentar toda a documentação em falta, vide BRANCO, José Manuel, *Novas questões...*, ob. cit., pág. 318. Sobre o poder de disposição das partes no incidente de qualificação da insolvência no âmbito da LC, vide GARCÍA-VILLARRUBIA, Manuel, *El poder de disposición de las partes en el proceso de calificación*, in Revista de Derecho Mercantil, n.º 10, 2013, disponível em <http://www.uria.com/es/publicaciones/articulos-juridicos.html?id=3875&pub=Publicacion&tipo=> (acesso em 24/10/2017).

Prosseguindo os autos, o processo é concluso ao juiz para que seja proferido despacho, nos termos previstos nos artigos 595.º e 596.º do CPC (artigo 136.º, n.º 3, do CIRE, aplicável *ex vi* do n.º 8 do artigo 188.º, do mesmo compêndio legal).

Nos termos do artigo 137.º, aplicável *ex vi* do n.º 8 do artigo 188.º, ambos do CIRE, é admissível, se se afigurar essencial, a realização de diligências probatórias em momento anterior à audiência de julgamento, para o que o juiz ordenará as providências necessárias a que estejam concluídas dentro do prazo de 20 dias a contar do despacho que as tiver determinado, aproveitando a todos os interessados a prova produzida por qualquer deles.

Na audiência de julgamento, conforme dispõe o artigo 139.º do CIRE, aplicável *ex vi* do n.º 8 do artigo 188.º, do mesmo código, observam-se os termos estabelecidos para o processo comum (artigos 599.º e seguintes, do CPC), com as especialidades ali indicadas (com as devidas adaptações ao incidente de qualificação da insolvência), a saber: sempre que necessário, serão ouvidos, na altura em que o tribunal o determine, quer o administrador da insolvência, quer a comissão de credores (al. a)); as provas são produzidas segundo a ordem por que tiverem sido apresentadas as oposições (al. b)); e, na discussão, podem usar da palavra, em primeiro lugar, os advogados dos que se opuseram à qualificação da insolvência como culposa e depois os dos que responderam às oposições, não havendo lugar a réplica<sup>81</sup>.

A audiência será gravada, nos termos do artigo 155.º, do CPC, aplicável *ex vi* do artigo 17.º do CIRE.

### **2.2.5. Sentença**

Finda a audiência de julgamento, o juiz proferirá sentença qualificando a insolvência como culposa ou fortuita (artigo 189.º do CIRE), não se olvidando que o juiz pode fundar a decisão em factos que não hajam sido alegados pelas partes, desde que, naturalmente, garantido o contraditório (ao abrigo do princípio do inquisitório, plasmado no artigo 11.º do CIRE)<sup>82-83</sup>.

---

<sup>81</sup> Reputando de discutível este regime e argumentando que «não surge previsto, por força da remissão, o uso da palavra pelo administrador da insolvência e pelo Ministério Público se responderam. Depois pela própria ordem de produção da prova e das intervenções: quem sustenta a qualificação da insolvência como culposa deveria falar primeiro», vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 415. Afirmamos, nós, que o administrador da insolvência será ouvido sempre que necessário e quando o tribunal o determine (artigo 139.º, al. a), aplicável *ex vi* do n.º 8 do artigo 188.º, ambos do CIRE) e que ao Ministério Público, no duplo papel que assume e a que supra aludimos, quer em representação de credores, quer enquanto garante do interesse público da segurança e confiança do tráfego económico e comercial, sempre será concedida a possibilidade de, na discussão, usar da palavra (artigo 139.º, al. c), aplicável *ex vi* do n.º 8 do artigo 188.º, ambos do CIRE).

<sup>82</sup> Vide, neste sentido, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 286. Na jurisprudência, a título exemplificativo, vejam-se os Acórdãos do TRP de 28/09/2015, processo n.º 1826/12.8TBOAZ-C.P1, rel. Ana Paula Amorim, e de 25/10/2007, processo n.º 0733856, rel. José Ferraz, do TRC de 12/07/2017, processo

No que concerne ao prazo para prolação da sentença, não se aplicando à sentença a proferir no incidente de qualificação da insolvência o disposto no artigo 140.º do CIRE, excluído pelo legislador da remissão operada pelo n.º 8 do artigo 188.º, entendemos ser aplicável o regime do processo comum declarativo (artigo 607.º, n.º 1, do CPC), que estabelece o prazo de 30 dias para o efeito<sup>84</sup>.

A sentença que qualifique a insolvência como culposa obedecerá às regras impostas pelo artigo 607.º do CPC (aplicável *ex vi* do artigo 17.º do CIRE) e deverá incluir a identificação das pessoas afetadas pela qualificação, fixando, sendo o caso, o respetivo grau de culpa, e aplicar os efeitos legalmente previstos (artigo 189.º, n.º 2, als. a) a e), do CIRE).

A sentença é recorrível nos termos do artigo 14.º do CIRE e dos artigos 627.º e seguintes do CPC, aplicáveis *ex vi* do artigo 17.º daquele compêndio legal, assumindo legitimidade para interpor recurso da sentença que qualifique a insolvência como culposa o devedor e qualquer das pessoas afetadas pela qualificação<sup>85</sup>.

## **2.3. Incidente limitado de qualificação da insolvência**

### **2.3.1. Âmbito de aplicação**

O incidente de qualificação da insolvência, com carácter limitado, surge, como supra se referiu, como exceção ao regime regra (incidente de carácter pleno), na medida em que apenas se aplica nos casos previstos no n.º 1 do artigo 39.º<sup>86</sup> e no n.º 5 do artigo 232.º<sup>87</sup>, ambos do CIRE.

---

n.º 60/16.2T8PNH-B.C1, rel. Maria João Areias, e do TRG de 24/07/2012, processo n.º 299/10.4TBPTL-A.G1, rel. Fernando Fernandes Freitas.

<sup>83</sup> Atente-se, ainda, que, conforme dispõe o artigo 83.º, n.º 3, do CIRE, «a recusa de prestação de informações ou de colaboração é livremente apreciada pelo juiz, nomeadamente para efeito da qualificação da insolvência como culposa».

<sup>84</sup> Neste sentido, que defendemos, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 733, referindo que «não é aceitável recorrer, por analogia, ao prazo estabelecido no n.º 1 daquele preceito», pois «se outro fosse o pensamento do legislador, não teria, por certo, deixado de mandar observar o regime do art. 140.º» (também FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 259, e PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 526).

<sup>85</sup> Vide LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 286). Quanto ao valor da causa para efeitos de recurso, veja-se o Acórdão do TC n.º 280/2015, de 20/05/2015, processo n.º 1025/2014, 3.ª Secção, rel. Carlos Fernandes Cadilha, que decidiu «julgar inconstitucional, por violação do direito ao recurso de decisões judiciais que diretamente afetam direitos, liberdades e garantias, decorrente do direito de acesso aos tribunais, consagrado no artigo 20.º, n.º 1, da Constituição, a norma extraída das disposições conjugadas do artigo 15.º do CIRE, e artigos 304.º, primeira parte, e 629.º, n.º 1, do CPC, interpretadas no sentido de que não cabe recurso de decisões proferidas no incidente de qualificação da insolvência cujo valor, determinado pelo ativo do devedor, seja inferior ao da alçada do tribunal de primeira instância.»

<sup>86</sup> Não aplicável quando o devedor seja pessoa singular e haja requerido, em momento anterior à prolação da sentença de declaração da insolvência, a exoneração do passivo restante (artigo 39.º, n.º 8, do CIRE).

<sup>87</sup> Não aplicável nos casos em que o devedor beneficie de diferimento do pagamento das custas, nos termos do artigo 248.º, n.º 1, do CIRE, durante a vigência do benefício (artigo 232.º, n.º 6, do citado código). O mesmo é

Ou seja, nos casos em que o juiz na sentença de declaração da insolvência faz, desde logo, menção à insuficiência da massa insolvente<sup>88</sup> e nos casos em que, prossequindo os autos após a sentença de declaração de insolvência, estes vêm a ser declarados encerrados por insuficiência da massa insolvente, continuando os seus termos o incidente de qualificação da insolvência, com carácter pleno, que haja sido aberto e não haja ainda chegado ao seu termo, como incidente limitado<sup>89</sup>.

### 2.3.2. Tramitação

Ao incidente de qualificação da insolvência, com carácter limitado, aplica-se o preceituado nos artigos 188.º e 189.º do CIRE (por remissão operada pelo n.º 1 do artigo 191.º, do mesmo compêndio legal), regime a que já aludimos acima a propósito da tramitação do incidente de qualificação da insolvência, com carácter pleno, pelo que, neste ponto, limitarmos-nos a analisar as adaptações legalmente previstas.

Assim, consagra a al. a) do n.º 1 do artigo 191.º, do CIRE, para o administrador da insolvência ou qualquer interessado alegar o que tiver por conveniente para o efeito da qualificação da insolvência como culposa o prazo de 45 dias, contados da data da sentença de declaração de insolvência, nos casos do n.º 1 do artigo 39.º. Estabelece, ainda, que, quando aplicável, o prazo para o administrador da insolvência apresentar o seu parecer é de 15 dias.

Deixou este preceito, por força das alterações introduzidas pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, de prever o prazo aplicável nos casos do n.º 5 do artigo 232.º, do CIRE.

Na redação anterior deste preceito (introduzida pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril), estabelecia o artigo 191.º, n.º 1, al. a), do CIRE: «o prazo para o administrador da insolvência ou qualquer interessado alegar o que tiver por conveniente para efeito da qualificação da insolvência como culposa é de 45 dias contados, respetivamente, da sentença de declaração da insolvência ou da data da decisão de encerramento a que se refere o artigo 232.º e, quando aplicável, o prazo para o administrador da insolvência apresentar o seu parecer é de 15 dias.»

No domínio da redação acima transcrita, defendia Alexandre de Soveral Martins que «(s)e, porém, antes do encerramento do processo *já tinha sido aberto e terminado o prazo* previsto no art. 188.º, n.º 1, no incidente que era então pleno e sem que fossem apresentadas

---

dizer, não aplicável quando o devedor seja pessoa singular e haja requerido a exoneração do passivo restante, até à decisão final deste pedido. Não aplicável, também, em caso de encerramento do processo de insolvência a pedido do devedor, previsto no artigo 231.º do CIRE (cfr. Acórdão do TRG de 12/05/2016, processo n.º 287/05.2TBALJ-F.G1, rel. António Beça Pereira).

<sup>88</sup> E desde que não seja requerido o complemento da sentença, pois que, neste caso, o incidente de qualificação da insolvência a que haja lugar prosseguirá com carácter pleno (artigo 39.º, n.º 4, do CIRE).

<sup>89</sup> O mesmo é dizer, «só quanto às fases subsequentes ao encerramento do processo de insolvência se aplica o regime particular do incidente limitado» (FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 260).

as alegações ali em causa, o encerramento do processo de insolvência previsto no art. 232.º, n.º 5, não permite voltar a abrir o prazo»<sup>90</sup>.

Também Maria do Rosário Epifânio<sup>91</sup> criticava a solução legal, na medida em que «sem qualquer razão que o justifique, o limite do prazo pode chegar aos 90 dias. Para além disso, se já tiver decorrido o prazo de 45 dias sem que haja alegações, haverá ainda uma última (e desnecessária) hipótese de abertura do incidente».

Com a alteração introduzida pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, o legislador terá, certamente, pretendido acabar com as dúvidas interpretativas sobre este preceito legal. Na realidade, mostra-se desnecessária a indicação do momento em que se inicia o prazo nos casos do n.º 5 do artigo 232.º, do CIRE. No nosso entender, e uma vez que a insuficiência da massa insolvente não foi desde logo constatada no início do processo, há que aplicar-se o prazo previsto no n.º 1 do artigo 188.º, contado nos termos ali previstos, por força da remissão operada pelo n.º 1 do artigo 191.º, ambos do CIRE. Aliás, o artigo 191.º, n.º 1, al. a), do CIRE, está, nitidamente, pensado para os casos em que o incidente é, *ab initio*, declarado aberto com carácter limitado<sup>92</sup>. Assim, proferido despacho de encerramento, nos termos do artigo 232.º do CIRE, sem que, até essa data, haja sido apresentado requerimento ao abrigo do disposto no artigo 188.º, n.º 1, do mesmo código, ou sem que o juiz haja decidido declarar, oficiosamente, aberto o incidente de qualificação da insolvência, fica precluída a hipótese de ser apreciada a natureza da insolvência, até porque, nesse despacho, o juiz terá que declarar expressamente o carácter fortuito da insolvência (artigo 233.º, n.º 6, do CIRE)<sup>93</sup>.

Face às críticas avançadas pela doutrina, a que acima aludimos, parece-nos ser esta a solução mais acertada, desde logo porquanto havendo-se esgotado o prazo previsto no n.º 1 do artigo 188.º do CIRE no momento em que é proferido o despacho de encerramento, e atentos os efeitos deste decorrentes, nenhum sentido faria admitir a contagem de novo prazo para desencadear o incidente.

Prevê a al. b) do n.º 1 do artigo 191.º, uma outra adaptação ao regime regra, que consiste na estatuição de que os documentos da escrituração do insolvente são patenteados pelo próprio a fim de poderem ser examinados por qualquer interessado. Aliás, ao

---

<sup>90</sup> MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 442 (itálico no original). No mesmo sentido, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 740; EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, pág. 84 e comunicação em vídeo.

<sup>91</sup> EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 155, nota 488.

<sup>92</sup> Neste sentido, embora no âmbito de redação anterior, FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 260.

<sup>93</sup> Vide, no sentido que defendemos, embora proferidos no âmbito da redação do CIRE anterior ao DL n.º 79/2017, de 30 de junho, o Acórdão do TRE de 29/01/2015, processo 34/14.8T2GDL.E1, rel. Silva Rato, e o Acórdão do TRL de 23/06/2015, processo 491/13.0TYLSB-D.L1-7, rel. Cristina Coelho.

administrador da insolvência deverá ser facultado, designadamente, o exame a todos os elementos da contabilidade do devedor, para a elaboração do parecer, sendo aplicável o disposto no artigo 83.º na medida do necessário ou conveniente para o efeito (artigo 191.º, n.º 2, do CIRE)<sup>94</sup>.

Também no que respeita à sentença que qualifique a insolvência como culposa o regime do incidente limitado sofre uma adaptação: a sentença conterà apenas as menções referidas nas alíneas a) a c) e e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE (artigo 191.º, n.º 1, al. c), do mesmo código), ou seja, não há lugar à determinação da perda de quaisquer créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente detidos pelas pessoas afetadas pela qualificação, nem à sua condenação na restituição dos bens ou direitos já recebidos em pagamento desses créditos<sup>95</sup>.

Discutido, assim, o regime processual dos incidentes de qualificação da insolvência, dedicamos o capítulo seguinte à definição de insolvência culposa e à delimitação dos respetivos âmbitos subjetivo e objetivo.

---

<sup>94</sup> A necessidade de menção expressa neste preceito ao artigo 83.º do CIRE deriva, certamente, dos efeitos que decorrem do encerramento do processo (cfr. FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., págs. 740/741, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 444).

<sup>95</sup> Sobre a razão de ser deste regime, ver infra o que se dirá a propósito do efeito previsto na al. d) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE.

## CAPÍTULO 3 - INSOLVÊNCIA CULPOSA

### 3.1. Tipos de insolvência

Distingue a lei dois tipos de insolvência quanto à sua qualificação: a insolvência fortuita e a insolvência culposa (artigo 185.º do CIRE).

Se no artigo 186.º do CIRE o legislador oferece ao intérprete uma definição de insolvência culposa, assim já não sucede no que concerne à insolvência fortuita<sup>96</sup>, pelo que há que entender-se esta como um conceito negativo ou por exclusão de partes<sup>97</sup>. Insolvência fortuita será, assim, a que não é imputável a título de dolo ou culpa grave<sup>98</sup>, abrangendo quer a atuação diligente do devedor, ou dos seus administradores, que, ainda assim, por motivos alheios à sua vontade haja gerado ou agravado a situação de insolvência, quer a que resulte de graus menos graves de negligência<sup>99</sup>.

Nos termos do artigo 186.º, n.º 1, do CIRE, que contempla a noção geral, «a insolvência é culposa quando a situação tiver sido criada ou agravada em consequência da atuação, dolosa ou com culpa grave, do devedor, ou dos seus administradores, de direito ou de facto, nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência»<sup>100</sup>.

---

<sup>96</sup> O legislador do CPC de 1961 (porquanto no CPEREF não havia lugar à qualificação da falência) apresentava a seguinte definição: «a falência é casual quando o falido, tendo procedido na gerência do seu comércio com honestidade e diligência normal, foi colocado na impossibilidade de cumprir as suas obrigações por causa independente da sua vontade» (artigo 1275.º). Já antes, no Código Comercial de 1833, a quebra casual era descrita como «o estado de insolvência d'um comerciante, proveniente de caso fortuito ou força maior» (artigo 1146.º). Também a LC omite a previsão legal da noção de insolvência fortuita.

<sup>97</sup> Cfr. FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 261, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 716, RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação da responsabilidade civil dos administradores*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. LXXXIII, 2007, pág. 478, OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 202, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 405, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 128, e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 281.

<sup>98</sup> Vide PLAZAS, José Machado, ob. cit., pág. 84.

<sup>99</sup> Cfr. RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 482. Vide, também, esta autora sobre a linha que separa a insolvência culposa da insolvência fortuita e, designadamente, sobre o papel da *business judgement rule* na apreciação das decisões dos administradores (ob. cit., págs. 482-484). Cfr., ainda, ABREU, J. M. Coutinho de, *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades*, IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º 5, 2.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2010, págs. 36 e seguintes, sobre a temática da *business judgement rule*, da sindicabilidade das decisões dos administradores de acordo com critérios de racionalidade e sobre a inaplicabilidade desta cláusula aos casos de violação do dever geral de lealdade ou de deveres legais específicos (possibilidade de exclusão da responsabilidade apenas no caso de violação de deveres de cuidado).

<sup>100</sup> Configurando esta norma como uma disposição legal de proteção, vide FRADA, Manuel A. Carneiro da, *A Responsabilidade dos administradores na insolvência*, ROA 66/II (2006), págs. 683-687, disponível em [www.oa.pt/conteudos/artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idsc=50789&ida=50916](http://www.oa.pt/conteudos/artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50789&ida=50916) (acesso em 02/11/2016). Adelaide Menezes Leitão (ob. cit., pág. 278) sustenta que o regime introduzido pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, reconduz-se a «uma protecção acrescida aos credores que não necessitam de recorrer ao sistema do artigo 78.º do CSC com pressupostos mais exigentes» e a «uma sanção dos comportamentos culposos dos administradores». Desenvolvidamente, sobre a responsabilidade dos administradores por violação de normas de proteção, vide LEITÃO, Adelaide Menezes, *Responsabilidade dos Administradores para com a sociedade e os credores sociais*

Surgem, então, como pressupostos de aplicação do n.º 1 do artigo 186.º do CIRE: uma atuação<sup>101</sup>, dolosa<sup>102</sup> ou com culpa grave<sup>103</sup>, que haja dado origem ou agravado a situação de insolvência do devedor<sup>104</sup>, por parte deste ou dos seus administradores, de direito ou de facto, e que haja ocorrido nos três anos anteriores ao início do processo de insolvência<sup>105</sup>. Do âmbito subjetivo e do âmbito objetivo da qualificação de insolvência tratamos nas secções seguintes.

O legislador cuidou, também, a propósito dos tipos de insolvência, de ressaltar que a qualificação atribuída no âmbito dos incidentes de qualificação da insolvência não é vinculativa para efeitos de causas penais, nem das ações a que se reporta o n.º 3 do artigo 82.º do CIRE<sup>106-107</sup>.

---

*por violação de normas de protecção, in* Direito e Justiça, Estudos Dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, vol. I, págs. 19-53. De modo coincidente, Nuno Manuel Pinto Oliveira (ob. cit., pág. 228) caracteriza o artigo 186.º do CIRE como «disposição legal dirigida à protecção dos interesses “puramente económicos” dos credores da sociedade lesados por práticas de administração não idónea».

<sup>101</sup> Por ação ou omissão e de carácter ilícito, ou seja, no caso de serem autores os administradores, de direito ou de facto, que importe violação dos deveres de lealdade e de cuidado a que estes estão sujeitos, nos termos do CSC (cfr. OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 196). Vide também, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 695, e RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 484. Rui Pinto Duarte (ob. cit., pág. 162), acrescenta a esta hipótese a de violação de outros diplomas, como o Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

<sup>102</sup> Abrangendo o dolo em todas as suas vertentes: direto, necessário e eventual, conforme salienta Maria Elisabete Ramos (*Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 479). Vide a citada autora, desenvolvidamente, sobre o dolo no âmbito do incidente de qualificação da insolvência (ob. cit., págs. 479/480). Sustentando que é sempre, ou quase sempre, exigível o dolo nos casos em que a ilicitude da conduta do administrador resulte da violação dos deveres de fidelidade/lealdade previstos no artigo 64.º, n.º 1, al. b), do CSC, vide OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 197/198. Vide também, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 696. Sobre as modalidades de culpa, vide, designadamente, COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Direito das Obrigações*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, 1994, págs. 488-489.

<sup>103</sup> Sobre a noção de culpa grave, vide RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 480/481. Defendendo que é exigível a culpa grave nos casos em que a ilicitude da conduta do administrador resulte da violação dos deveres de cuidado previstos no artigo 64.º, n.º 1, al. a), do CSC, vide OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 198. Acompanhando este autor, entendemos que, assim sendo, quando esteja em causa a violação de deveres de cuidado, os administradores poderão beneficiar da *business judgement rule*, consagrada no artigo 72.º, n.º 2, do CSC, para afastamento da sua imputabilidade (assim também, OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 236).

<sup>104</sup> Nexa de causalidade entre a atuação e a criação ou agravamento da situação de insolvência, à luz da teoria da causalidade adequada - no sentido de contribuição relevante ou significativa da conduta dos autores dos factos para a criação ou agravamento da insolvência (cfr. OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 200).

<sup>105</sup> Pugnando pelo conhecimento oficioso do limite temporal, por não estar em causa um prazo de prescrição ou de caducidade de determinado direito, vide FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 691. Ainda sobre o limite temporal, chama-se a atenção para o disposto no n.º 2 do artigo 4.º do CIRE, do qual decorre que o termo final deste período de três anos corresponderá à data da declaração da insolvência (vide, a propósito, o Acórdão do TRC de 23/09/2014, processo n.º 4/13.3TBSEI-L.C1, rel. Fernando Monteiro).

<sup>106</sup> Mas já o será, no âmbito do processo de insolvência, para efeitos do procedimento de exoneração do passivo restante (cfr. PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 503). Na jurisprudência, neste sentido, vide Acórdãos do TRP de 04/03/2013, processo n.º 1043/12.7TBOAZ-E.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes, e de 03/12/2012, processo n.º 1462/11.6TJVNF-D.P1, rel. Pinto de Almeida, Acórdão do TRC de 29/02/2012, processo n.º 170/11.2TMGR-C.C1, rel. Carlos Gil. Contra: Acórdão do TRE de 11/04/2013, processo n.º 1767/12.9-C, rel. Canelas Brás.

<sup>107</sup> Sobre os efeitos da decisão penal condenatória no incidente de qualificação da insolvência, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., págs. 716 e 1026. Desenvolvidamente, sobre a interpretação da segunda parte do artigo 185.º do CIRE, vide OLIVEIRA, Rui



### 3.2. Âmbito subjetivo da insolvência culposa

A insolvência culposa pode atingir o devedor e, nomeadamente, os seus administradores, de direito ou de facto, TOC<sup>108</sup> e ROC.

Na versão originária do CIRE, o legislador, embora no artigo 186.º incluísse no âmbito subjetivo da insolvência culposa o devedor e os administradores, determinava que na sentença de qualificação da insolvência fossem identificadas as pessoas afetadas, sem as especificar. Com a aprovação da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, foi alterada a al. a) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE, passando a discriminar-se as pessoas que poderão ser atingidas pela insolvência culposa, a título exemplificativo<sup>109</sup>.

Não incluiu o legislador no elenco das pessoas que poderão ser afetadas pela insolvência culposa especificadas no artigo 189.º, n.º 2, al. a), do CIRE, o próprio devedor insolvente. No entanto, não nos resta qualquer dúvida de que, apesar de a norma a ele não se referir expressamente, o devedor insolvente pode e deve, se for caso disso, ser afetado pela qualificação da insolvência como culposa<sup>110</sup>.

---

Estrela de, ob. cit., págs. 204-210, e OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 231 e seguintes. Vide, ainda, criticando a restrição legal no caso das ações de responsabilidade civil previstas no artigo 82.º, n.º 3, do CIRE, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., págs. 670-673, e ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 88, nota 27.

<sup>108</sup> Após a entrada em vigor da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, designados de Contabilistas Certificados. Pese embora a alteração do título profissional operada pelo citado diploma, considerando que o legislador do CIRE não cuidou, ainda, de atualizar a norma em análise, por facilidade de exposição, manter-se-á a menção à designação anterior.

<sup>109</sup> Criticando o regime legal, vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, pág. 129 (também EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit.) e SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 74. Igualmente crítico, desenvolvidamente, vide BRANCO, José Manuel, *A qualificação da insolvência (análise do instituto em paralelo com outros de tutela de credores e enquadramento no regime dos deveres dos administradores)*, janeiro de 2014, disponível em: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo\\_insolvencia\\_acoes\\_conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf) (acesso em 02/11/2017), pág. 358 e seguintes.

<sup>110</sup> Aliás, estranho seria que, atenta a natureza do incidente de qualificação da insolvência, o devedor insolvente não fosse passível de ser afetado pela insolvência culposa, face ao disposto no artigo 186.º do CIRE, e que, consequentemente, sobre ele não incidissem os efeitos substantivos que a lei prevê como sanção civil para uma atuação criadora ou agravante da situação de insolvência da sua autoria. A doutrina portuguesa, em geral, parece nem colocar tal questão (vide, a título de exemplo, FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 256, e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 734, e LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 202). Ana Prata, Jorge Morais Carvalho e Rui Simões (ob. cit., pág. 527) chamam a atenção para a omissão, sem adiantar qualquer solução. Aparentemente, defendendo que só o devedor pessoa singular pode ser afetado pela insolvência culposa, vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 128, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 425, e OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 230. Sustentando que o devedor insolvente, independente da sua natureza singular ou coletiva, pode ser afetado pela insolvência, vide, desenvolvidamente, ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., págs. 96 e seguintes, posição que acompanhamos, pelas razões de ordem lógica e sistemática enunciadas e para as quais remetemos. A doutrina espanhola, no âmbito da LC, tem suscitado a questão da inclusão do devedor no âmbito subjetivo da insolvência culposa: incluindo o devedor insolvente pessoa singular no leque de pessoas que poderão ser afetadas pela insolvência culposa, vide PLAZAS, José Machado, ob. cit., pág. 170, MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., págs. 320/321, e GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 157; excluindo o devedor insolvente desse conjunto de pessoas, vide GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., pág. 36 (também em GARCÍA-CRUCES, José António, *El problema...*, ob. cit., págs. 247-321).

Pese embora, para efeitos de aplicação do CIRE, nos possamos socorrer da noção de administradores a que alude o artigo 6.º, n.º 1, do código<sup>111</sup>, o legislador não apresenta uma definição de administrador de direito e de administrador de facto.

No que ao administrador de direito concerne não surgem dificuldades, porquanto este corresponderá à pessoa, singular ou coletiva, que se encontre legal ou estatutariamente nomeada para o exercício de um cargo social e que constará do registo a que aquela estiver sujeita.

Dúvidas poderão surgir relativamente à noção de administrador de facto e à amplitude que se poderá conceder a esta figura. A doutrina, de um modo geral, tem caracterizado como administrador de facto quem, sem título bastante, exerça, direta ou indiretamente e de modo autónomo (não subordinadamente), funções próprias de administrador de direito da sociedade, distinguindo, no essencial, três tipos de administradores de facto: os administradores de facto aparentes, os administradores de facto ocultos sob outro título e os administradores na sombra (*shadow directors*)<sup>112</sup>.

A pretendida «maior e mais eficaz responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas colectivas» (cfr. preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março), reforçada pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, conduziu, assim, a que se permita a imputação das condutas causadoras ou agravantes da situação de insolvência não só aos administradores de direito, como também aos administradores de facto<sup>113</sup> e, ainda, aos TOC e ROC<sup>114</sup> e outras

---

<sup>111</sup> São considerados administradores, nos termos do artigo 6.º, n.º 1, do CIRE, tratando-se de pessoa coletiva ou património autónomo, aqueles a quem incumba a administração ou liquidação da entidade ou património em causa, designadamente os titulares do órgão social que para o efeito for competente (al. a)), e, sendo o devedor pessoa singular, os seus representantes legais e mandatários com poderes gerais de administração (al. b)).

<sup>112</sup> Cfr. ABREU, J. M. Coutinho de, *Responsabilidade...*, ob. cit., págs. 100/101. Associando a inclusão do administrador de facto no âmbito subjetivo da insolvência culposa a um afloramento da figura da desconsideração da personalidade jurídica, vide SERRA, Catarina, *Desdramatizando o afastamento da personalidade jurídica (e da autonomia patrimonial)*, in Revista Julgar n.º 9, Coimbra, Coimbra Editora, setembro-dezembro 2009, pág. 128. Sobre o conceito de administrador de facto, vide, desenvolvidamente, COSTA, Ricardo, *Responsabilidade civil societária dos administradores de facto*, in Temas Societários, IDET, Coimbra, 2006, págs. 23-43, CABRAL, João Miguel Santos, *O administrador de facto no ordenamento jurídico português*, in Revista do CEJ, n.º 10 (2.º semestre 2008), págs. 109-164, e RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da sociedade, responsabilidade civil do administrador de facto e poderes do administrador da insolvência*, in *Insolvência e consequências da sua declaração*, disponível em [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Insolvencia/Curso\\_Especializacao\\_%20Insolvencia.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Insolvencia/Curso_Especializacao_%20Insolvencia.pdf) (acesso 08/11/2017). Na doutrina espanhola, sobre a figura do administrador de facto, vide GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., pág. 38 e seguintes.

<sup>113</sup> Afirmamos também porquanto a declaração de um administrador de facto como pessoa afetada pela insolvência culposa não implica a isenção de responsabilidade do administrador de direito, tanto mais que este, ainda que não se dedique ao exercício da administração que lhe foi confiada, mantém-se sujeito aos deveres a que alude o artigo 64.º do CSC. Como alertam José António García-Cruces (*La calificación...*, ob. cit., págs. 42/43) e Carlos Romero Sanz de Madrid (ob. cit., pág. 324), o administrador de direito deve, por um lado, responder pela sua atitude passiva, pelo incumprimento do dever de administrar e, por outro, deve evitar a atuação do administrador de facto, adotando as suas próprias decisões, de modo a respeitar o dever de diligência a que está sujeito. Eventual e casuisticamente, dependendo da atuação concreta que haja dado origem ao

peças que não o devedor ou os administradores (v.g. representantes legais do devedor, liquidatários, membros de órgãos de fiscalização), de modo a abranger-se os efetivos «autores materiais do processo decisório conducente à insolvência empresarial»<sup>115</sup>, assim se justificando a extensão do âmbito subjetivo da insolvência culpada<sup>116</sup>.

Tendo presente a aludida finalidade do legislador, não distingue o CIRE e, como tal, não pode o intérprete fazê-lo, a natureza singular ou coletiva das peças que poderão ser afetadas pela insolvência culpada<sup>117</sup>.

Podemos, finalmente, afirmar que a afetação do devedor e dos seus administradores, dos TOC e ROC ou de outras peças que não o devedor ou os administradores, não assume caráter automático em face da qualificação da insolvência como culpada. Na realidade, o disposto no artigo 189.º, n.º 2, al. a), do CIRE, que impõe que o juiz fixe o grau de culpa das peças afetadas pela qualificação, inculca precisamente que, verificando-se os pressupostos previstos no artigo 186.º do CIRE, só aqueles que hajam contribuído, de forma dolosa ou com culpa grave, para a criação ou agravamento da situação de insolvência do devedor, poderão ser afetados pela insolvência culpada<sup>118</sup>.

---

incidente de qualificação da insolvência, poderá admitir-se o afastamento da responsabilidade do administrador de direito, perante determinada conduta culpada do administrador de facto, caso aquele logre demonstrar que cumpriu todos os deveres de ordem legal e societária a que estava sujeito. Na jurisprudência nacional debruçando-se sobre a problemática do administrador de facto e do administrador de direito no âmbito do incidente de qualificação da insolvência, vide, nomeadamente, os Acórdãos do TRC de 22/11/2016, processo n.º 2675/13.1TBLRA-E.C1, rel. Maria João Areias, de 14/04/2015, processo n.º 1830/10.0TBFIG-Q.C1, rel. Anabela Luna de Carvalho, de 23/09/2014, processo n.º 4/13.3TBSEI-L.C1, rel. Fernando Monteiro, de 21/01/2014, processo n.º 174/12.8TJCBR-C1, rel. Moreira do Carmo, de 11/12/2012, processo n.º 3945/08.6TBLRA-E.C1, rel. Albertina Pedrosa, de 24/01/2012, processo n.º 205/08.6TBVGS-C.C1, rel. Barateiro Martins, do TRE de 08/05/2014, processo n.º 915/11.0TBENT.I.E1, rel. Francisco Xavier, do TRG de 23/02/2010, processo n.º 326/07.2TBCMNC-G1, rel. Espinheira Baltazar, do TRP de 18/12/2013, processo n.º 41/10.0TYVNG-D.P1, rel. Fernando Samões.

<sup>114</sup> Abordando os TOC e ROC enquanto peças a afetar pela insolvência, vide, v.g., EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 129, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 424, e ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 85.

<sup>115</sup> EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 128.

<sup>116</sup> Quanto ao limite temporal do âmbito subjetivo da insolvência culpada, ter-se-á que considerar o período de três anos a que alude o artigo 186.º, n.º 1, do CIRE (cfr. MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 427).

<sup>117</sup> Aliás, afirmamos até que de outro modo não poderia entender-se porquanto se admite, por um lado, que peças coletivas sejam acionistas e administradoras de sociedades comerciais (artigos 11.º, n.ºs 4 e 5, 390.º, n.º 4, e 481.º e seguintes do CSC e Lei das Sociedades Gestoras de Participações Sociais) e, por outro, que TOC e ROC se organizem em sociedades civis ou comerciais (artigos 115.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados e 116.º do Estatuto da Ordem dos ROC, respetivamente). Também no que se refere aos administradores de facto, nada obsta a que seja considerada peça afetada uma peça coletiva, em especial estando em causa sociedades em relação de grupo. Desenvolvidamente, sobre esta temática, vide ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., págs. 89 e seguintes.

<sup>118</sup> No sentido de que «a qualificação como “peça afetada” implica uma apreciação da conduta individual», vide DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 168. No mesmo sentido, RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efetivação...*, ob. cit., pág. 485. Não há, portanto, aqui lugar a responsabilidade objetiva (defendendo *de jure condendo* essa solução, vide BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 66; Contra: DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 153). Na jurisprudência, vide, designadamente, os Acórdãos do TRC de 18/10/2011, processo n.º 549/10.7TBPBL-A.C1, rel. Fonte Ramos, do

### 3.3. Âmbito objetivo da insolvência culposa

Em ordem a auxiliar o labor do intérprete-aplicador do direito (e, ainda, sem dúvida, a tarefa probatória), o legislador, à noção geral contida no n.º 1 do artigo 186.º do CIRE, a que supra aludimos, acrescentou um conjunto de presunções, destinadas a materializar aquela noção, diretamente aplicáveis a pessoas coletivas insolventes. Estas presunções são extensíveis às pessoas singulares insolventes, no enquadramento enunciado no n.º 4 e com a restrição prevista no n.º 5, ambos daquele preceito<sup>119</sup>.

Assim, nos termos do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE, será *sempre* considerada culposa a insolvência do devedor que não seja uma pessoa singular quando os seus administradores, de direito ou de facto, tenham: destruído, danificado, inutilizado, ocultado, ou feito desaparecer, no todo ou em parte considerável, o património do devedor; criado ou agravado artificialmente passivos ou prejuízos, ou reduzido lucros, causando, nomeadamente, a celebração pelo devedor de negócios ruinosos em seu proveito ou no de pessoas com eles especialmente relacionadas; comprado mercadorias a crédito, revendendo-as ou entregando-as em pagamento por preço sensivelmente inferior ao corrente, antes de satisfeita a obrigação; disposto dos bens do devedor em proveito pessoal ou de terceiros; exercido, a coberto da personalidade coletiva da empresa, se for o caso, uma atividade em proveito pessoal ou de terceiros e em prejuízo da empresa; feito do crédito ou dos bens do devedor uso contrário ao interesse deste, em proveito pessoal ou de terceiros, designadamente para favorecer outra empresa na qual tenham interesse direto ou indireto; prosseguido, no seu interesse pessoal ou de terceiro, uma exploração deficitária, não obstante saberem ou deverem saber que esta conduziria com grande probabilidade a uma situação de insolvência; incumprido em termos substanciais a obrigação de manter contabilidade organizada, mantido uma contabilidade fictícia ou uma dupla contabilidade ou praticado irregularidade com prejuízo relevante para a compreensão da situação patrimonial e financeira do devedor; incumprido, de forma reiterada, os seus deveres de apresentação e de colaboração até à data da elaboração do parecer referido no n.º 2 do artigo 188.º<sup>120</sup>.

---

TRE de 10/07/2014 (*obiter dictum*), processo n.º 18/12.0TBMTL-C.E1, rel. Canelas Brás, TRG de 01/06/2017, processo n.º 1046/16.2T8GMR-B.G1, rel. Pedro Damião e Cunha.

<sup>119</sup> Em particular, sobre a aplicabilidade das diversas alíneas dos n.ºs 2 e 3 do artigo 186.º do CIRE aos devedores pessoas singulares, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 420, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 284, e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., págs. 720/721.

<sup>120</sup> A remissão aqui feita deve entender-se para o n.º 3 do artigo 188.º do CIRE, única que faz sentido, como alerta Adelaide Menezes Leitão (ob. cit., pág. 272). Lamentamos que não se tenha aproveitado a revisão operada pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, para retificar o lapso apontado.

A estas somam-se as presunções de existência de culpa grave por parte dos administradores, de direito ou de facto, do devedor que não seja uma pessoa singular, que tenham incumprido o dever de requerer a declaração de insolvência (artigos 18.º e 19.º do CIRE) ou a obrigação de elaborar as contas anuais, no prazo legal, de submetê-las à devida fiscalização ou de as depositar na conservatória do registo comercial (artigos 65.º e seguintes do CSC e 3.º, n.º 1, al. n), 15.º e 42.º do Código do Registo Comercial), previstas no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE.

Desde logo, é manifesta a diversa natureza das presunções contidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 186.º do CIRE<sup>121</sup>: as primeiras *iuris et de jure* ou inilidíveis, ou seja, não admitindo prova em contrário<sup>122</sup>, e as segundas *iuris tantum* ou ilidíveis, isto é, podendo ser afastadas por prova em contrário<sup>123</sup>.

O conjunto de condutas tipificadas no n.º 2 do artigo 186.º do CIRE que, uma vez demonstradas, preencherão a presunção de insolvência culposa tem que haver-se como taxativo, quer por estarem em causa comportamentos que poderão ser objeto de punição civil, quer pela natureza inilidível da presunção<sup>124</sup>.

As presunções legais contidas no n.º 2 do artigo 186.º do CIRE podem ser agrupadas em três categorias fundamentais: atos prejudiciais para o património do devedor (als. a) e c));

---

<sup>121</sup> Analisando com detalhe, que as limitações de espaço e de tempo desta dissertação não permitem, as presunções contidas nos n.ºs 2 e 3 do artigo 186.º do CIRE, vide FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 262, nota 23, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 718-720, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., págs. 417/418 e 422, OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 201-216, e OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 237 a 245.

<sup>122</sup> Será admissível a prova, pela pessoa que poderá ser afetada pela qualificação da insolvência como culposa, de que não praticou a conduta legalmente prevista (cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 132, e SERRA, Catarina, «*Decoctor...*», ob. cit., pág. 70), mas já não se poderão relevar causas de justificação (assim, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 689, nota 38, e págs. 691/692. Na doutrina espanhola, em sentido coincidente, ou seja, de que o insolvente e as pessoas afetadas pela qualificação apenas podem provar a sua inimputabilidade ou não participação no facto-base da presunção, vide PLAZAS, José Machado, ob. cit., pág. 97, e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 74.

<sup>123</sup> Adotando esta distinção, vide, nomeadamente, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 273, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 129, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 282, FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 262, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 719, ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 81. Este último autor (tal como SERRA, Catarina, «*Decoctor...*», ob. cit., pág. 64) atribui, ainda, a estas presunções legais a classificação de presunções absolutas, as *iuris et de jure*, e de presunções relativas, as *iuris tantum* (ob. cit., pág. 81). Também assim OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 208, e RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 478. Sobre o conceito de presunções, vide LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado*, Vol. I, 4.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987, págs. 312/313.

<sup>124</sup> No sentido da taxatividade da enumeração legal vide, designadamente, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 689, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 719, e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., 416 e 421, nota 51. Na jurisprudência, a título exemplificativo, vide os Acórdãos do TRE de 30/10/2008, processo n.º 2323/08-2, rel. João Marques, e de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho, do TRG de 01/06/2017, processo n.º 1046/16.2T8GMR-B.G1, rel. Pedro Damião e Cunha.

atos que, prejudicando a situação patrimonial do devedor, em simultâneo trazem benefícios para o administrador que os pratica ou para terceiros (als. b), d), e), f) e g)); incumprimento de certas obrigações legais (als. h) e i))<sup>125</sup>.

Discute-se se, atenta a natureza das presunções legais estabelecidas no n.º 2 do artigo 186.º do CIRE, verificados os factos em que se consubstanciam, é necessário ou não o preenchimento dos pressupostos previstos no n.º 1 do artigo 186.º do código.

Parece haver consenso no que respeita à necessidade da verificação do limite temporal de três anos<sup>126</sup>, com exceção do que respeita à al. i) do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE, que, pela própria natureza dos factos nela pressupostos, pode dizer respeito a período posterior à declaração de insolvência.

No que concerne à exigência de verificação do nexo de causalidade entre os comportamentos previstos no n.º 2 do artigo 186.º do CIRE e a criação ou agravamento da situação de insolvência subsistem, contudo, divergências na doutrina.

Parte significativa da doutrina sustenta que o artigo 186.º, n.º 2, do CIRE, permite dispensar a prova da causalidade da conduta em relação à criação ou agravamento da situação de insolvência, por se presumir não só a culpa grave, mas também o nexo causal<sup>127</sup>.

---

<sup>125</sup> Seguimos, aqui, as classificações, no essencial, coincidentes de FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 262, nota 23, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., págs. 129/130, e ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., págs. 82/83.

<sup>126</sup> Cfr. LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 273, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 131, nota 412, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 416, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 719, ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 82. Também assim quanto às presunções contidas no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE.

<sup>127</sup> Assim, Manuel A. Carneiro da Frada (ob. cit., pág. 692), embora, este autor, defenda que «as concretizações do n.º 2 represent(am) (...) tipos de ilícito secundário, complementares e não autónomos do ilícito indiciado pela situação de responsabilidade do n.º 1», preenchendo-o (ob. cit., pág. 689, nota 38), LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 273, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 282, PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 509, OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 208, ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 82, MARTINS, Luís M., ob. cit., pág. 404, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 419. Este último autor, porém, critica a inclusão da al. i) entre as presunções inilidíveis do n.º 2 do artigo 186.º, por se tratar de comportamentos posteriores ao início do processo de insolvência (ob. cit., pág. 419, nota 46). Carneiro da Frada (ob. cit., pág. 693) faz notar que a lei insolvencial sanciona no artigo 186.º, n.ºs 2 e 3, por um lado, condutas que «terão normalmente como consequência (...) a insolvência» e, por outro, que «não conduzem por si, necessariamente, à situação de insolvência, requerendo-se a verificação de outros factores, algumas vezes fortuitos, para que ela ocorra» ou «situações de responsabilidade por omissões, sendo que delas também não deriva, por si e infalivelmente, a insolvência», concluindo, com clareza, que quer esteja em causa um delito de perigo concreto, quer um delito de perigo abstrato, justifica-se a estatuição das presunções legais com intuito preventivo, ou seja, «como forma enérgica de dissuadir ou prevenir condutas indesejáveis que, segundo a experiência, são susceptíveis de ocasionar insolvências e estão com elas intimamente ligadas». Também assim OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 203/204, e DUARTE, Rui Pinto, ob. cit., págs. 162/163. Na doutrina espanhola, dispensando a relação causal entre a conduta e a criação ou agravamento da insolvência, em caso de preenchimento de presunção *iuris et de jure* de insolvência culposa, vide MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 75. Na jurisprudência, seguindo o entendimento professado pela maioria da doutrina, vide, nomeadamente, os Acórdãos do STJ de 06/10/2011, processo n.º 46/07.8TBSVC-0.L1.S1, rel. Serra Baptista, do TRE de 03/11/2016, processo n.º 5291/15.0T8STB-C.E1, rel. Mário Serrano, de 20/10/2016, processo n.º 23/16.8T8FTR.E1, rel. Mário Branco Coelho, de 06/10/2016,

Outra parte da doutrina coloca em causa a natureza das presunções contidas no n.º 2 do artigo 186.º do CIRE e, nalguns casos, a autonomia destas relativamente ao n.º 1 do mesmo preceito legal<sup>128</sup>.

Parece-nos que subjacente à redação deste preceito e à estatuição de presunções de insolvência culposa (e não de meras presunções de culpa) está a intenção do legislador de subtrair à «apreciação judicial autónoma»<sup>129</sup> a culpa e o nexo de causalidade entre a atuação que constitui o facto-base da presunção e a criação ou agravamento da situação de insolvência.

Também no que respeita às presunções contidas no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE<sup>130</sup> constatamos haver divergência na doutrina e na jurisprudência em relação à exigência da verificação do nexo de causalidade previsto no n.º 1 do artigo 186.º do código.

Propugnando que o n.º 3 do artigo 186.º constitui uma presunção de culpa grave e que é necessário provar a causalidade da conduta em relação à criação ou agravamento da situação de insolvência encontramos a maioria da doutrina<sup>131</sup> e da jurisprudência<sup>132</sup>.

---

processo n.º 2831/15.8T8STB-H.E1, rel. Tomé Ramião, do TRG de 14/09/2017, processo n.º 7165/15.5T8VNF-A.G1, rel. Purificação Carvalho, de 01/06/2017, processo n.º 1617/16.7T8GMR-B.G1, rel. Maria João Matos, de 01/06/2017, processo n.º 280/14.4TBPVL-E.G1, rel. João Peres Coelho, do TRL de 12/03/2013, processo n.º 1043/11.4TBVFX-A.L1-7, rel. Orlando Nascimento, de 26/04/2012, processo n.º 2160/10.3TJLSB-B.L1-2, rel. Ezagüi Martins, de 22/01/2008, processo n.º 10141/2007/7, rel. Graça Amaral, do TRC de 07/03/2017, processo n.º 1336/11.0TBLRA-N.C1, rel. Luís Cravo, de 27/05/2015, processo n.º 617/10.5TBMMV-A.C1, rel. Jorge Arcanjo, de 21/01/2014, processo n.º 21/01/2014, processo n.º 174/12.8TJCBR-C1, rel. Moreira do Carmo, do TRP de 18/09/2017, processo n.º 7353/15.4T8VNG-A.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes, de 29/06/2017, processo n.º 2603/15.0T8STS-A.P1, rel. Filipe Carço, de 07/07/2016, processo n.º 353/09.5TYVNG-E.P1, rel. Carlos Querido, de 27/02/2014, processo n.º 1595/10.6TBAMT-A.P2, rel. Leonel Serôdio. Vide, ainda, com interesse o Acórdão do TC n.º 570/2008, de 26/11/2008, processo n.º 217/08, 3.ª secção, rel. Vítor Gomes.

<sup>128</sup> Catarina Serra (*O Regime...*, ob. cit., pág. 141) admite que as alíneas a) a g) do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE correspondem a presunções absolutas de insolvência culposa (não sendo necessária a prova do nexo de causalidade entre aquelas e a criação e o agravamento da insolvência), no entanto classifica como ficções legais as alíneas h) e i) do citado preceito legal, na medida em que «a factualidade descrita não é de molde a fazer presumir com segurança o nexo de causalidade entre o facto e a insolvência, que é, a par da culpa (...), o requisito fundamental da insolvência culposa segundo a cláusula geral do n.º 1». Cfr. também esta autora sobre esta temática, desenvolvidamente, «*Decoctor...*, ob. cit., pág. 66 e seguintes. No entanto, entendendo as diversas alíneas do n.º 2 do artigo 186.º do CIRE como presunções (umas) ou ficções legais (outras), a autora chega a igual resultado, porquanto em ambos os casos se prescinde da prova do nexo de causalidade. Vide também DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., pág. 160, nota 22 (que entende que «os enunciados do n.º 2 não são presunções da existência da hipótese de facto (...) descrita» no n.º 1). Rui Estrela de Oliveira (ob. cit., págs. 237 a 243) analisando as diversas previsões legais do n.º 2, exige o recurso ao nexo de causalidade previsto no n.º 1 do artigo 186.º, do CIRE, nos casos das alíneas a) a g) por ser aquele «necessário à compreensão do facto-base da presunção, como critério densificador autónomo do conceito aberto utilizado pelo legislador», mas já não assim relativamente às situações das alíneas h) e i). Parece-nos, contudo, que este entendimento não se coaduna com a lei vigente, sem embargo de poder ser tido em consideração *de jure condendo*. Na doutrina espanhola, exigindo a prova do nexo causal no caso das presunções *iure et de jure* vide GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., pág. 11, e PLAZAS, José Machado, ob. cit., pág. 98.

<sup>129</sup> Para utilizar a expressão empregue no Acórdão do TRL de 09/11/2010, processo n.º 168/07.5TBLNH-D.L1-7, rel. Graça Amaral.

<sup>130</sup> Que constituem também uma enumeração taxativa. Assim, FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., pág. 689.

Com leitura diversa, outros autores consideram constituírem as presunções previstas no n.º 3 do artigo 186.º, do CIRE, presunções relativas de insolvência culposa<sup>133</sup>.

Manifestamos a nossa concordância com a posição preconizada pela maioria da doutrina e jurisprudência que se debruçou sobre a questão, desde logo na medida em que quer o elemento literal<sup>134</sup>, quer o elemento teleológico<sup>135</sup>, parecem apontar nesse sentido.

---

<sup>131</sup> Cfr. LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 283, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 273, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 423, e OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 79 (este autor quanto à al. a) do n.º 3). Luís M. Martins (ob. cit., pág. 404), embora configure o preceito como presunção de culpa, defende, no entanto, que caberá às pessoas afetadas pela qualificação o ónus da prova da inexistência dos factos enumerados no n.º 3, o que, salvo o devido respeito, nos parece incongruente. Sustentando a necessidade de prova da relação causal entre a conduta e a criação ou agravamento da insolvência, na doutrina espanhola, quando estão em causa presunções *iuris tantum*, vide MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., págs. 177/178, e GARCÍA-CRUCES, José António, *El problema...*, ob. cit., págs. 247-321.

<sup>132</sup> Vide, para a posição quase dominante, a título de exemplo, os Acórdãos do STJ de 06/10/2011, processo n.º 46/07.8TBSVC-0.L1.S1, rel. Serra Baptista, do TRE de 12/03/2015, processo n.º 2518/12.3TBEVR-C.E1, rel. Sílvia Sousa, de 23/09/2009, processo n.º 3309/05.3TBSTR-A.E1, rel. Eduardo Tenazinha, de 13/12/2011, processo n.º 2076/09.6TBSTR-A.E1, rel. Francisco Matos, do TRG de 11/07/2017, processo n.º 1255/12.3TBGC-G.G1, rel. José Cravo, de 14/09/2017, processo n.º 7165/15.5T8VNF-A.G1, rel. Purificação Carvalho, e de 12/03/2009, processo n.º 1621/07.6TBCL-B.G1, rel. Manso Rainho, do TRL de 11/05/2017, processo n.º 65/12.2TBPTS-Q.L1-6, rel. Anabela Calafate, de 09/10/2014, processo n.º 1048/12.8TBPD-G.L1-6, rel. Gilberto Jorge, de 18/04/2013, processo n.º 1027/10.0TYLSB-A.L1-2, rel. Jorge Leal, de 09/11/2010, processo n.º 168/07.5TBLNH-D.L1-7, rel. Graça Amaral, do TRC de 16/09/2014, processo n.º 1146/12.8TBCVL-B.C1, rel. Catarina Gonçalves, de 21/01/2014, processo n.º 174/12.8TJCBR-C1, rel. Moreira do Carmo, de 08/02/2011, processo n.º 1543/06.8TBPMO-O.C1, rel. António Beça Pereira, do TRP de 07/12/2016, processo n.º 262/15.9T8AMT-D.P1, rel. Aristides Rodrigues de Almeida, de 18/12/2013, processo n.º 41/10.0TYVNG-D.P1, rel. Fernando Samões, de 05/06/2012, processo n.º 363/10.0TYVNG-A.P1, rel. M. Pinto dos Santos, de 25/11/2010, processo n.º 814/08.3TBVFR-F.P1, rel. Pinto de Almeida, de 07/01/2008, processo n.º 0754886, rel. Anabela Luna de Carvalho, e do TC n.º 564/2007, de 13/11/2007, processo n.º 230/07, 2.ª secção, rel. Joaquim de Sousa Ribeiro (que julga, ainda, não inconstitucional o preceituado no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE).

<sup>133</sup> Neste sentido, vide SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 141, que, inclusive, defende que o legislador deveria ter integrado no n.º 3 as alíneas h) e i) do n.º 2 do artigo 186.º, do CIRE. Sobre esta temática, desenvolvidamente, vide também aquela autora, *«Decoctor...»*, ob. cit., pág. 69 e seguintes. Acompanhando Catarina Serra e sustentando que a presunção de culpa do n.º 3 é também uma presunção de insolvência culposa, justificando-o teleológica e sistematicamente, sendo dispensada a prova da causalidade, mas classificando a presunção do n.º 3, ao invés da do n.º 2, como relativa e *iuris tantum*, vide OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 205/206 e 208. Rui Pinto Duarte (ob. cit., pág. 160, nota 22, e pág. 161, nota 24), pese embora discorde da posição assumida por Catarina Serra, atrás mencionada, parece admitir que as presunções contidas no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE «po[ssam] ser qualificadas como presunções de a insolvência ter sido criada ou agravada por atuação dolosa ou culposa dos administradores do devedor». Também Ana Prata (*in* PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 512), contudo chame a atenção para a inequívocidade da lei e do elemento sistemático, parece aceitar a interpretação segundo a qual a presunção do n.º 3 do artigo 186.º do CIRE dispensa «a prova entre as condutas presuntivamente culposas e a insolvência». Na doutrina espanhola, perante as presunções *iuris tantum* previstas na LC relativas a factos alheios à criação ou ao agravamento da situação de insolvência, José Machado Plazas (ob. cit., pág. 143) apelida de diabólica a prova, caso se entendesse ser necessária a prova do nexo de causalidade, interpretando a tipificação de uma série de deveres legais e das sanções que se fundam no seu incumprimento como um modo de reforçar o cumprimento desses deveres e de fomentar o tráfego mercantil (*idem*, pág. 145). Na jurisprudência, embora claramente minoritária, sufragando esta posição vejam-se, designadamente, os seguintes arestos: do TRG de 11/05/2017, processo n.º 1775/15.8T8VNF-A.G1, rel. Francisca Micaela da Mota Vieira, do TRL de 17/01/2012, processo n.º 1023/07.4TBPNV-C.L1-7, rel. Luís Espírito Santo, do TRC de 12/07/2017, processo n.º 60/16.2T8PNH-B.C1, rel. Maria João Areias, de 22/05/2012, processo n.º 1053/10.9TJCBR-K.C1, rel. Barateiro Martins, do TRP de 05/02/2009, processo n.º 0837835, rel. Luís Espírito Santo.



Como se escreveu no Acórdão do TRL de 18/04/2013, processo n.º 1027/10.0TYLSB-A.L1-2, rel. Jorge Leal, que, pela clareza de exposição, transcrevemos: «se as presunções previstas no n.º 3 do artigo 186.º do CIRE contemplassem a qualificação da insolvência no seu todo, elas teriam um maior efeito prático, alargando o universo de casos sancionados pela omissão de deveres tidos como particularmente relevantes para dar transparência ao mercado e, por conseguinte, a confiança necessária a uma regular e proveitosa actividade económica. Mas está em causa uma opção legislativa, na qual não cabe ao intérprete interferir».

Acrescentamos, em reforço da posição que assumimos, que, aliás, não é despicienda a circunstância de, nas sucessivas alterações ao CIRE, incluindo a mais recente operada pelo DL n.º 79/2017, de 30 de junho, o legislador conhecedor, seguramente, da controvérsia em torno do âmbito das presunções contidas no n.º 3 do artigo 186.º, não ter, até ao presente, modificado o preceito, nomeadamente para acolher a interpretação no sentido de que as referidas presunções, embora relativas, abrangem o nexo de causalidade.

Tratados os aspetos essenciais relacionados com os incidentes de qualificação da insolvência – natureza jurídica, regime processual, definição e âmbitos subjetivo e objetivo da insolvência culposa – dedicamos a Parte II da presente dissertação à análise dos efeitos da insolvência culposa e, de entre estes, em especial da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados.

---

<sup>134</sup> Haverá, aqui, que atender ao disposto no artigo 9.º, n.º 3, do Código Civil, e, na tarefa de interpretação da lei, presumir que o legislador consagrou a solução mais acertada e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados.

<sup>135</sup> Veja-se, designadamente, o ponto 13 do preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março, em que, se não fosse já claro o elemento literal (artigo 186.º, n.º 3, do CIRE), se refere, expressamente, o propósito de instituir uma presunção de culpa (e não de insolvência culposa).

**PARTE II – DOS EFEITOS DA INSOLVÊNCIA CULPOSA – EM ESPECIAL DA  
INIBIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO E PARA A OCUPAÇÃO DOS  
CARGOS VEDADOS**

## CAPÍTULO 1 – EFEITOS DA INSOLVÊNCIA CULPOSA

### 1.1. Considerações gerais

Analizados a natureza jurídica e o regime processual dos incidentes de qualificação da insolvência e a definição e os âmbitos subjetivo e objetivo da insolvência culposa, cumpre, agora, abordar o regime substantivo do instituto, ou seja, os efeitos civis decorrentes da qualificação da insolvência como culposa, pois que a qualificação da insolvência como fortuita não comporta quaisquer efeitos.

Como transparece do preceituado no artigo 189.º, n.º 2, do CIRE, qualificada a insolvência como culposa, a sentença produzirá duas ordens de efeitos, cujos termos incumbirá ao juiz determinar: pessoais e patrimoniais<sup>136</sup>.

Constituem efeitos pessoais da insolvência culposa a inibição das pessoas afetadas para administrarem património de terceiros, por um período de 2 a 10 anos, e a inibição dessas pessoas para o exercício do comércio durante um período de 2 a 10 anos, bem como para a ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa (artigo 189.º, n.º 2, als. b) e c), respetivamente, do CIRE).

A par destes, como efeitos de carácter patrimonial da insolvência culposa, surgem, por um lado, a perda de quaisquer créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente detidos pelas pessoas afetadas pela qualificação e a sua condenação na restituição dos bens ou direitos já recebidos em pagamento desses créditos e, por outro, a condenação das pessoas afetadas a indemnizarem os credores do devedor declarado insolvente no montante dos créditos não satisfeitos, até às forças dos respetivos patrimónios, sendo solidária tal responsabilidade entre todos os afetados (artigo 189.º, n.º 2, als. d) e e), respetivamente, do CIRE).

---

<sup>136</sup> Os efeitos em apreciação surgem, assim, como consequência da qualificação da insolvência como culposa pelo juiz e decorrem diretamente da sentença (sem necessidade de pedido prévio dos interessados com vista à condenação neste ou noutro efeito), não tendo, portanto, carácter automático, mas eventual. Vide, a propósito, SERRA, Catarina, *As novas tendências...*, ob. cit., págs. 47/48 e RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 450. Classificando os efeitos resultantes da qualificação da insolvência como culposa como eventuais, vide também COSTEIRA, Maria José, *A insolvência...*, ob. cit., pág. 168, SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 68, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Efeitos da declaração de insolvência sobre o insolvente no novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in *Direito e Justiça*, Vol. XIX, Universidade Católica Portuguesa, 2005, págs. 192-193 e 199 e seguintes. Os efeitos em apreciação são eventuais, na medida em que, como se frisou, só surgirão em caso de qualificação da insolvência como culposa. No entanto, proferida sentença qualificadora e definidas as pessoas por esta afetadas, os efeitos pessoais e patrimoniais dela decorrentes assumem carácter necessário, não estando dependentes da discricionariedade do julgador.

Os efeitos decorrentes da sentença qualificadora da insolvência como culposa não cessam com o encerramento do processo de insolvência (artigo 233.º, n.º 1, a), *in fine*, do CIRE).

A acrescer aos efeitos da insolvência culposa resultantes da sentença que a declara, encontram-se no CIRE outros efeitos que decorrem *ipso iure* dos factos em que se fundou a qualificação da insolvência como culposa, quais sejam: o termo da administração da massa pelo devedor (artigo 228.º, n.º 1, al. c)); o indeferimento liminar do pedido de exoneração do passivo restante (artigo 238.º, n.º 1, als. b), e), e f)); a cessação antecipada do procedimento de exoneração (artigo 243.º, n.º 1, al. c)) e a revogação da exoneração do passivo restante (artigo 246.º, n.º 1)<sup>137</sup>.

A sentença de qualificação assume, assim, simultaneamente, carácter declarativo, ao afirmar a natureza culposa da insolvência, e constitutivo, ao estender-se às pessoas afetadas pela qualificação e ao fazer incidir sobre a esfera civil destas os efeitos a que se supra se aludiu<sup>138</sup>.

Examinamos, em seguida, de modo abreviado, a inibição para a administração do património de terceiros e os efeitos patrimoniais da insolvência para, num segundo momento, nos dedicarmos à análise do efeito pessoal previsto na al. c) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE que, pela relevância que entendemos assumir na esfera jurídica das pessoas afetadas, escolhemos destacar nesta parte da nossa investigação.

## **1.2. Da inibição para administrar património de terceiros**

A inibição das pessoas afetadas para administrarem patrimónios de terceiros surge como efeito da insolvência culposa na sequência das alterações introduzidas ao CIRE pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril<sup>139-140</sup>.

---

<sup>137</sup> Cfr., neste sentido, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 135, FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., págs. 263/264 e FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 733. Discordando desta classificação, vide PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 532.

<sup>138</sup> Cfr. GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 156.

<sup>139</sup> Na versão originária deste preceito, estatuiu-se como efeito da insolvência culposa a inhabilitação das pessoas afetadas, vindo a modificação introduzida por este diploma a fazer cessar a discussão doutrinal e jurisprudencial em torno daquele. Cfr. na doutrina: FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 272/273, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 288, nota 399; OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 245 a 249; DUARTE, Rui Pinto, *Efeitos da declaração de insolvência quanto à pessoa do devedor*, in Themis, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2005, págs. 145/146, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., págs. 143 a 148. Em sentido diverso, SERRA, Catarina, *Os Efeitos patrimoniais da declaração de insolvência após a alteração da Lei n.º 16/2012 ao Código da Insolvência*, in Revista Julgar n.º 18, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 179 a 182. O TC foi chamado a pronunciar-se diversas vezes sobre a constitucionalidade desta sanção pela insolvência culposa, havendo no Acórdão n.º 173/2009, de 02/04/2009, processo n.º 777/08, rel. Joaquim de Sousa Ribeiro, declarado inconstitucional com

Esta medida tem natureza simultaneamente preventiva e punitiva, destinando-se a proteger terceiros da lesão dos seus patrimónios caso fossem administrados por pessoa que, com dolo ou culpa grave, contribuiu para a criação ou agravamento da insolvência do devedor e a sancionar a pessoa afetada pela qualificação através da impossibilidade de praticar atos de administração do património de terceiros durante o período de inibição<sup>141</sup>.

Mostram-se abrangidos por esta sanção quer os casos de administração de patrimónios alheios de origem contratual (contratos de mandato, civil ou comercial, com ou sem poderes de representação – artigos 1157.º e seguintes do CC e 231.º e seguintes do Código Comercial), quer os de origem legal (v.g.: administração dos bens do filho menor – artigos 1878.º, n.º 1, *in fine*, e 1881.º, do CC; administração de bens comuns do casal e de bens próprios do outro cônjuge – artigo 1681.º do CC; administração dos bens da herança – artigo 2079.º e seguintes do CC) e judicial (tutela e administração de bens – artigos 1922.º, 1927.º e seguintes e 1967.º e seguintes, do CC)<sup>142</sup>.

Considerando a moldura de 2 a 10 anos estabelecida na lei, na graduação da medida de inibição para administração do património de terceiros haverá que atender-se ao grau de culpa da pessoa afetada, a fixar pelo juiz na sentença, como impõe a al. a) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE<sup>143</sup>, iniciando-se a contagem do período de inibição após o trânsito em julgado daquela e respetivo registo.

---

força obrigatória geral o artigo 189.º, n.º 2, al. b), do CIRE, embora apenas quando aplicado a administrador da sociedade declarada insolvente.

<sup>140</sup> Desenvolvidamente, sobre a inibição para administração do património de terceiros, vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., págs. 135/136, SERRA, Catarina, *Os Efeitos patrimoniais...*, ob. cit., págs. 175 a 201, e SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., págs. 72-77. Pondo em causa a utilidade desta medida, vide COSTEIRA, Maria José, *A insolvência...*, ob. cit., pág. 171, e SERRA, Catarina, *Os Efeitos patrimoniais...*, ob. cit., págs. 183/184. Sugere esta última autora para aumentar a utilidade prática da medida «reduzir o alcance da regra da privação dos poderes de administração e disposição de bens ou, por outras palavras, tornar mais habituais os casos de administração da massa pelo devedor» (ob. cit., pág. 185). Na doutrina espanhola, sobre este efeito vide, designadamente, GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., págs. 157/158, FARRIOL, Farran Josep, ob. cit., págs. 170 e seguintes, DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., págs. 39-42, GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., GARCÍA-CRUCES, José António, *El problema...*, ob. cit., págs. 247-321, e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., págs. 358-365.

<sup>141</sup> Exclui-se, assim, do âmbito desta inibição a administração do património próprio da pessoa afetada. No entanto, como infra se verá, não poderá esta dispor de tais bens no exercício do comércio, atividade da qual estará impedida por força da decisão judicial de qualificação da insolvência como culposa e da condenação no efeito pessoal previsto na al. c) do n.º 2 do art. 189.º do CIRE.

<sup>142</sup> Cfr., neste sentido, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., págs. 135/136 (idem: EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 77) e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., págs. 288/289. Acrescentando, ainda, ao âmbito de aplicação desta medida a atuação de comissário mercantil, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., págs. 427/428. No direito espanhol, quanto ao âmbito da ali denominada *inhabilitación*, vide, designadamente, GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 157, e FARRIOL, Farran Josep, ob. cit., pág. 172.

<sup>143</sup> Assim, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 734. A medida não, poderá, portanto, ser graduada de forma discricionária. O legislador espanhol acolheu na LC critérios objetivos de determinação do período de inabilitação, quais sejam: a gravidade dos factos, a dimensão do prejuízo ou do deficit patrimonial e a inabilitação noutras insolvências (*artículo* 172.º/2-2.º). Por interessante,

A inibição para a administração do património de terceiros está sujeita a registo, a processar oficiosamente pela secretaria do tribunal junto da conservatória do registo civil e, quando a pessoa afetada for comerciante em nome individual, da conservatória do registo comercial (artigo 189.º, n.º 3, do CIRE, artigo 1.º, n.º 1, al. n), do Código do Registo Civil<sup>144</sup> e artigo 9.º, n.º 1, al. j), do Código do Registo Comercial<sup>145</sup>).

Em caso de violação da inibição para a administração do património de terceiros decretada, ou seja, de prática de atos contrários àquela, pese embora a lei insolvencial não estabeleça expressamente qualquer consequência, entendemos que, face à natureza punitiva da medida e ao interesse público subjacente, o ato praticado em desrespeito da sentença que a determinou padecerá de nulidade, nos termos gerais (artigo 285.º e seguintes do CC), não invocável pela pessoa afetada<sup>146</sup>.

### **1.3. Da perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente**

A qualificação da insolvência como culposa importa, como vimos, de entre os efeitos patrimoniais, a perda de quaisquer créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente detidos pelas pessoas afetadas e a sua condenação na restituição dos bens ou direitos já recebidos em pagamento desses créditos.

Trata-se de medida inovadora de carácter, claramente, repressivo, já que em ordem a sancionar a atuação das pessoas que contribuíram para a criação ou o agravamento da insolvência e que, por essa razão, são afetadas pela qualificação, o legislador priva-as dos

---

anota-se que, no âmbito da LC, o Supremo Tribunal de Espanha, em decisão de 18/03/2015, recurso n.º 1331/2013, pronunciou-se no sentido de que, havendo a administração concursal e o ministério fiscal nos seus pareceres omitido qualquer pedido de condenação no efeito que ora apreciamos, «el Juez, de acuerdo con el principio de justicia rogada (*artículo* 216 LEC), no puede condenar más allá del mínimo legalmente establecido, es decir, dos años» (disponível em:

<http://www.poderjudicial.es/search/contenidos.action?action=contentpdf&database=match=TS&reference=7357494&links=&optimize=20150424&publicinterface=true>).

<sup>144</sup> Registo que será eliminado mediante a elaboração oficiosa de novo assento de nascimento decorridos cinco anos após o final dos períodos fixados para a inibição para a administração de patrimónios alheios e para a inibição para o exercício do comércio e de determinados cargos, a contar do final do período mais longo (artigo 81.º-A, n.º 1, al. c), do Código do Registo Civil). Embora o Código do Registo Civil não haja sido alterado na sequência da aprovação da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, há que fazer uma interpretação atualista do normativo legal e onde se lê «inabilitação» ler-se «inibição para administração do património de terceiros».

<sup>145</sup> Também o Código do Registo Comercial não sofreu alteração na sequência da aprovação da Lei n.º 16/2012, de 20 de abril, pelo que vale aqui o que se disse na nota anterior no sentido da interpretação atualista do diploma.

<sup>146</sup> Na doutrina portuguesa, ponderando esta solução, a par da anulabilidade, caso se entenda que a inibição para a administração do património de terceiros visa exclusivamente proteger os interesses destes, vide SERRA, Catarina, *Os Efeitos patrimoniais...*, ob. cit., pág. 186. Buscando resposta nas normas civis ou comerciais, caso se trate de um contrato de mandato, ou no direito da família, caso esteja em causa o exercício das responsabilidades parentais, vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 136 (idem: EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 78). Defendendo a nulidade do ato contrário à *inhabilitación*, para garantir a eficácia da norma sancionatória, na doutrina espanhola vide, nomeadamente, GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., págs. 51/52 e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 365.

créditos, de qualquer natureza, de que sejam titulares sobre a insolvência (artigo 47.º do CIRE) ou sobre a massa insolvente (artigo 51.º do CIRE), que se extinguem e, inclusive, determina que, em sede de sentença, seja ordenada a restituição dos bens ou direitos já recebidos em pagamento daqueles a favor da massa<sup>147</sup>, extinguindo-se retroativamente os créditos já percebidos<sup>148</sup>. Não deixa, porém, este efeito de tutelar, também, os direitos dos credores, na medida em que a sua verificação implique um incremento da massa insolvente.

Não prevendo a lei limite temporal para a obrigação de restituição consagrada no preceito em apreciação haverá que atender-se ao período de três anos anterior ao início do processo de insolvência (artigo 186.º, n.º 1, do CIRE), desde logo porquanto apenas os factos praticados nesse período poderão fundamentar a qualificação da insolvência como culposa e a afetação dos seus autores<sup>149</sup>.

Caso a restituição não ocorra voluntariamente, em obediência à sentença de qualificação, competirá ao administrador da insolvência em funções, por se tratar de crédito pertencente à massa insolvente, providenciar pelo cumprimento, sem necessidade de recurso à resolução em benefício da massa<sup>150</sup>.

A medida sancionatória em apreciação aplica-se estritamente em sede de incidente de qualificação da insolvência de carácter pleno, por força do disposto no artigo 191.º, n.º 1, al. c), do CIRE, que exclui do seu âmbito de aplicação o incidente limitado de qualificação da insolvência<sup>151</sup>.

---

<sup>147</sup> Luís Manuel Teles de Menezes Leitão (ob. cit., pág. 290), classifica esta medida como uma situação de confisco-sanção. Criticando fortemente o regime deste efeito patrimonial, por falta de proporcionalidade entre o comportamento ilícito e a sanção, vide DUARTE, Rui Pinto, *Efeitos...*, ob. cit., pág. 147. Igualmente crítico deste efeito, no âmbito da LC, apelidando-o de *expropriación de derechos*, vide FARRIOL, Farran Josep, ob. cit., pág. 176. Manifesta-se este autor contra esta sanção, em especial no que respeita à sua aplicação aos administradores de direito ou de facto da insolvente, desde logo por estarem em causa créditos que dificilmente se cobrarão, por serem subordinados, e na medida em que esses créditos poderão até ter-se constituído em momento anterior àquele a que se reporta a qualificação.

<sup>148</sup> À semelhança do que dispõe o artigo 473.º, n.º 2, do CC, a propósito do enriquecimento sem causa (cfr. SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 80; contra PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., págs. 530/531. Sobre este instituto, vide COSTA, Mário Júlio de Almeida, ob. cit., págs. 423 e seguintes.

<sup>149</sup> No sentido da interpretação restritiva que defendemos, vide COSTEIRA, Maria José, *A insolvência...*, ob. cit., pág. 172.

<sup>150</sup> Vide, neste sentido, LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 290, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 153/154.

<sup>151</sup> No sentido de que a razão de ser deste regime assenta «na insuficiência da massa insolvente e no consequente encerramento do processo», vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, ob. cit., pág. 741. Em sentido concordante, FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação...*, ob. cit., pág. 261, e PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 538. Maria do Rosário Epifânio coloca em causa a solução legal, sustentando que o efeito emergente da alínea d) do n.º 1 do artigo 189.º, do CIRE, «se a massa é insuficiente (...) até será vantajoso, pois reforça a posição dos credores» (EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 155, nota 489). Acompanhando esta posição, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 443.

#### 1.4. Da responsabilidade civil pela insolvência culposa

Como efeito patrimonial inovador da qualificação da insolvência como culposa surge a previsão da condenação das pessoas afetadas em indemnização no montante dos créditos não satisfeitos, até às forças dos respetivos patrimónios, em regime de solidariedade (artigo 189.º, n.º 2, al. e), do CIRE)<sup>152</sup>.

Trata-se, como emerge da norma, em primeira linha, de um efeito de natureza ressarcitória, porquanto visa obter o pagamento pelas pessoas afetadas dos créditos não satisfeitos pela massa insolvente. Mas assume, primacialmente, carácter sancionatório, quer porque a responsabilidade é limitada aos créditos não satisfeitos e não à compensação dos prejuízos efetivamente sofridos pelos credores, quer na medida em que se destina a penalizar as pessoas afetadas pela insolvência culposa, fazendo responder os seus patrimónios pelas dívidas do insolvente<sup>153</sup>.

Verificados os pressupostos objetivos e subjetivos previstos no artigo 186.º do CIRE, a imputação da responsabilidade civil pela criação ou agravamento da situação de insolvência às pessoas afetadas pela insolvência culposa assume carácter obrigatório<sup>154-155</sup>, havendo o juiz

---

<sup>152</sup> Preceito introduzido pela Lei n.º 16/2012, de 20 de abril. Retoma-se, de algum modo, o artigo 171.º, n.º 2, als. e) e f), do Anteprojecto de Código que acompanhou a proposta de lei de autorização, aproximando-se o legislador do regime do revogado CPEREF (artigo 126.º-A). Cfr. DUARTE, Rui Pinto, ob. cit., pág. 152, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 288, e LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 286, nota 398. Criticando a ausência de disposição de responsabilização na redação originária do CIRE, desde logo em face do Relatório do grupo de peritos de direito societário, de 4 de novembro de 2002, e da Comunicação da Comissão Europeia de 21 de maio de 2003 – COM (2003) 284 final, vide LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 270. Igualmente críticos da solução legal, vide FRADA, Manuel A. Carneiro da, ob. cit., págs. 669/672, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Efeitos...*, ob. cit., pág. 202. Sobre a necessidade de consagração legal expressa da responsabilidade dos administradores pela insolvência, vide RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., pág. 69. Em sentido diverso, vide DUARTE, Rui Pinto, *Efeitos...*, ob. cit., págs. 144/145. De ressaltar, ainda, que a introdução do efeito substantivo em análise acompanha a preconizada harmonização do direito da insolvência no âmbito da União Europeia (vide «Harmonisation of insolvency law at EU level with respect to opening of proceedings, claims filing and verification and reorganisation plans», disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/document/activities/cont/201106/20110622ATT22313/20110622ATT22313EN.pdf> - acesso 28/11/2017).

<sup>153</sup> Acrescentando-se ao património do insolvente, em garantia dos credores, o património de cada uma das pessoas afetadas. Na realidade, a obrigação de indemnizar os credores do devedor declarado insolvente até ao montante dos créditos não satisfeitos é alheia ao dano que a conduta das pessoas afetadas (na qual se fundamentou a qualificação da insolvência como culposa) haja provocado no património do devedor. Neste sentido, cfr. GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidad...*, ob. cit., pág. 18: «cabe lícitamente entender que la responsabilidad concursal obedece a una finalidad distinta, pues responde a un deseo de moralización de las conductas, a fin de reprimir aquellas que, actuadas con ocasión de la producción o del empeoramiento del estado de insolvencia, pudieran considerarse más graves. Esto es, estamos ante una responsabilidad sanción con la que quiere asegurarse la vigencia de unas exigencias éticas mínimas (dolo, culpa lata)». Veja-se, ainda, supra, o que referimos na secção dedicada à natureza jurídica da qualificação da insolvência. Vide, também, RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., págs. 97-99.

<sup>154</sup> Sem necessidade de requerimento, ao invés do regime do CPEREF (artigo 126.º-B, n.º 2).

<sup>155</sup> Para que haja lugar à responsabilidade insolvencial perante os credores, basta, assim, que se verifiquem os pressupostos da insolvência culposa (e não da responsabilidade civil) e que os credores hajam reclamado os seus



que fixar, na sentença condenatória, o valor das indemnizações devidas, ou, caso tal não seja possível em virtude de o tribunal não dispor dos elementos necessários para calcular o montante dos prejuízos sofridos, os critérios a utilizar para a sua quantificação, a efetuar em liquidação de sentença (artigo 189.º, n.º 4, do CIRE).

Interessante notar que o legislador português se afastou aqui do regime da LC, na qual se inspirou, no âmbito da qual a responsabilidade concursal não é automática, pois que, de acordo com o *artículo 172.ºbis.1*, o juiz *podrá* condenar as pessoas afetadas pela qualificação na cobertura, total ou parcial, do *deficit* da insolvência<sup>156</sup>.

Dificuldades poderão surgir na determinação dos critérios a utilizar para a quantificação do valor das indemnizações devidas, já que o legislador omitiu a sua previsão. Se, numa primeira leitura, a lei parece remeter para um simples cálculo aritmético (consubstanciado na diferença entre a massa insolvente e o passivo) cujo resultado, se negativo, permite apurar o montante dos créditos não satisfeitos (artigo 189.º, n.º 2, al. e), do CIRE), da apreciação do n.º 4 do artigo 189.º do Código, na medida em que faz alusão ao montante dos prejuízos sofridos, parece resultar diferente interpretação<sup>157</sup>. Como escreve de modo impressionante Adelaide Menezes Leitão<sup>158</sup> haverá que se «encontrar um mínimo denominador comum destas expressões».

Questão paralela e que permite resolver a aparente desconformidade entre a norma da al. e) do n.º 2 e a do n.º 4 do artigo 189.º do CIRE é a de saber se, na determinação da indemnização devida, deverá ter-se em consideração o grau de culpa fixado às pessoas

---

créditos no processo de insolvência e estes não hajam sido satisfeitos na íntegra, «não sendo necessário encontrar uma disposição legal ou contratual de proteção, nem que a respetiva violação tenha sido causa da insuficiência do património social» (neste sentido, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 207); vide também LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 276). Em sentido coincidente, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 436, e RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., pág. 103, nota 90. Com leitura diversa, configurando a norma da al. e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE como uma presunção de dano e causalidade, vide OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., pág. 229, posição que acompanhamos por admitirmos, como infra se exporá, na fixação da indemnização, a ponderação da proporcionalidade entre o facto ilícito e a medida em que o comportamento da pessoa afetada contribuiu para a insolvência.

<sup>156</sup> Alertam, porém, María Angustias Días Gómez e Carlos Miguélez del Río (ob. cit., pág. 159) para que, caso se cumpram todos os pressupostos necessários, a condenação destas pessoas deverá, porém, ser obrigatória, pois que o contrário poderia supor um benefício indireto do devedor e, correlativamente, um prejuízo para os credores (tradução nossa). Em sentido coincidente, vide GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidad...*, ob. cit., pág. 9, e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 402.

<sup>157</sup> No sentido de que o preceituado no n.º 4 do artigo 189.º do CIRE permite ao juiz «referenciar fatores que, designadamente em razão de circunstâncias do processo, devam mitigar o recurso, puro e simples, a meras operações aritméticas de passivo menos resultado do ativo», com exemplos, vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 737. Chamando a atenção para a aparente desarmonia entre a norma da al. e) do n.º 2 com a do n.º 4 do artigo 189.º do CIRE, vide SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 82, DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., págs. 164/165, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., págs. 203/204, OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 217 e seguintes, e RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., págs. 79 e 100-102.

<sup>158</sup> LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 204; idem: LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., pág. 276.

afetadas ou a proporção em que o comportamento da pessoa afetada contribuiu para a insolvência. Entendemos que, para que a interpretação da norma contida na al. e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE seja conforme à CRP, a resposta terá que ser no sentido de que, se não o grau de culpa, a medida em que a conduta da pessoa afetada contribuiu para a insolvência deverá ser, necessariamente, ponderada<sup>159</sup>.

Destarte, para se garantir a constitucionalidade da sanção civil em causa, considerando a forma como a lei delimita o âmbito objetivo da insolvência culposa (artigo 186.º do CIRE) – consagrando presunções *iuris et de jure* e *iuris tantum* –, haverá que atender-se à proporcionalidade entre o facto ilícito que constituiu o comportamento reprovável da pessoa afetada, e que contribuiu para a criação ou o agravamento da insolvência, e a indemnização a fixar<sup>160</sup>.

Pese embora a redação legal aparente apontar como beneficiários da indemnização por responsabilidade concursal os credores do devedor declarado insolvente<sup>161</sup>, entendemos, com alguma doutrina<sup>162</sup>, que, caso o processo de insolvência ainda se encontre pendente<sup>163</sup>, a indemnização deverá integrar a massa insolvente e ser, após, repartida pelos credores cujos

---

<sup>159</sup> Luís Carvalho Fernandes e João Labareda (ob. cit., 2013, págs. 737/738) parecem entender que deverá ser ponderado o grau de culpa da pessoa afetada. Assim também, DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., págs. 165/166. Nuno Manuel Pinto Oliveira (ob. cit., págs. 221/222) defende a relevância do fator proporção. Atribuindo relevância ao grau de culpa da pessoa afetada apenas no plano interno, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 436. Na jurisprudência, vide, por interessantes, o Acórdão do TRP de 13/01/2015, processo n.º 376/12.7TYVNG-A.P1, rel. Anabela Dias da Silva, e o Acórdão do TRC de 23/09/2014, processo n.º 4/13.3TBSEI-L.C1, rel. Fernando Monteiro.

<sup>160</sup> Seguimos a interpretação defendida por Nuno Manuel Pinto Oliveira (ob. cit., págs. 224/225) no sentido de que a al. e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE contém o regime regra, aplicável caso a pessoa afetada nada alegue ou prove sobre a proporção em que o seu comportamento contribuiu para a insolvência, e o n.º 4 do artigo 189.º do CIRE contém a exceção, permitindo que a pessoa afetada demonstre a inexistência de proporcionalidade entre o facto e o dano.

<sup>161</sup> Atendendo à circunstância de os créditos sobre a massa insolvente deverem ser pagos antes dos créditos da insolvência (artigo 172.º, n.º 1, do CIRE), defendemos uma interpretação extensiva do preceito de modo a que os credores da massa, à semelhança dos credores da insolvência, possam ser considerados titulares do direito à indemnização, caso os respetivos créditos não hajam sido satisfeitos na íntegra. Divergimos, aqui, do entendimento professado por Alexandre de Soveral Martins (ob. cit., págs. 431/432). Veja-se, aliás, que a LC, após a reforma de 2011, no seu *artículo* 172.º**bis**.1, veio acautelar, precisamente, esses créditos, pondo fim ao dissenso que persistia na doutrina ante a redação originária. Aguarda-se que o legislador português, em futura revisão, esclareça a natureza dos titulares do direito à indemnização.

<sup>162</sup> Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 142, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 432, e RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., pág. 107. Curioso notar que a LC, na sua versão originária, continha norma idêntica (*artículo* 172.º3) e que, na sequência das críticas da doutrina à interpretação literal da mesma, aquela sofreu alteração, estatuinto, atualmente, o *artículo* 172.º**bis**.3 da LC que os valores que se obtenham em execução da sentença de qualificação integrarão a massa ativa da insolvência. Vide, nomeadamente, PLAZAS, José Machado, ob. cit., págs. 290-292, e GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 160, GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidade...*, ob. cit., pág. 28, e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., pág. 405. Vantajoso seria que o legislador português, em futura revisão, repensasse também esta questão, clarificando-a.

<sup>163</sup> Pois após o encerramento do processo de insolvência cessam as atribuições do administrador da insolvência (artigo 233.º, n.º 1, al. b), do CIRE).

créditos não foram satisfeitos na totalidade, em obediência à sentença de graduação de créditos, única forma de garantir o respeito pelo princípio *par conditio creditorum*.

Em caso de incumprimento da condenação no pagamento da indemnização, competirá ao administrador da insolvência, se o processo não houver sido ainda encerrado, promover a execução da sentença.

Parece-nos de sobejo importância, a fim de salvaguardar a eficácia da responsabilidade instituída pela al. e) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE, que, em futura revisão do diploma, o legislador pondere a previsão de mecanismos destinados a garantir que as pessoas que venham a ser afetadas pela qualificação não dissipem o seu património, designadamente consagrando-se a aplicabilidade de medidas cautelares, oficiosamente ou a requerimento dos interessados, quando seja fundada a possibilidade de, na sentença qualificadora, as pessoas sobre as quais aquelas incidam virem a ser condenadas a indemnizar os credores cujos créditos não foram integralmente satisfeitos, à semelhança do que sucede na LC<sup>164</sup>.

A responsabilidade insolvencial, enquanto responsabilidade *ex lege* ou sanção civil, apresenta, assim, como características: a subsidiariedade (porque nascerá apenas se a massa insolvente for insuficiente para fazer face ao passivo e na medida dos créditos não satisfeitos)<sup>165</sup> e a solidariedade (entre as várias pessoas afetadas pela qualificação e na medida do respetivo grau de culpa)<sup>166</sup>.

---

<sup>164</sup> Veja-se o *artículo* 48.ºter da LC. Sobre o *embargo preventivo*, vide, designadamente, PLAZAS, José Machado, ob. cit., págs. 292-298, GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidade...*, ob. cit., págs. 29 a 39,

e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., págs. 405-414. Na doutrina portuguesa, alertando também para a necessidade de adotar medidas que assegurem a conservação da garantia patrimonial que constitui o património das pessoas afetadas pela qualificação, vide RIBEIRO, Maria de Fátima, ob. cit., pág. 107.

<sup>165</sup> Vide FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 736, e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 141.

<sup>166</sup> Desenvolvidamente, sobre a responsabilidade insolvencial, vide, na doutrina portuguesa, FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., págs. 736-738, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., págs. 140-143, DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade...*, ob. cit., págs. 151 a 173, em especial págs. 159 e seguintes, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito...*, ob. cit., págs. 198-210, LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa...*, ob. cit., págs. 269 e seguintes, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., págs. 430-439, OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, ob. cit., págs. 194 a 237, FRADA, Manuel A. Carneiro da, págs. 235 e seguintes, RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., págs. 449-489, RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da sociedade, responsabilidade civil do administrador de facto...*, ob. cit., págs. 68 a 109, e CARVALHO, Liliana Marina Pinto, *Responsabilidade dos administradores perante os credores resultante da qualificação da insolvência como culposa*, in *Revista de Direito das Sociedades*, Ano 5, n.º 4, 2013, págs. 875-890. Na doutrina espanhola, sobre responsabilidade concursal vide, designadamente, PLAZAS, José Machado, ob. cit., págs. 185 e seguintes, GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., págs. 158-160, FARRIOL, Farran Josep, ob. cit., págs. 177 e seguintes, DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., págs. 43-47, e GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidade...*, ob. cit., e MADRID, Carlos Romero Sanz de, ob. cit., págs. 380 a 477.

Analizados, em geral, os efeitos substantivos da insolvência culposa, destacamos, no capítulo seguinte, a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados.

## **CAPÍTULO 2 – DA INIBIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO E PARA A OCUPAÇÃO DOS CARGOS VEDADOS**

### **2.1. Considerações gerais**

De entre os efeitos da qualificação da insolvência como culposa, enveredamos pela análise da inibição para o exercício do comércio e para o exercício dos cargos vedados, pela diversa natureza em relação ao regime antecedente e pela gravidade da medida na esfera jurídica das pessoas afetadas.

As limitações ao exercício do comércio por força da situação de falência surgiram pela primeira vez no ordenamento jurídico português no artigo 29 do Código Comercial de 1833, que estabelecia a proibição de comerciar, por incapacidade legal, aos falidos não reabilitados, como consequência da declaração de quebra.

Na codificação do direito falimentar de 1935, o legislador estabeleceu como efeito da declaração de falência a inibição do falido para o exercício do comércio, diretamente ou por interposta pessoa, bem como para o desempenho das funções de gerente, diretor ou administrador de qualquer sociedade comercial ou civil (artigo 22.º, §1.º, do Código de Falências de 1935), regime este mantido no CPC de 1939 (artigo 1158.º, §1.º) e no CPC de 1961 (artigo 1191.º), sendo neste último em norma autónoma e designando-se tal efeito como proibição, à semelhança do Código Comercial de 1833.

O CPEREF recuperou a designação deste efeito da falência como inibição e introduziu como novidades: (1) a inibição para o comércio, incluindo a possibilidade de ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa, a par do falido, dos administradores da sociedade ou da pessoa coletiva falida e (2) a possibilidade de, no caso de pessoa singular falida, poder o juiz autorizá-la, a seu pedido ou sob proposta do liquidatário judicial, a exercer as referidas atividades, se necessárias para a angariação dos meios indispensáveis de subsistência e desde que não prejudicassem a boa liquidação da massa (artigo 148.º)<sup>167</sup>.

Atualmente, e desde a versão originária do CIRE, estabelece a alínea c) do n.º 2 do artigo 189.º do citado compêndio legal que, na sentença qualificadora da insolvência como

---

<sup>167</sup> Aprofundadamente, sobre o regime da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação de cargos vedados, no âmbito do CPEREF, vide ASCENSÃO, José de Oliveira, *Efeitos da falência sobre a pessoa e negócios do falido*, in ROA n.º 55/III (1995), págs. 641 e seguintes; SERRA, Catarina, *Efeitos da declaração de falência...*, ob. cit., págs. 274-278; FERNANDES, Luís Carvalho, *O novo regime da inibição do falido para o exercício do comércio*, in Direito e Justiça, Vol. XIII, Tomo 2, Universidade Católica Editora, 1999, págs. 7-13; EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Os efeitos substantivos da falência*, Porto, Publicações Universidade Católica, 2000; RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efetivação...*, ob. cit., págs. 484-489.

culposa, o juiz deve declarar as pessoas afetadas pela qualificação inibidas para o exercício do comércio durante um período de 2 a 10 anos, bem como para a ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa.

Podemos, assim, cindir a história da inibição para o exercício do comércio em dois momentos: o primeiro, desde a sua origem até ao CPEREF, em que a inibição (ou a proibição) para o exercício do comércio surgia como consequência imediata da sentença declarativa da quebra ou da falência<sup>168</sup>; o segundo, a partir da entrada em vigor do CIRE, em que a inibição para o exercício do comércio é consequência da qualificação da insolvência como culposa e apenas atinge as pessoas afetadas pela qualificação.

Com a transposição da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados da parte geral do código, nos regimes pretéritos, para o capítulo relativo à qualificação da insolvência, no CIRE, o regime é, agora, sem dúvida, globalmente mais favorável<sup>169</sup>.

Desde logo, como é evidente, pela circunstância de a inibição para o exercício do comércio ou para a ocupação dos cargos vedados só ser passível de aplicar-se às pessoas afetadas pela qualificação da insolvência como culposa, afastando-se, destarte, o caráter punitivo associado à declaração de quebra ou de falência.

Daqui decorre que, como vantagem acrescida para o insolvente, o que não sucedia no regime pretérito, ficando a administração a cargo do devedor (artigos 223.º a 229.º do CIRE), após a prolação da sentença declarativa da insolvência e até à decisão do (eventual) incidente de qualificação da insolvência, aquele poderá continuar a praticar o seu comércio, mantendo a qualidade de comerciante, embora com as limitações emergentes do regime jurídico da administração a cargo do devedor, e a exercer cargos de gestão/administração de empresas na pendência do processo<sup>170</sup>.

Cessa, no entanto, a “ternura da lei pelo falido”<sup>171</sup>, já que, no regime do CIRE, deixa de estar prevista a possibilidade de autorizar o insolvente que venha a ser declarado inibido

---

<sup>168</sup> Exceto no que se refere à inibição dos gerentes, administradores ou diretores da pessoa coletiva – artigos 148.º, n.º 2, 126.º-A e 126.º-B, do CPEREF, na redação introduzida pelo Decreto-Lei n.º 315/98, de 20 de outubro.

<sup>169</sup> Vide, neste sentido, designadamente, o Acórdão do TC n.º 564/2007, de 13/11/2007, processo n.º 230/07, 2.ª secção, rel. Joaquim de Sousa Ribeiro. E também mais eficiente, nas palavras de Catarina Serra, por se “acaba(r) com a possibilidade de isenção dos sujeitos sem mérito” (cfr. SERRA, Catarina, *As novas tendências...*, ob. cit., pág. 43)

<sup>170</sup> O que apenas não sucederá na hipótese de a administração da massa insolvente não ser conferida ao devedor, face ao disposto no art. 81.º do CIRE.

<sup>171</sup> Cfr. ASCENSÃO, José de Oliveira, *Efeitos...*, ob. cit., pág. 649, crítico da previsão legal do artigo 148.º, n.º 2, da redação originária do CPEREF, por não revelar a mínima preocupação de interesse público.

para o comércio e para a ocupação dos cargos vedados a exercer o comércio se necessário para a sua subsistência. Bem assim, na medida em que a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados depende agora da qualificação da insolvência como culposa, e não da mera declaração de insolvência, desaparece a hipótese de levantamento deste efeito, prevista no artigo 238.º, n.º 1, al. d), do CPEREF<sup>172</sup>, face à ressalva contida no artigo 233.º, n.º 1, al. a), do CIRE.

Ponderada a constitucionalidade deste efeito da qualificação da insolvência como culposa, na medida em que, de algum modo, colide com direitos fundamentais, designadamente, com a liberdade de escolha de profissão ou do género de trabalho, o direito ao trabalho e a liberdade de iniciativa económica privada (artigos 47.º, n.º 1, 58.º, n.º 1, e 61.º, n.º 1, da CRP), por estarem em causa direitos não absolutos e passíveis de ser sujeitos a restrições no seu exercício impostas pelo interesse coletivo, a jurisprudência do TC tem entendido não ser inconstitucional a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados na medida em que esta tem por fundamento, precisamente, o interesse coletivo, quer de evitar a ocorrência de futuras insolvências, quer de garantir o eficiente funcionamento do mercado<sup>173</sup>.

## **2.2. Natureza jurídica**

Realizado o enquadramento histórico da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, e na medida em que tal se afigura como relevante, desde logo, para a apreciação jurídica da figura, mas, também, para ulteriormente se analisar as consequências da violação da medida, há que examinar as teses em confronto no que concerne à natureza jurídica deste efeito da qualificação da insolvência como culposa.

Deparamo-nos, assim, com três teses que enquadram de modo dogmaticamente diverso a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados: (1) a tese da incapacidade; (2) a tese da indisponibilidade; e (3) a tese da incompatibilidade.

---

<sup>172</sup> Solução, aliás, que mereceu reparos no que respeita aos gestores das sociedades e das pessoas coletivas declaradas falidas (cfr. FERNANDES, Luís Carvalho, *O novo regime...*, ob. cit., pág. 13).

<sup>173</sup> Cfr. Acórdão do TC n.º 414/02, de 10/10/2002, processo n.º 39/02, 1.ª secção, rel. Artur Maurício. Na jurisdição comum, afirmando a constitucionalidade da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, vide, nomeadamente, os Acórdãos do TRC de 05/02/2013, processo n.º 380/09.2TBAVR-B.C1, rel. Maria José Guerra, e de 07/02/2012, processo n.º 2273/10.1TBLRA-B.C1, rel. Henrique Antunes, e o Acórdão do TRP de 15/06/2015, processo n.º 2888/13.6TBVFR-E.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes.

Para os defensores das teses da incapacidade<sup>174</sup> e da indisponibilidade<sup>175</sup>, a inibição para o exercício do comércio surge como resultado, respetivamente, da incapacidade ou da indisponibilidade do falido relativamente à administração dos seus bens.

Contraditando tratar-se a inibição para o exercício do comércio de uma incapacidade, sustentam os autores que apoiam a tese da incompatibilidade que esta medida se destina a proteger a credibilidade do comércio (e não o próprio inibido, já que este não sofre qualquer diminuição das suas faculdades em razão do processo de falência/insolvência, ou a massa insolvente, pois que esta se mostra acautelada pela previsão do artigo 81.º do CIRE), configurando-a como uma incompatibilidade, decorrente da declaração de falência, no regime pretérito, ou da qualificação da insolvência como culposa, no regime em vigor<sup>176</sup>.

Acompanhamos esta última posição doutrinária, face aos argumentos expendidos pelos autores que a preconizam e por ser a que, igualmente, melhor se coaduna com o regime em vigor que, de modo evidente, visa tutelar o interesse público da segurança e do crédito da atividade comercial.

Semelhantemente à inibição para a administração do património de terceiros, esta medida, de natureza pessoal, apresenta um carácter simultaneamente preventivo e punitivo, destinando-se, por um lado, a proteger o interesse público da confiança e segurança no comércio e, por outro, a sancionar a pessoa afetada pela qualificação através da impossibilidade de exercer o comércio e de ocupar os cargos vedados durante o período de inibição<sup>177</sup>.

---

<sup>174</sup> Cfr. COELHO, José Gabriel Pinto, *Efeitos da falência sobre a capacidade do falido, segundo o novo Código de Processo Civil*, Estudos de Direito Comercial, vol. I — Das Falências, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1943, pág. 17; MENDES, João de Castro, *Direito Civil - Teoria Geral*, vol. I, Lisboa, AAFDL, 1978, pág. 179.

<sup>175</sup> Cfr. CORREIA, A. Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973, pág. 178.

<sup>176</sup> Cfr. ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial – Parte Geral*, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, 1986/87, págs. 203/204; ASCENSÃO, José de Oliveira, *Efeitos...*, ob. cit., págs. 650/651; PINHEIRO, Jorge Duarte, *Efeitos pessoais da declaração de insolvência*, in Estudos em memória do Professor Doutor José Dias Marques (Separata), Coimbra, Almedina, 2007, pág. 212; PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., págs. 529/530; ABREU, J.M. Coutinho de, *Curso de Direito Comercial*, vol. I, 10.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2016, pág. 149; RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação...*, ob. cit., pág. 488; EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 139; LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito...*, ob. cit., pág. 289; Embora com o entendimento de que a tomada de posição quanto à natureza desta medida não é indispensável, parecendo também aderir a esta tese, vide SERRA, Catarina, *Efeitos da declaração de falência...*, ob. cit., pág. 275. Na jurisprudência, aderindo à tese da incompatibilidade, vide o Acórdão do TRE de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho, e o Acórdão do TRC de 05/02/2013, processo n.º 380/09.2TBAVR-B.C1, rel. Maria José Guerra.

<sup>177</sup> No sentido que defendemos, vide também o Acórdão do TC n.º 280/2015, de 20/05/2015, processo n.º 1025/2014, 3.ª Secção, rel. Carlos Fernandes Cadilha.



### 2.3. Âmbito objetivo

Declaradas inibidas para o exercício do comércio, as pessoas afetadas pela qualificação da insolvência ficam proibidas de praticar atos de comércio<sup>178</sup>, mas não da prática de atos negociais de outra natureza, como por exemplo os referidos nos artigos 113.º e 114.º do CIRE, não suscitando dúvidas o âmbito de aplicação do primeiro segmento da al. c) do n.º 2 do artigo 189.º.

A proibição em causa prevalece quer o comércio se realize diretamente pelo inibido, quer indiretamente ou por interposta pessoa, em nome próprio ou em nome alheio, e cinge-se ao exercício profissional do comércio, permitindo-se, assim, a prática de atos isolados ou esporádicos de comércio<sup>179</sup>.

No que concerne ao segundo segmento do preceito – inibição para a ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa<sup>180</sup> –, questiona-se se a enumeração dos cargos ali constante tem carácter taxativo ou meramente enunciativo.

Coutinho de Abreu entende incluírem-se no mencionado normativo, para além dos expressamente indicados, os cargos de titular de órgão de entidades públicas empresariais (compreendidas na referência a empresa pública) e de ACE e AEIE (por se dever interpretar a norma no sentido de os abranger na menção a associações privadas de atividade económica)<sup>181</sup>.

No entanto, e considerando o carácter sancionatório da medida em apreciação, propendemos para o entendimento de que a enumeração efetuada no artigo 189.º, n.º 2, c), do CIRE, dos cargos que não poderão ser ocupados é taxativa, abrangendo, apenas e tão-só, os ali expressamente mencionados<sup>182</sup>.

---

<sup>178</sup> Incluindo de dispor de bens do seu próprio património (de cuja administração não foram inibidos, pois que a medida prevista na al. b) do n.º 2 do art. 189.º do CIRE abrange exclusivamente a administração do património de terceiros) no exercício do comércio.

<sup>179</sup> Assim, em sentido que acolhemos, com exemplos, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 137 e nota 435 (idem: EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 78; e EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Efeitos...*, ob. cit., pág. 201). Vide também ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito...*, ob. cit., pág. 195; CORREIA, A. Ferrer, ob. cit., pág. 175; e MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 429. Na jurisprudência, também neste sentido, vide o Acórdão do TRE de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho.

<sup>180</sup> Sobre a possibilidade ou não de o insolvente e seus administradores, afetados pela insolvência culposa, serem sócios ou acionistas de sociedades comerciais (que não cabe já no âmbito desta dissertação), vide EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 138, nota 439.

<sup>181</sup> ABREU, J.M. Coutinho de, *Curso...*, ob. cit., pág. 148, nota 320.

<sup>182</sup> Reforça o entendimento que defendemos a circunstância de o legislador ter substituído a expressão “incluindo” que constava no artigo 148.º, n.º 1, do CPEREF, pela expressão “bem como” (artigo 189.º, n.º 2, al. c), do CIRE). Neste sentido, cfr. COSTEIRA, Maria José, *A insolvência...*, ob. cit., pág. 171; SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 79 (idem: SERRA, Catarina, *As novas tendências...*, ob. cit., pág. 44); PRATA, Ana,

## 2.4. Âmbito subjetivo

O âmbito subjetivo da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados encontra consagração nas alíneas a) e c) do artigo 189.º, n.º 2, do CIRE.

Podem, assim, ser sujeitos da sanção em causa as pessoas afetadas pela qualificação da insolvência como culposa<sup>183</sup>, nomeadamente os administradores<sup>184</sup>, de direito ou de facto, TOC (atualmente, como acima referimos, designados de contabilistas certificados) e ROC. Bem assim, também, o devedor insolvente<sup>185</sup> ou outras pessoas não incluídas na enumeração (exemplificativa) legal, como representantes legais do devedor, liquidatários ou membros de órgãos de fiscalização.

Se quanto à aplicabilidade da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados à pessoa singular afetada pela qualificação da insolvência como culposa parece não existirem dúvidas, já assim não sucede quanto às pessoas coletivas, pelo menos quanto esteja em causa o devedor insolvente<sup>186</sup>.

No entanto, cremos que também as pessoas coletivas podem ser sujeitos passivos dos efeitos da insolvência culposa e, designadamente, daquele que ora nos ocupa<sup>187</sup>.

Na realidade, nenhuma razão se encontra na letra ou no espírito da lei para excluir a aplicabilidade do efeito previsto na al. c) do n.º 2, do artigo 189.º do CIRE às pessoas coletivas, quer se trate dos seus administradores, de direito ou de facto (que podem corresponder a pessoa coletiva), ou dos TOC ou ROC (que podem organizar-se sob a forma coletiva ou societária para o exercício da profissão)<sup>188</sup>.

---

CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 533. *De jure condendo*, porém, julgamos que seria proveitoso retomar a expressão anterior ou outra que permita incluir outras *pessoas colectivas de fim económico* (cfr. FERNANDES, Luís Carvalho, *O novo regime...*, ob. cit., pág. 8), como os ACE e os AEIE, por não se vislumbrar motivo para os excluir. Parecendo adotar entendimento diverso, vide MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 429, nota 68.

<sup>183</sup> Atente-se que a medida em apreço se aplica independentemente de, à data da prática dos factos que motivaram a qualificação da insolvência como culposa, a pessoa afetada exercer ou não o comércio, bastando que esteja em condições de o exercer (vide, neste sentido, nomeadamente, o Acórdão do TRP de 08/10/2015, processo n.º 1751/11.0T2AVR-F.P1, rel. Aristides Rodrigues de Almeida).

<sup>184</sup> Veja-se o que acima (3.2.) se escreveu sobre a noção de administrador.

<sup>185</sup> Veja-se o que acima (3.2.) se expôs a propósito da inclusão do devedor insolvente no âmbito subjetivo da insolvência culposa.

<sup>186</sup> Como escrevemos no capítulo que dedicámos à caracterização da insolvência culposa, parte da doutrina parece restringir a possibilidade de afetação pela insolvência culposa ao devedor pessoa singular (cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 128, MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 425, e OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 230). Admitindo a aplicabilidade deste efeito tratando-se o devedor de pessoa singular ou de pessoa coletiva, vide ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., págs. 96 e seguintes.

<sup>187</sup> Cfr., desenvolvidamente, ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., págs. 96 e seguintes.

<sup>188</sup> Cfr. supra nota 117 e ANTUNES, José Engrácia, ob. cit., pág. 96. Contra: MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 425.

Acresce que, se este princípio é verdadeiro no que concerne aos administradores, de direito ou de facto, da devedora, assim como aos TOC e ROC, admitimos que, em teoria, é também defensável a aplicabilidade à devedora insolvente pessoa coletiva da sanção de inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados. Na prática, porém, esta sanção será desprovida de efeito nas situações em que o processo de insolvência seja encerrado após o rateio final (caso em que sociedade se considerará extinta – artigo 234.º, n.º 3, do CIRE) ou por insuficiência da massa insolvente (caso em que a liquidação da sociedade prossegue nos termos do regime jurídico dos procedimentos administrativos de dissolução e de liquidação de entidades comerciais – artigo 234.º, n.º 4, do CIRE, e artigo 15.º do anexo III ao DL n.º 76-A/2006, de 29 de março).

O regime dos efeitos da declaração da insolvência como culposa, mormente no que concerne ao efeito de que ora nos ocupamos, suscita-nos, ainda, uma outra dúvida para a qual não encontramos solução no CIRE, consubstanciada em saber como proceder nos casos em que na insolvência de pessoa coletiva seja aprovado e homologado plano de insolvência que pressuponha a continuidade da empresa e em que a devedora e os seus administradores tenham sido declarados inibidos para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados. Antevemos dificuldades de aplicação em caso de aprovação e homologação de plano de insolvência que preveja a continuidade da empresa, pois embora aqui se possa vislumbrar algum interesse na aplicação da medida em causa, não se descortina como se possa aquela coadunar com o cumprimento do plano (para que haja continuidade da empresa parece-nos ser pressuposto que esta possa exercer, livremente, a sua atividade comercial), a não ser que se relegue o cumprimento do plano para período posterior à cessação da inibição (o que se dúvida seja bem acolhido pelos credores por poder criar uma longa moratória numa situação em que a confiança daqueles no devedor já estará abalada, desde logo em face da qualificação da insolvência como culposa). Por outro lado, qualificada a insolvência da devedora pessoa coletiva como culposa a sua reputação no mercado ficará, certamente, comprometida, abalando-se a confiança quer de fornecedores, quer de clientes, na solidez da empresa, prejudicando-se não só o cumprimento do próprio plano de insolvência (ainda que ali se haja acautelado o recurso ao crédito com vista à sua viabilização), como o funcionamento da economia.

No regime espanhol, contempla o *artículo* 172/2-2.º da LC, decorrente da reforma pela Ley 38/2011, a possibilidade de autorizar o inabilitado (por ditame legal proibido de exercer o comércio e de ocupar cargos ou ter intervenção direta, administrativa ou económica em sociedades comerciais ou industriais – cfr. artigo 13.º/2 do Código de Comércio Espanhol),

excepcionalmente e a pedido da administração concursal, em caso de convénio, a continuar à frente da empresa no caso de pessoa física ou como administrador da sociedade insolvente<sup>189</sup>. Por outro lado, determina a cessação dos cargos ocupados pelos administradores e liquidatários da pessoa coletiva insolvente que sejam inabilitados e regula o modo de nomeação de novos administradores ou liquidatários caso essa cessação impeça o funcionamento dos órgãos que aqueles integram (*artículo 173 da LC*).

*De jure condendo*, ponderando o interesse público do regular funcionamento do mercado e da proteção do comércio e a fim de permitir a viabilização de plano de insolvência aprovado e homologado, que preveja a continuidade da empresa, seria interessante prever uma solução para a questão que suscitámos. Solução essa que, à semelhança do regime espanhol, poderia passar pela previsão da possibilidade de, a título excepcional, naqueles casos, a pedido do administrador de insolvência e com o acordo dos credores que aprovaram o plano, autorizar a pessoa afetada pela insolvência culposa e, consequentemente, inibida para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, a continuar à frente da empresa no caso de pessoa física ou como administrador da sociedade insolvente.

## **2.5. Regime jurídico**

### **2.5.1. Graduação da medida**

Prescreve a al. c) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE que, na sentença que qualifique a insolvência como culposa, o juiz deve declarar a aludida inibição para o exercício do comércio por período de tempo a fixar entre 2 e 10 anos.

Não estabelece, contudo, a lei os critérios a adotar pelo julgador na determinação da moldura da inibição. Daqui não resulta que o juiz deva graduar a inibição de forma arbitrária. Pelo contrário, atenta a obrigação de fundamentação da decisão judicial, o julgador haverá que identificar e ponderar na sentença as circunstâncias que lhe permitam justificar a concreta graduação temporal da sanção em cada caso concreto.

Dever-se-á, desde logo, à semelhança do que acima se referiu a propósito da inibição para a administração do património de terceiros, ponderar o grau de culpa da pessoa afetada pela qualificação da insolvência, à luz do disposto no artigo 189.º, n.º 2, al. a), do CIRE<sup>190</sup>.

A doutrina e a jurisprudência têm-se ocupado na tarefa de delimitar esses critérios, destacando-se, predominantemente, entre os aspetos a valorar na determinação da medida

---

<sup>189</sup> Levantando dúvidas sobre o regime adotado pela LC, vide DELGADO, Carlos Nieto, ob. cit., pág. 33, GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del, ob. cit., pág. 160; e GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., págs. 53/54.

<sup>190</sup> Cfr. FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 734.

concreta da inibição para o exercício do comércio: a gravidade da conduta<sup>191</sup>, se a pessoa afetada agiu com dolo ou com culpa grave, se os factos cometidos criaram ou agravaram a situação de insolvência (e a medida do contributo da pessoa afetada para essa situação), as consequências da atuação da pessoa afetada (designadamente, os prejuízos sofridos pelos credores por créditos não satisfeitos)<sup>192</sup>. Ainda na doutrina, alguns autores adiantam, complementarmente, como critérios a atender: a circunstância de a atuação da pessoa afetada ter sido solitária ou não e se existia autonomia decisória<sup>193</sup>, bem como a postura do afetado ao longo do processo de insolvência, o valor total dos créditos reclamados e os efeitos na economia a nível local, regional e nacional<sup>194</sup>.

Parece-nos que o julgador deverá, ainda, no labor da determinação do concreto período de inibição, ponderar individualizadamente a verificação dos critérios acima apontados caso sejam várias as pessoas afetadas pela qualificação da insolvência como culposa, nada obstando a que sejam fixados prazos de inibição diversos para cada uma delas.

---

<sup>191</sup> A apurar em razão do maior ou menor desvalor do comportamento, nomeadamente, por estar em causa uma ou mais das condutas tipificadas nos n.º 2 ou n.º 3 do artigo 186.º do CIRE ou uma conduta que se enquadre apenas na noção geral contida no n.º 1 do mesmo preceito. Neste sentido, vide o Acórdão do TRE de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho, os Acórdãos do TRC de 02/06/2015, processo n.º 528/12.0TBCLD-C.C1, rel. Maria Inês Moura, de 05/02/2013, processo n.º 380/09.2TB AVR-B.C1, rel. Maria José Guerra, de 05/12/2012, processo n.º 1567/10.0TBVIS-C.C1, rel. Moreira do Carmo, os Acórdãos do TRG de 23/11/2017, processo n.º 1512/15.7T8CHV-C.G1, rel. Ana Cristina Duarte, de 25/06/2015, processo n.º 293/12.0TBVCT-A.G1, rel. José Estelita Mendonça, e de 11/01/2007, processo n.º 1954/06-2, rel. Conceição Bucho, o Acórdão do TRP de 08/10/2015, processo n.º 1751/11.0T2AVR-F.P1, rel. Aristides Rodrigues de Almeida, e o Acórdão do TC n.º 280/2015, de 20/05/2015, processo n.º 1025/2014, 3.ª Secção, rel. Carlos Fernandes Cadilha. Parecendo adotar o mesmo critério, vide o Acórdão do TRL de 10/05/2011, processo n.º 1166/08.7TYLSB-B.L1-7, rel. Roque Nogueira, e o Acórdão do TRP de 16/10/2012, processo n.º 248/08.0TYVNG-A.P1, rel. Rui Moreira, nos quais, porém, se defende a aplicação do limite mínimo da medida por falta de elementos que permitam graduar de modo diverso a fixação desse período, em virtude de a qualificação da insolvência como culposa ter resultado do funcionamento de uma presunção *iuris et de jure* (o que nos suscita, com o devido respeito, alguma admiração, na medida em que para ter operado a presunção em causa é necessário que hajam sido provados os factos nos quais se consubstanciam as condutas tipificadas na lei que permitem a respetiva verificação e que são reveladores, desde logo, da gravidade do comportamento).

<sup>192</sup> Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 137 (idem: EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 78); MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 429; OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., págs. 248/249; SERRA, Catarina, *O Regime...*, ob. cit., pág. 140; PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 528; MARTINS, Luís M., ob. cit., pág. 418; vide, também, por todos, embora a propósito da sanção de *inhabilitación*, mas atendendo a que esta tem como consequência a proibição de comerciar e de ocupação de determinados cargos em pessoas coletivas, contida no artículo 13.º/2 do Código de Comércio Espanhol, GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación...*, ob. cit., pág. 48/49. Na jurisprudência, vide o Acórdão do TRE de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho, os Acórdãos do TRC de 05/12/2012, processo n.º 1567/10.0TBVIS-C.C1, rel. Moreira do Carmo, de 11/12/2012, processo n.º 3945/08.6TBLRA-E.C1, rel. Albertina Pedroso, e de 20/04/2010, processo n.º 395/09.0TBLRA-C.C1, rel. Gonçalves Ferreira. No Acórdão do TRC de 06/03/2012, processo n.º 1350/10.3TBGRD-F.C1, rel. Barateiro Martins, parece também ponderar-se a circunstância de se tratar ou não da primeira vez que a pessoa afetada é sujeita à inibição.

<sup>193</sup> MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 429.

<sup>194</sup> OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 248/249. Na jurisprudência, ponderando também a postura do afetado ao longo do processo, o valor total dos créditos reclamados e o prejuízo efetivo causado aos credores, vide o Acórdão do TRG de 23/11/2017, processo n.º 1512/15.7T8CHV-C.G1, rel. Ana Cristina Duarte.

O modo como se mostra redigida a al. c) do n.º 2 do artigo 189.º do CIRE pode, numa leitura apressada, transmitir a ideia de que o legislador não estabeleceu qualquer moldura para a inibição para a ocupação dos cargos vedados. No entanto, não podemos se não entender que o prazo ali estabelecido vigora tanto para a inibição para o exercício do comércio, como para a ocupação dos cargos vedados<sup>195</sup>, quer pelo elemento teleológico, quer pelo elemento histórico da interpretação.

Interligada com a graduação da inibição, suscita-nos a lei insolvencial uma outra questão que, a nosso ver, o legislador não cuidou de prevenir. *Quid juris* se a mesma pessoa for afetada pela insolvência culposa em mais do que um processo de insolvência? Trata-se de hipótese que não é meramente académica. Aliás, não serão raros os casos em que, mormente estando em causa sociedades em relação de grupo, a mesma pessoa assuma em uma ou mais sociedades a qualidade de administrador.

O legislador espanhol, na LC, a propósito da sanção de inabilitação (que, repetimos, implica, por imposição legal, a proibição de comerciar), prevê o cúmulo material das sanções, pelo que, ali, a pessoa afetada pela qualificação da insolvência em dois ou mais processos de insolvência cumprirá integral e sucessivamente as medidas aplicadas (*artículo* 172.º/2-2.º).

Pese embora a inspiração colhida na LC, entendemos que não poderemos transpor para o ordenamento jurídico português a aludida solução por com este não se coadunar. Atente-se que o CIRE institui um regime sancionatório civil da insolvência culposa que não pode deixar de entender-se como interligado com o regime sancionatório penal. Na realidade, se, por um lado, as condutas previstas e punidas nos artigos 227.º a 229.º do CP se enquadram, no essencial, na definição de insolvência culposa, por outro, constitui condição objetiva de punibilidade naqueles tipos legais o reconhecimento judicial da situação de insolvência<sup>196</sup>. Ora, se no regime sancionatório penal a norma é a do cúmulo jurídico das penas principais (cfr. artigo 77.º do CP) e, face à jurisprudência recentemente fixada<sup>197</sup>, também assim das penas acessórias, para bem da congruência do sistema jurídico, temos que concluir que sendo a mesma pessoa afetada por insolvência culposa em processos de insolvência diversos e sendo-lhe aplicada sanção de inibição, no caso que nos ocupa, para o

---

<sup>195</sup> Parecendo-nos não ser necessário o recurso à analogia (contra: MARTINS, Alexandre de Soveral, ob. cit., pág. 430).

<sup>196</sup> Cfr. CAEIRO, Pedro, in *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial, Tomo II, dir. Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra, Coimbra Editora, 1999, págs. 402 e 425. Cfr., também, OLIVEIRA, Rui Estrela de, ob. cit., pág. 208; por interessante, vide a comparação efetuada por este autor entre as sanções previstas nas als. b) e c) do n.º 2 do art. 189.º do CIRE e a medida de segurança prevista no art. 100.º do CP e a crítica avançada.

<sup>197</sup> Cfr. Acórdão do STJ de fixação de jurisprudência de 11/01/2018, processo n.º 418/14.1PTPRT.P1-A.S1, rel. Francisco Caetano.

exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados nos aludidos processos, deverá haver lugar ao cúmulo jurídico dessas sanções<sup>198-199</sup>.

### **2.5.2. Registo**

A inibição para o exercício do comércio está sujeita a registo, a processar officiosamente pela secretaria do tribunal junto da conservatória do registo civil e, quando a pessoa afetada for comerciante em nome individual, da conservatória do registo comercial (artigo 189.º, n.º 3, do CIRE, artigo 1.º, n.º 1, al. n), do CRCiv<sup>200</sup> e artigo 9.º, n.º 1, al. j), do CRCom).

Identicamente, apesar de o artigo 189.º, n.º 3, do CIRE, a tal não fazer menção, também a inibição para ocupação dos cargos vedados está sujeita a registo, nos mesmos moldes (artigo 1.º, n.º 1, al. n), do CRCiv e artigo 9.º, al. j), do CRCom).

Para que o registo da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados produza o efeito pretendido - a publicidade - e, designadamente, para evitar que administradores ou gerentes afetados pela insolvência culposa de uma pessoa coletiva possam continuar a exercer esses cargos noutras sociedades, esvaziando de efeito a própria medida aplicada, necessário se torna que haja lugar à partilha de dados entre o registo civil e o registo comercial.

### **2.5.3. Início e termo do cumprimento da medida**

Qualificada a insolvência como culposa e decretada a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, o período sancionatório inicia-se após o

---

<sup>198</sup> Inexistindo no âmbito da lei mercantil paralelo ao registo criminal, haverá o julgador que socorrer-se da análise do assento de nascimento da pessoa afetada a fim de apurar se, em momento anterior, foi esta sujeita a sanção da mesma natureza, facto que, se for caso disso, se encontrará averbado naquele assento (art. 1.º, n.º 1, al. n), do CRCiv). E, ainda, da consulta ao registo comercial, caso a pessoa afetada seja comerciante em nome individual (artigo 9.º, n.º 1, al. j), do CRCom).

<sup>199</sup> Questão diversa da colocada, e que extravasa o âmbito da nossa investigação, será a da hipótese, mais rara, afirmarmos nós, de a mesma pessoa ser sujeita à medida de inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados por força da qualificação de insolvência como culposa e de, contemporaneamente, em razão dos mesmos factos, ser condenada pela prática do crime de insolvência dolosa na medida de segurança prevista no art. 100.º do Código Penal (de interdição, nomeadamente, do exercício do comércio). Rui Estrela de Oliveira (ob. cit., pág. 213, nota 30), considerando os diferentes pressupostos de aplicação e as distintas finalidades de cada uma destas sanções, propõe que estas sejam “cumpridas de forma totalmente autónoma e após o trânsito em julgado de cada uma das decisões aplicadoras”, do que resulta o afastamento da possibilidade de cúmulo jurídico, pela diversa natureza das sanções, mas parece admitir que sejam cumpridas em simultâneo.

<sup>200</sup> Registo que será eliminado mediante a elaboração officiosa de novo assento de nascimento decorridos cinco anos após o final dos períodos fixados para a inibição para a administração de patrimónios alheios e para a inibição para o exercício do comércio e de determinados cargos, a contar do final do período mais longo (artigo 81.º-A, n.º 1, al. c), do CRCiv).

registo da sentença que a aplicou<sup>201</sup> e mantém-se pelo prazo ali fixado<sup>202</sup>, sem possibilidade de levantamento da inibição<sup>203</sup>.

Decorrido o período de tempo fixado na sentença qualificadora da insolvência, a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados cessará automaticamente, i.e., e apesar de o código nada prever sobre a questão, sem necessidade de despacho judicial nesse sentido.

#### **2.5.4. Consequências da violação da inibição**

À semelhança do que sucede com a inibição para a administração do património de terceiros, a lei insolvencial não estabelece expressamente qualquer consequência para a violação da inibição para o exercício do comércio ou para a ocupação dos cargos vedados.

Contudo, como a propósito daquela medida também se defendeu, entendemos que, face à natureza punitiva da medida e ao interesse público subjacente, a prática de atos contrários à inibição decretada não está isenta de consequências.

Assim, caso o inibido pratique atos em violação do impedimento legal de comerciar, há que entender que estes são válidos, pois que cominar com nulidade esses atos colocaria, sem dúvida, em causa o comércio que se pretende proteger e seria manifestamente excessivo<sup>204</sup>. No entanto, por se tratar de ato praticado em desrespeito da inibição decretada, não poderá o inibido adquirir a qualidade de comerciante em virtude da prática desse ato, nem, consequentemente, usufruir das vantagens associadas a essa qualidade<sup>205</sup>.

---

<sup>201</sup> Cfr. FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código...*, 2013, ob. cit., pág. 735; PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, ob. cit., pág. 529. Na jurisprudência, vide, neste sentido, o Acórdão do TRC de 19/01/2010, processo n.º 132/08.7TBOFR-E.C1, rel. Isáias Pádua.

<sup>202</sup> Ainda que ocorra, entretanto, o encerramento do processo (art. 233.º, n.º 1, al. a), do CIRE), porquanto os efeitos decorrentes da qualificação da insolvência como culposa não são instrumentais do processo. Cfr. EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Os efeitos...*, ob. cit., pág. 165, SERRA, Catarina, *As novas tendências...*, ob. cit., pág. 46, e PINHEIRO, Jorge Duarte, ob. cit., pág. 210.

<sup>203</sup> Solução prevista, porém, no regime pretérito (artigo 148.º, do CPEREF).

<sup>204</sup> Cfr. CORREIA, A. Ferrer, ob. cit., pág. 177.

<sup>205</sup> Cfr. MACEDO, Pedro de Sousa, ob. cit., vol. II, pág. 49 (alertando para a impossibilidade de o inibido se poder inscrever nos organismos reguladores de certas atividades económicas); CORREIA, A. Ferrer, ob. cit., pág. 177; ASCENSÃO, José de Oliveira, *Efeitos...*, ob. cit., pág. 652, nota 11); ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito...*, ob. cit., pág. 205/206, acrescentando que “o falido, não obstante, estará sujeito a todas as desvantagens a que estaria se comerciante fosse, para proteção da confiança de terceiros”; No mesmo sentido, EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual...*, ob. cit., pág. 139 (idem EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente...*, ob. cit., pág. 78). Vide, ainda, ABREU, J.M. Coutinho de, *Curso...*, ob. cit., 2016, pág. 149, e RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efetivação*, ob. cit., pág. 489.



## CONCLUSÃO

O instituto da qualificação da insolvência assume-se como fundamental para o bom funcionamento do mercado, justificando-se, desde logo, pela necessidade de uma eficiente responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas coletivas (cfr. preâmbulo do DL n.º 53/2004, de 18 de março), e como essencial para evitar insolvências fraudulentas ou dolosas.

Subjacente a este instituto observa-se, assim, uma dupla intenção por parte do legislador: por um lado, a de prevenir condutas que coloquem em causa a segurança do comércio jurídico-económico e, por outro lado, a de reprimir os comportamentos culposos conducentes à insolvência ou agravadores dessa situação, o que, conjuntamente, legitima a imposição de efeitos substantivos como consequência da insolvência culposa.

Constituiu objetivo da presente dissertação a abordagem do instituto da qualificação da insolvência, seus incidentes e consequentes efeitos da insolvência culposa, em especial a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, para o que levámos a cabo uma pesquisa positiva, qualitativa, explicativa, bibliográfica e documental, recorrendo à consulta de obras de referência, de publicações periódicas, de artigos científicos e de jurisprudência, bem como à utilização dos instrumentos legais pertinentes.

Analisámos a natureza jurídica dos incidentes de qualificação da insolvência e observámos a tramitação legal desses incidentes. Delimitámos a noção de insolvência culposa e enunciámos os respetivos âmbitos subjetivo e objetivo. Apreciámos os efeitos da insolvência culposa, pessoais e patrimoniais, aprofundando a análise, de entre aqueles, acerca da inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, o que nos permitiu compreender a gravidade desta medida na esfera jurídica das pessoas afetadas.

Verificámos que, tendo o legislador nacional encontrado inspiração na LC em matéria de qualificação da insolvência, nalguns aspetos limitou-se a reproduzir as soluções daquela lei, noutros procurou inovar.

Constatámos que, pese embora a história relativamente recente do instituto da qualificação da insolvência, e apesar das sucessivas alterações legislativas, o seu regime continua a apresentar complexidades e a motivar discussão doutrinal e jurisprudencial.

Procurámos responder às questões formuladas no início da nossa investigação. Assim:

i) Os incidentes de qualificação da insolvência têm carácter civil e assumem, essencialmente, natureza sancionatória, sem prejuízo de revestirem, ainda, natureza preventiva ou de proteção do tráfego jurídico.

ii) Verificámos de que modo se tramitam os incidentes de qualificação da insolvência, de natureza algo complexa e ambígua. Daí que propusemos soluções, com base na análise doutrinal e jurisprudencial a que procedemos, sugerindo, nalguns casos, a ponderação pelo legislador insolvencial de modificações ao regime jurídico em vigor, destinadas a torná-lo mais claro e isento de dúvidas ao intérprete/aplicador.

iii) Constatámos poderem ser afetadas pela qualificação da insolvência como culposa, integrando assim o âmbito subjetivo deste tipo de insolvência, nomeadamente, o devedor, os administradores, de direito ou de facto, os TOC e ROC e outras pessoas que não o devedor ou os administradores, como, por exemplo, os representantes legais do devedor, os liquidatários e os membros de órgãos de fiscalização. E delimitámos o âmbito objetivo da insolvência culposa, analisando as presunções de insolvência culposa e de culpa grave.

iv) Da qualificação da insolvência como culposa decorrem os seguintes efeitos substantivos: a inibição das pessoas afetadas para administrarem património de terceiros; a inibição dessas pessoas para o exercício do comércio, bem como para a ocupação de qualquer cargo de titular de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa; a perda de quaisquer créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente detidos pelas pessoas afetadas pela qualificação e a sua condenação na restituição dos bens ou direitos já recebidos em pagamento desses créditos; e a condenação, solidária, das pessoas afetadas a indemnizarem os credores do devedor declarado insolvente no montante dos créditos não satisfeitos, até às forças dos respetivos patrimónios.

v) Examinámos, de entre os efeitos da insolvência culposa, a inibição para o exercício do comércio e para a ocupação dos cargos vedados, percebendo que, com a transposição do aludido efeito pessoal da parte geral do código, nos regimes pretéritos, para o capítulo relativo à qualificação da insolvência, no CIRE, o regime é, agora, globalmente mais favorável. v<sub>1</sub>) A inibição para o exercício do comércio e para o exercício dos cargos vedados constitui uma incompatibilidade, porquanto visa tutelar o interesse público da confiança e segurança no comércio, e assume um carácter simultaneamente preventivo, face ao interesse público protegido, e punitivo, na medida em que se sanciona a pessoa afetada pela qualificação através da impossibilidade de exercer o comércio e de ocupar os cargos vedados durante o período de inibição. v<sub>2</sub>) O âmbito objetivo de aplicação da medida em apreço corresponde à proibição do exercício profissional do comércio, por um lado, e à proibição de ocupação qualquer cargo de órgão de sociedade comercial ou civil, associação ou fundação privada de atividade económica, empresa pública ou cooperativa, por outro; enquadram-se, por sua vez,

no âmbito subjetivo de aplicação desta medida, as pessoas afetadas pela insolvência culposa, designadamente, o devedor, os administradores, de direito ou de facto, os TOC e ROC. v<sub>3</sub>) E traçámos o regime jurídico da inibição para o exercício do comércio e para o exercício dos cargos vedados, determinando o modo como deve ser graduada a medida, a publicidade a que está sujeita, o momento em que se inicia e cessa o respetivo cumprimento e as consequências da sua violação.

Não podemos deixar de salientar, face ao regime vigente, as dificuldades que se colocam aos operadores judiciais. De um lado, a falta de meios ao dispor dos administradores da insolvência e do Ministério Público<sup>206</sup>, de outro a limitação temporal imposta pelo legislador no que respeita ao início dos incidentes de qualificação da insolvência. Acreditamos que, ao contrário do pretendido pelo legislador, muitas situações que poderiam vir a ser enquadradas como insolvência culposa não o serão devido às mencionadas causas, quer por não ser possível apurar em tempo útil os factos que permitiriam justificar a abertura do incidente, quer por, aberto este, ante a dificuldade associada à prova, vir o incidente a ser inconclusivo, não se logrando, assim, obter o desejado objetivo de responsabilização dos titulares de empresa e dos administradores de pessoas coletivas.

Aguardamos que, em futura revisão, o legislador pondere essas dificuldades, contemplando, desde logo, a possibilidade de desencadear o incidente de qualificação da insolvência após o decurso do prazo previsto no artigo 188.º, n.º 1, do CIRE, e até ao encerramento do processo, mediante a prova da superveniência dos factos ou da superveniência do seu conhecimento.

Aplaudimos a opção legislativa de tornar facultativo o incidente de qualificação da insolvência, porém, como assinala Maria José Verdú Cañete, a propósito dos pressupostos objetivos de abertura do incidente de qualificação, no âmbito da LC, «talvez, hubiera sido preferible possibilitar la apertura de esta sección sempre que resulte necesario evaluar la conducta del deudor, sin establecer ningún elemento condicionante»<sup>207</sup>.

A presente dissertação apresenta algumas limitações como sejam: a constante produção de jurisprudência nacional, a diversidade da bibliografia espanhola, as condicionantes de espaço e de tempo que não permitem a análise detalhada das presunções de

---

<sup>206</sup> Designadamente a ausência de capacidade financeira para determinar a realização de auditorias às contas das empresas e a falta de conhecimentos técnicos de alguns administradores judiciais para proceder à análise da contabilidade das empresas.

<sup>207</sup> CAÑETE, María José Verdú, *Notas sobre el nuevo derecho concursal*, in *Anales de Derecho*, Universidade de Murcia, Número 22, 2004, págs. 391-409, disponível em: [revistas.um.es/analesderecho/article/view/81091/78261](http://revistas.um.es/analesderecho/article/view/81091/78261) (acesso em 06/01/2017), pág. 408.

insolvência culposa e de culpa grave, nem o desenvolvimento de todos os efeitos da insolvência culposa.

Ficamos expectantes de que esta dissertação contribua para o desenvolvimento do estudo do instituto da qualificação da insolvência, pela relevância das questões que suscitámos e a que procurámos dar resposta e, como linhas de investigação futura, apontamos o estudo da natureza jurídica e função da responsabilidade insolvencial e da sua coordenação com a responsabilidade societária.

## BIBLIOGRAFIA

- ABREU, J.M. Coutinho de, *Curso de Direito Comercial*, vol. I, 10.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2016
- ABREU, J.M. Coutinho de, *Responsabilidade Civil dos Administradores de Sociedades*, IDET – Instituto de Direito das Empresas e do Trabalho, Cadernos, n.º 5, 2.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2010
- ANTUNES, José Engrácia, *O âmbito subjectivo do incidente de qualificação da insolvência*, in *Revista de Direito da Insolvência*, Número 1, Coimbra, Almedina, 2017, págs. 77-105
- ASCENSÃO, José de Oliveira, *Direito Comercial – Parte Geral*, Vol. I, Lisboa, Faculdade de Direito de Lisboa, 1986/87
- ASCENSÃO, José de Oliveira, *Efeitos da falência sobre a pessoa e negócios do falido*, in *ROA* n.º 55/III (1995), págs. 641 e seguintes
- BRANCO, José Manuel, *A qualificação da insolvência (análise do instituto em paralelo com outros de tutela de credores e enquadramento no regime dos deveres dos administradores)*, janeiro de 2014, disponível em:  
[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo\\_insolvencia\\_acoes\\_conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf)  
(acesso em 02/11/2017)
- BRANCO, José Manuel, *Novas questões na qualificação da insolvência*, in *Processo de Insolvência e Ações Conexas*, dezembro de 2014, disponível em:  
[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo\\_insolvencia\\_acoes\\_conexas.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/Processo_insolvencia_acoes_conexas.pdf)  
(acesso em 14/05/2017)
- BRANCO, José Manuel, *Responsabilidade Patrimonial e Insolvência Culposa (Da Falência Punitiva à Insolvência Reconstitutiva)*, Coimbra, Almedina, 2015
- CABANILLAS, Lourdes Garnacho, *La naturaleza jurídica de la responsabilidad concursal ex artículo 172 bis LC*, Documentos de Trabajo del Departamento de Derecho Mercantil, Universidade Complutense de Madrid, março 2013, disponível em  
[http://eprints.ucm.es/20439/1/Garnacho\\_art-2.\\_172\\_bis\\_LC.pdf](http://eprints.ucm.es/20439/1/Garnacho_art-2._172_bis_LC.pdf) (acesso em 27/10/2017)
- CABRAL, João Miguel Santos, *O administrador de facto no ordenamento jurídico português*, in *Revista do CEJ*, n.º 10 (2.º semestre 2008), págs. 109-164
- CAEIRO, Pedro, *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial, Tomo II, dir. Jorge de Figueiredo Dias, Coimbra, Coimbra Editora, 1999

CANETE, María José Verdú, *Notas sobre el nuevo derecho concursal*, in *Anales de Derecho*, Universidade de Murcia, Número 22, 2004, págs. 391-409, disponível em: [revistas.um.es/analesderecho/article/view/81091/78261](http://revistas.um.es/analesderecho/article/view/81091/78261) (acesso em 06/01/2017)

CASTRO, Carlos Osório de, *Preâmbulo não publicado do Decreto-Lei que aprova o Código*, in *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, págs. 197-236

COELHO, José Gabriel Pinto, *Efeitos da falência sobre a capacidade do falido*, segundo o novo Código de Processo Civil, *Estudos de Direito Comercial*, vol. I — Das Falências, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1943

CORDEIRO, António Menezes, *Introdução ao Direito da Insolvência*, in *O Direito*, ano 137.º, 2005, III, Coimbra, Almedina, págs. 465 a 506

CORDEIRO, António Menezes, *Perspetivas evolutivas do Direito da Insolvência*, in *Revista de Direito das Sociedades*, Ano IV (2012), n.º 3, Coimbra, Almedina, págs. 551 a 591

CORREIA, A. Ferrer, *Lições de Direito Comercial*, Vol. I, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1973

COSTA, Mário Júlio de Almeida, *Direito das Obrigações*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, 1994

COSTA, Ricardo, *Responsabilidade civil societária dos administradores de facto*, in *Temas Societários*, IDET, Coimbra, 2006, págs. 23-43

COSTEIRA, Maria José, *A insolvência de pessoas coletivas – efeitos no insolvente e na pessoa dos administradores*, in *Revista Julgar* n.º 18, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 161 a 173

COSTEIRA, Maria José, *Novo Direito da Insolvência*, in *Themis*, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2005, págs. 25 a 42.

DELGADO, Carlos Nieto, *Calificación: Aspectos Procesales e internacionales*, in *Guías Concursales*, Enero 2017, Consejo General de Economistas – Refor Expertos em Economía Forense, pág. 33, disponível em: <https://www.economistas.es/contenido/REFor/Guias%20conkursales/5-CALIFICACION%20ASPECTOS%20PROCESALES%20E%20INTERNACIONALES%20Carlos%20Nieto.pdf> (acesso em 10/10/2017)

DUARTE, Rui Pinto, *Efeitos da declaração de insolvência quanto à pessoa do devedor*, in *Themis*, Edição Especial – Novo Direito da Insolvência, Coimbra, Almedina, 2005, págs. 131 a 150

DUARTE, Rui Pinto, *Responsabilidade dos administradores: coordenação dos regimes do Código das Sociedades Comerciais e do Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in III Congresso de Direito da Insolvência (coord. Catarina Serra), Coimbra, Almedina, 2015, págs. 151 a 173

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Efeitos da declaração de insolvência sobre o insolvente no novo Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in Direito e Justiça, Vol. XIX, Universidade Católica Portuguesa, 2005, págs. 191 a 203.

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Incidente de qualificação da insolvência*, in Insolvência e Processo Especial de Revitalização, março de 2017, disponível em: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb\\_Insolvencia\\_Revitalizacao.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Insolvencia_Revitalizacao.pdf), e <https://educast.fccn.pt/vod/clips/1fksvubsmh/flash.html> (comunicação em vídeo), acesso em: 18/09/2017

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Manual de Direito da Insolvência*, 6.<sup>a</sup> Edição, Coimbra, Almedina, 2016

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *Os efeitos substantivos da falência*, Porto, Publicações Universidade Católica, 2000

EPIFÂNIO, Maria do Rosário, *O incidente de qualificação da insolvência*, in Estudos em memória do Prof. Doutor J. L. Saldanha Sanches, Vol. II, págs. 579-601

FARRIOL, Farran Josep – *La calificación del concurso y las responsabilidades que pueden derivarse de él*, disponível em: <http://vlex.com/vid/oacute-responsabilidades-derivarse-eacute-58479696> (acesso em 06/01/2017)

FERNANDES, Luís Carvalho, *A qualificação da insolvência e a administração da massa insolvente pelo devedor*, in Colectânea de Estudos sobre a Insolvência, Lisboa, Quid Juris, 2009

FERNANDES, Luís Carvalho, *O Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas na evolução do regime da falência no direito português*, in Colectânea de Estudos sobre a Insolvência, Lisboa, Quid Juris, 2009

FERNANDES, Luís Carvalho, *O novo regime da inibição do falido para o exercício do comércio*, in Direito e Justiça, Vol. XIII, Tomo 2, Universidade Católica Editora, 1999, págs. 7-13

FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 2.<sup>a</sup> Edição, Lisboa, Quid Juris, 2013

FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Reimpressão, Lisboa, Quid Juris, 2009

FERNANDES, Luís Carvalho e LABAREDA, João, *Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência Anotado*, 3.<sup>a</sup> Edição (reimpressão), Lisboa, Quid Juris, 1999.

FRADA, Manuel A. Carneiro da, *A Responsabilidade dos administradores na insolvência*, ROA 66/II (2006), também publicado em Estudos Jurídicos e Económicos em homenagem ao Prof. Doutor António de Sousa Franco, FDUL, Coimbra Editora, 2006, vol. II, págs. 235 e seguintes, e disponível em:

[www.oa.pt/conteudos/artigos/detalhe\\_artigo.aspx?idsc=50789&ida=50916](http://www.oa.pt/conteudos/artigos/detalhe_artigo.aspx?idsc=50789&ida=50916) (acesso em 02/11/2016)

GARCÍA-CRUCES, José António, *El problema de la represión de la conducta del deudor común*, in *La Reforma de la Legislación Concursal*, dir. A. Rojo Fernández-Río, ed. Marcial Pons, Madrid – Registradores de España, 2003, págs 247-321, disponível em: [http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/problemadelarepresondelaconducta.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/problemadelarepresondelaconducta.pdf) (acesso em 17/09/2017)

GARCÍA-CRUCES, José António, *La calificación del concurso*, in *La nueva Ley Concursal*, Revista del Poder Judicial, número monográfico, XVIII, dir. A. Rojo Fernández-Río, CGPJ, Madrid, 2004, págs. 483 e seguintes), disponível em: [http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/poderjudicial2004.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/poderjudicial2004.pdf) (acesso em 17/09/2017)

GARCÍA-CRUCES, José António, *La responsabilidad concursal*, Zaragoza, 2009, disponível em: [http://www.unizar.es/derecho\\_concursal/publicaciones/laResponsabilidaddelosAdministradores.pdf](http://www.unizar.es/derecho_concursal/publicaciones/laResponsabilidaddelosAdministradores.pdf) (acesso em 09/10/2017)

GARCÍA-VILLARRUBIA, Manuel, *Dos problemas de calificación a consecuencia de la introducción del vínculo causal en el art. 172 bis*, in *Revista de Derecho Mercantil*, n.º 48, 2017, disponível em <http://www.uria.com/es/publicaciones/articulos-juridicos.html?id=5176&pub=Publicacion&tipo=> (acesso em 24/10/2017)

GARCÍA-VILLARRUBIA, Manuel, *El poder de disposición de las partes en el proceso de calificación*, in *Revista de Derecho Mercantil*, n.º 10, 2013, disponível em <http://www.uria.com/es/publicaciones/articulos-juridicos.html?id=3875&pub=Publicacion&tipo=> (acesso em 24/10/2017)

GÓMEZ, María Angustias Días e RÍO, Carlos Miguélez del – *La calificación del concurso tras la reforma introducida en la ley concursal por la ley 38/2011*, in *Pecunia*, núm. 14 (enero-junio 2012), págs 145-168, disponível em:



<https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/4132013.pdf> (acesso em 24/02/2016)

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Direito da Insolvência*, Lisboa, AAFDL Editora, 2017

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Insolvência culposa e responsabilidade dos administradores na Lei n.º 16/2012, de 20 de Abril*, in I Congresso de Direito da Insolvência (coordenação: Catarina Serra), Coimbra, Almedina, 2013

LEITÃO, Adelaide Menezes, *Responsabilidade dos Administradores para com a sociedade e os credores sociais por violação de normas de protecção*, in *Direito e Justiça, Estudos Dedicados ao Professor Doutor Luís Alberto Carvalho Fernandes*, Lisboa, Universidade Católica Editora, 2011, vol. I, págs. 19-53

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 5.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2009

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, 6.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2012

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes, *Direito da Insolvência*, 7.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2017

LIMA, Pires de, e VARELA, Antunes, *Código Civil Anotado*, Vol. I, 4.ª Edição, Coimbra, Coimbra Editora, 1987

MACEDO, Pedro de Sousa, *Manual de Direito da Falência*, Coimbra, Almedina, vols. I, 1964 e II, 1968

MADRID, Carlos Romero Sanz de, *La calificación en el concurso de acreedores*, Barcelona, Editorial Bosch, 2014.

MARTINS, Alexandre de Soveral, *Um curso de Direito da Insolvência*, 2.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2016

MARTINS, Luís M., *Processo de Insolvência*, 3.ª Edição, Coimbra, Almedina, 2013

MENDES, João de Castro, *Direito Civil - Teoria Geral*, vol. I, Lisboa, AAFDL, 1978

OLIVEIRA, Nuno Manuel Pinto, *Responsabilidade Civil dos Administradores – entre direito civil, direito das sociedades e direito da insolvência*, Coimbra, Coimbra Editora, 2015

OLIVEIRA, Rui Estrela de, *Uma brevíssima incursão pelos incidentes de qualificação da insolvência*, in *Revista Julgar* n.º 11 (maio-agosto), Coimbra, Coimbra Editora, 2010, págs. 199-249

Parecer do Conselho Geral da Ordem dos Advogados sobre o Anteprojeto de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011, pág. 9, disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=3664>

Parecer do Conselho Superior da Magistratura sobre o Anteprojeto de Diploma de Alteração ao CIRE, de 24 de novembro de 2011 (disponível em:

<https://www.parlamento.pt/ActividadeParlamentar/Paginas/DetalheIniciativa.aspx?BID=3664>

7)

PINHEIRO, Jorge Duarte, *Efeitos pessoais da declaração de insolvência*, in Estudos em memória do Professor Doutor José Dias Marques (Separata), Coimbra, Almedina, 2007, págs. 207-223

PINTO, Rui, *Considerações gerais sobre a reforma – Resposta à consulta pública relativa ao projecto de decreto-lei que altera o Código das Sociedades Comerciais e o Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas*, in Revista de Direito das Sociedades, Ano IX, Número 1, Coimbra, Almedina, 2017, págs. 13-24

PLAZAS, José Machado, *El concurso de acreedores culpable — calificación y responsabilidad concursal*, Navarra, Thomson-Civitas, 2006

PRATA, Ana, CARVALHO, Jorge Morais e SIMÕES, Rui, *Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas Anotado*, Coimbra, Almedina, 2013

RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da Sociedade e efectivação da responsabilidade civil dos administradores*, Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, vol. LXXXIII, 2007, p. 449-489

RAMOS, Maria Elisabete, *Insolvência da sociedade, responsabilidade civil do administrador de facto e poderes do administrador da insolvência*, in *Insolvência e consequências da sua declaração*, disponível em:

[http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Insolvencia/Curso\\_Especializacao\\_%20Insolvencia.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/Insolvencia/Curso_Especializacao_%20Insolvencia.pdf) (acesso 08/11/2017)

RIBEIRO, Maria de Fátima, *Responsabilidade dos administradores pela insolvência: evolução dos direitos português e espanhol*, in Direito das Sociedades em Revista, Ano 7, Vol. 14, Coimbra, Almedina, 2015, págs. 68 a 109

SERRA, Catarina, *Amendments to the portuguese Insolvency Act*, Eurofenix Autumn 2012, disponível em [www.insol-europe.org/download/documents/445](http://www.insol-europe.org/download/documents/445) (acesso em 28/10/2016)

SERRA, Catarina, *As novas tendências do direito português da insolvência - Comentário ao regime dos efeitos da insolvência sobre o devedor no Projecto de Código da Insolvência*, in Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas - Comunicações sobre o Anteprojecto de Código, Ministério da Justiça, Gabinete de Política Legislativa e Planeamento, Coimbra, Coimbra Editora, 2004, págs. 21-49.

SERRA, Catarina, «*Decoctor ergo fraudator*» — *A insolvência culposa (esclarecimentos sobre um conceito a propósito de umas presunções)*. Anotação ao Ac. do TRP de 7.1.2008, Cadernos de Direito Privado n.º 21, Braga, Cejur, Janeiro/Março 2008, págs. 54-71.

SERRA, Catarina, *Desdramatizando o afastamento da personalidade jurídica (e da autonomia patrimonial)*, in Revista Julgar n.º 9, Coimbra, Coimbra Editora, setembro-dezembro 2009, págs. 111 a 130

SERRA, Catarina, *Efeitos da declaração de falência sobre o falido (após a alteração do DL n.º 315/98, de 20 de Outubro, ao Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência)*, in Scientia Iuridica, tomo XLVII, n.ºs 274/276, jul/dez 1998, págs. 267 e seguintes.

SERRA, Catarina, *O Regime Português da Insolvência*, 5.<sup>a</sup> edição, Coimbra, Almedina, 2012

SERRA, Catarina, *Os Efeitos patrimoniais da declaração de insolvência após a alteração da Lei n.º 16/2012 ao Código da Insolvência*, in Revista Julgar n.º 18, Coimbra, Coimbra Editora, 2012, págs. 175 a 201

SILVA, Fátima Reis, *Processo de insolvência: os órgãos de insolvência e o plano de insolvência*, in Revista do CEJ, 2.º semestre de 2010, n.º 14, Coimbra, Almedina, 2011, págs. 121-168

VARONA, Javier Arias, *Instituciones Preconcursoales. Responsabilidad de administradores sociales y concurso. ¿Dónde está y hacia donde se dirige el derecho español?*, Revista e-Mercatoria, Volumen 10, número 2 (julio-diciembre 2011), disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1987238> (acesso em 27/11/2015), págs. 225 e seguintes

## **JURISPRUDÊNCIA CITADA<sup>208</sup>**

### **Tribunal Constitucional**

- Acórdão n.º 414/02, de 10/10/2002, processo n.º 39/02, 1.ª Secção, rel. Artur Maurício
- Acórdão n.º 564/07, de 13/11/2007, processo n.º 230/07, 2.ª Secção, rel. Joaquim de Sousa Ribeiro;
- Acórdão n.º 261/08, de 06/05/2008, processo n.º 143/08, 1.ª Secção, rel. Pamplona de Oliveira;
- Acórdão n.º 570/08, de 26/11/2008, processo n.º 217/08, 3.ª Secção, rel. Vítor Gomes;
- Acórdão n.º 173/2009, de 02/04/2009, processo n.º 777/08, rel. Joaquim de Sousa Ribeiro;
- Acórdão n.º 340/2011, de 07/07/2011, processo n.º 119/11, 3.ª Secção, rel. Vítor Gomes;
- Acórdão n.º 280/2015, de 20/05/2015, processo n.º 1025/2014, 3.ª Secção, rel. Carlos Fernandes Cadilha.

### **Supremo Tribunal de Justiça**

- Acórdão de 06/10/2011, processo n.º 46/07.8TBSVC-0.L1.S1, rel. Serra Baptista;
- Acórdão de Fixação de Jurisprudência de 11/01/2018, processo n.º 418/14.1PTPRT.P1-A.S1, rel. Francisco Caetano.

### **Tribunal da Relação de Coimbra**

- Acórdão de 19/01/2010, processo n.º 132/08.7TBOFR-E.C1, rel. Isaías Pádua;
- Acórdão de 26/01/2010, processo n.º 110/08.6TBAND-D.C1, rel. Carlos Moreira;
- Acórdão de 20/04/2010, processo n.º 395/09.0TBLRA-C.C1, rel. Gonçalves Ferreira;
- Acórdão de 08/02/2011, processo n.º 1543/06.8TBPMS-O.C1, rel. António Beça Pereira;
- Acórdão de 18/10/2011, processo n.º 549/10.7TBPBL-A.C1, rel. Fonte Ramos;
- Acórdão de 24/01/2012, processo n.º 205/08.6TBVGS-C.C1, rel. Barateiro Martins;
- Acórdão de 07/02/2012, processo n.º 2273/10.1TBLRA-B.C1, rel. Henrique Antunes;
- Acórdão de 29/02/2012, processo n.º 170/11.2TMGR-C.C1, rel. Carlos Gil;
- Acórdão de 06/03/2012, processo n.º 1350/10.3TBGRD-F.C1, rel. Barateiro Martins;
- Acórdão de 22/05/2012, processo n.º 1053/10.9TJCBR-K.C1, rel. Barateiro Martins;
- Acórdão de 05/12/2012, processo n.º 1567/10.0TBVIS-C.C1, rel. Moreira do Carmo;
- Acórdão de 11/12/2012, processo n.º 3945/08.6TBLRA-E.C1, rel. Albertina Pedroso;
- Acórdão de 05/02/2013, processo n.º 380/09.2TBAVR-B.C1, rel. Maria José Guerra;

---

<sup>208</sup> Os acórdãos citados neste trabalho mostram-se disponíveis em texto integral em [www.dgsi.pt](http://www.dgsi.pt) ou [www.tribunalconstitucional.pt](http://www.tribunalconstitucional.pt), com exceção daqueles em que for feita indicação no texto de local diverso de publicação.

- Acórdão de 21/01/2014, processo n.º 174/12.8TJC BR-C1, rel. Moreira do Carmo;
- Acórdão de 16/09/2014, processo n.º 1146/12.8TBCVL-B.C1, rel. Catarina Gonçalves;
- Acórdão de 23/09/2014, processo n.º 4/13.3TBSEI-L.C1, rel. Fernando Monteiro;
- Acórdão de 02/06/2015, processo n.º 528/12.0TBCLD-C.C1, rel. Maria Inês Moura;
- Acórdão de 10/03/2015, processo n.º 631/13.9TBGRD-L.C1, rel. Catarina Gonçalves;
- Acórdão de 14/04/2015, processo n.º 1830/10.0TBFIG-Q.C1, rel. Anabela Luna de Carvalho;
- Acórdão de 27/05/2015, processo n.º 617/10.5TBMMV-A.C1, rel. Jorge Arcanjo;
- Acórdão de 22/11/2016, processo n.º 2675/13.1TBLRA-E.C1, rel. Maria João Areias;
- Acórdão de 07/03/2017, processo n.º 1336/11.0TBLRA-N.C1, rel. Luís Cravo;
- Acórdão de 12/07/2017, processo n.º 60/16.2T8PNH-B.C1, rel. Maria João Areias.

### **Tribunal da Relação de Évora**

- Acórdão de 30/10/2008, processo n.º 2323/08-2, rel. João Marques;
- Acórdão de 23/09/2009, processo n.º 3309/05.3TBSTR-A.E1, rel. Eduardo Tenazinha;
- Acórdão de 10/02/2010, processo n.º 1086/08.5TBSLV-B.E1, rel. Silva Rato;
- Acórdão de 13/12/2011, processo n.º 2076/09.6TBSTR-A.E1, rel. Francisco Matos;
- Acórdão de 11/04/2013, processo n.º 1767/12.9-C, rel. Canelas Brás;
- Acórdão de 08/05/2014, processo n.º 915/11.0TBENT.I.E1, rel. Francisco Xavier;
- Acórdão de 10/07/2014, processo n.º 18/12.0TBM TL-C.E1, rel. Canelas Brás;
- Acórdão de 29/01/2015, processo n.º 34/14.8T2GDL.E1, rel. Silva Rato;
- Acórdão de 12/03/2015, processo n.º 227/12.2TBSSB-D.E1, rel. Conceição Ferreira;
- Acórdão de 12/03/2015, processo n.º 2518/12.3TBEVR-C.E1, rel. Sílvio Sousa;
- Acórdão de 06/10/2016, processo n.º 2831/15.8T8STB-H.E1, rel. Tomé Ramião;
- Acórdão de 20/10/2016, processo n.º 23/16.8T8FTR.E1, rel. Mário Branco Coelho;
- Acórdão de 03/11/2016, processo n.º 5291/15.0T8STB-C.E1, rel. Mário Serrano;
- Acórdão de 13/07/2017, processo n.º 4293/16.3T8STB.E1, rel. Tomé de Carvalho.

### **Tribunal da Relação de Guimarães**

- Acórdão de 14/06/2006, processo n.º 751/06, rel. Vieira da Cunha<sup>209</sup>;
- Acórdão de 11/01/2007, processo n.º 1954/06-2, rel. Conceição Bucho;
- Acórdão de 12/03/2009, processo n.º 1621/07.6TBBCL-B.G1, rel. Manso Raínho;
- Acórdão de 23/02/2010, processo n.º 326/07.2TBCM N-C.G1, rel. Espinheira Baltazar;

---

<sup>209</sup> Publicado na CJ n.º 191, tomo III, ano 2006, págs. 290-292.

- Acórdão de 14/04/2011, processo n.º 881/07.7TBVCT-S.G1, rel. Manso Raínho;
- Acórdão de 02/06/2011, processo n.º 881/07.7TBVCT-U.G1, rel. António Sobrinho;
- Acórdão de 24/07/2012, processo n.º 299/10.4TBPTL-A.G1, rel. Fernando Fernandes Freitas;
- Acórdão de 05/02/2013, processo n.º 3257/11.8TBVCT-G.G1, rel. António Figueiredo de Almeida;
- Acórdão de 25/06/2015, processo n.º 293/12.0TBVCT-A.G1, rel. José Estelita Mendonça;
- Acórdão de 24/09/2015, processo n.º 3597/11.6T8VNF.G1, rel. José Estelita Mendonça;
- Acórdão de 25/02/2016, processo n.º 1857/14.3TBGMR-DG1, rel. Cristina Cerdeira;
- Acórdão de 12/05/2016, processo n.º 287/05.2TBALJ-F.G1, rel. António Beça Pereira;
- Acórdão de 20/04/2017, processo n.º 510/16.8T8VRL-D.G1, rel. Elisabete Valente;
- Acórdão de 11/05/2017, processo n.º 1775/15.8T8VNF-A.G1, rel. Francisca Micaela da Mota Vieira;
- Acórdão de 01/06/2017, processo n.º 280/14.4TBPVL-E.G1, rel. João Peres Coelho;
- Acórdão de 01/06/2017, processo n.º 1046/16.2T8GMR-B.G1, rel. Pedro Damião e Cunha
- Acórdão de 01/06/2017, processo n.º 1617/16.7T8GMR-B.G1, rel. Maria João Matos;
- Acórdão de 11/07/2017, processo n.º 1255/12.3TBBGC-G.G1, rel. José Cravo;
- Acórdão de 14/09/2017, processo n.º 7165/15.5T8VNF-A.G1, rel. Purificação Carvalho;
- Acórdão de 23/11/2017, processo n.º 1512/15.7T8CHV-C.G1, rel. Ana Cristina Duarte.

### **Tribunal da Relação de Lisboa**

- Acórdão de 22/01/2008, processo n.º 10141/2007/7, rel. Graça Amaral;
- Acórdão de 26/06/2008, processo n.º 5477/08.2, rel. Nelson Borges Carneiro;
- Acórdão de 12/05/2009, processo n.º 986/08.7TBRM.L1-7, rel. Tomé Gomes;
- Acórdão de 09/11/2010, processo n.º 168/07.5TBLNH-D.L1-7, rel. Graça Amaral;
- Acórdão de 10/05/2011, processo n.º 1166/08.7TYLSB-B.L1-7, rel. Roque Nogueira;
- Acórdão de 17/01/2012, processo n.º 1023/07.4TBBNV-C.L1-7, rel. Luís Espírito Santo;
- Acórdão de 26/04/2012, processo n.º 2160/10.3TJLSB-B.L1-2, rel. Ezagüy Martins;
- Acórdão de 12/03/2013, processo n.º 1043/11.4TBVFX-A.L1-7, rel. Orlando Nascimento;
- Acórdão de 18/04/2013, processo n.º 1027/10.0TYLSB-A.L1-2, rel. Jorge Leal;
- Acórdão de 09/10/2014, processo n.º 1048/12.8TBPD-G.L1-6, rel. Gilberto Jorge;
- Acórdão de 23/06/2015, processo 491/13.0TYLSB-D.L1-7, rel. Cristina Coelho;
- Acórdão de 11/05/2017, processo n.º 65/12.2TBPTS-Q.L1-6, rel. Anabela Calafate.

### **Tribunal da Relação do Porto**

- Acórdão de 25/10/2007, processo n.º 0733856, rel. José Ferraz;
- Acórdão de 07/01/2008, processo n.º 0754886, rel. Anabela Luna de Carvalho;
- Acórdão de 22/01/2008, processo n.º 0726023, rel. Maria Graça Mira;
- Acórdão de 17/11/2008, processo n.º 0855650, rel. Sousa Lameira;
- Acórdão de 05/02/2009, processo n.º 0837835, rel. Luís Espírito Santo;
- Acórdão de 28/04/2009, processo n.º 4268/07.3TBVFR-A.P1, rel. Canelas Brás;
- Acórdão de 02/07/2009, processo n.º 95/06.3TYVNG-E.P1, rel. Freitas Vieira;
- Acórdão de 29/10/2009, processo n.º 10/07.7TYVNG-B.P1, rel. Filipe Caroço;
- Acórdão de 25/11/2010, processo n.º 814/08.3TBVFR-F.P1, rel. Pinto de Almeida;
- Acórdão de 06/12/2011, processo n.º 1556/09.8TBAMT-W.P1, rel. Ramos Lopes;
- Acórdão de 23/02/2012, processo n.º 621/09.6TBOAZ-A.P1, rel. Pinto de Almeida;
- Acórdão de 05/06/2012, processo n.º 363/10.0TYVNG-A.P1, rel. M. Pinto dos Santos;
- Acórdão de 16/10/2012, processo n.º 248/08.0TYVNG-A.P1, rel. Rui Moreira;
- Acórdão de 03/12/2012, processo n.º 1462/11.6TJVNf-D.P1, rel. Pinto de Almeida;
- Acórdão de 04/03/2013, processo n.º 1043/12.7TBOAZ-E.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes;
- Acórdão de 18/12/2013, processo n.º 41/10.0TYVNG-D.P1, rel. Fernando Samões;
- Acórdão de 27/02/2014, processo n.º 1595/10.6TBAMT-A.P2, rel. Leonel Serôdio;
- Acórdão de 13/01/2015, processo n.º 376/12.7TYVNG-A.P1, rel. Anabela Dias da Silva;
- Acórdão de 15/06/2015, processo n.º 2888/13.6TBVFR-E.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes;
- Acórdão de 28/09/2015, processo n.º 1826/12.8TBOAZ-C.P1, rel. Ana Paula Amorim;
- Acórdão de 08/10/2015, processo n.º 1751/11.0T2AVR-F.P1, rel. Aristides Rodrigues de Almeida;
- Acórdão de 07/07/2016, processo n.º 353/09.5TYVNG-E.P1, rel. Carlos Querido;
- Acórdão de 07/12/2016, processo n.º 262/15.9T8AMT-D.P1, rel. Aristides Rodrigues de Almeida;
- Acórdão de 29/06/2017, processo n.º 2603/15.0T8STS-A.P1, rel. Filipe Caroço;
- Acórdão de 18/09/2017, processo n.º 7353/15.4T8VNG-A.P1, rel. Manuel Domingos Fernandes.

## CITAÇÕES E ABREVIATURAS

A presente dissertação encontra-se atualizada com bibliografia publicada até dezembro de 2017.

As referências bibliográficas efetuadas na presente dissertação foram citadas de modo integral nas primeiras ocorrências. Assim, nas primeiras ocorrências as obras foram citadas por autor, título em itálico, edição, local, data, editora e página.

Tratando-se de artigo incluído em revista periódica, para além do título do artigo em itálico, foram ainda identificados o nome da revista, o ano ou a data da publicação e o respetivo número.

Estando em causa elementos bibliográficos incluídos em obras coletivas, foi ainda citada a obra geral, identificados os tomos e/ou volumes, edição, local, data, editora e página.

Nas ocorrências subsequentes, as obras e os artigos foram citados apenas com a indicação do autor, com a referência a obra citada (ob. cit.), excepto no caso de diversas referências bibliográficas do mesmo autor, caso em que se indicou o respetivo título de forma abreviada, e da página.

As decisões jurisprudenciais foram citadas por tribunal, data, número do processo e relator.

As abreviaturas utilizadas, que se indicam em seguida, correspondem às de uso corrente pela doutrina e pela jurisprudência.

### Abreviaturas

al./als.	alínea/alíneas
ACE	Agrupamentos Complementares de Empresas
AEIE	Agrupamentos Europeus de Interesse Económico
BOE	<i>Boletín Oficial del Estado</i>
CAAJ	Comissão para o Acompanhamento dos Auxiliares da Justiça
CC	Código Civil
cfr.	confrontar
CIRE	Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas
CJ	Coletânea de Jurisprudência
coord.	coordenada por
CPC	Código de Processo Civil



CPEREF	Código dos Processos Especiais de Recuperação da Empresa e de Falência
CP	Código Penal
CRCiv	Código do Registo Civil
CRCom	Código do Registo Comercial
CRP	Constituição da República Portuguesa
CSC	Código das Sociedades Comerciais
CSM	Conselho Superior da Magistratura
DL	Decreto-Lei
LC	Ley Concursal
loc. cit.	Local citado
n.º/n.ºs	número/números
ob. cit.	obra citada
pág./págs.	página/páginas
rel.	Relator
ROA	Revista da Ordem dos Advogados
ROC	Revisor Oficial de Contas
STJ	Supremo Tribunal de Justiça
TC	Tribunal Constitucional
TOC	Técnico Oficial de Contas
TRC	Tribunal da Relação de Coimbra
TRE	Tribunal da Relação de Évora
TRG	Tribunal da Relação de Guimarães
TRL	Tribunal da Relação de Lisboa
TRP	Tribunal da Relação do Porto
v.g.	Verbi gratia
Vol.	Volume

## ÍNDICE

DEDICATÓRIA	3
AGRADECIMENTOS	4
RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
PARTE I – DOS INCIDENTES DE QUALIFICAÇÃO DA INSOLVÊNCIA	12
Capítulo 1 - Natureza jurídica	13
Capítulo 2 - Tramitação dos incidentes de qualificação da insolvência	17
2.1. Tipos de incidente	17
2.2. Incidente pleno	18
2.2.1. Abertura do incidente	18
2.2.2. Parecer do administrador da insolvência	24
2.2.3. Parecer do Ministério Público	28
2.2.4. Tramitação ulterior	30
2.2.5. Sentença	34
2.3. Incidente limitado	35
2.3.1. Âmbito de aplicação	35
2.3.2. Tramitação	36
Capítulo 3 - Insolvência culposa	39
3.1. Tipos de insolvência	39
3.2. Âmbito subjetivo da insolvência culposa	41
3.3. Âmbito objetivo da insolvência culposa	44
PARTE II – DOS EFEITOS DA INSOLVÊNCIA CULPOSA – EM ESPECIAL DA INIBIÇÃO PARA O EXERCÍCIO DO COMÉRCIO E PARA A OCUPAÇÃO DOS CARGOS VEDADOS	50
Capítulo 1 – Efeitos da insolvência culposa	51
1.1. Considerações gerais	51
1.2. Da inibição para administrar património de terceiros	52
1.3. Da perda de créditos sobre a insolvência ou sobre a massa insolvente	54
1.4. Da responsabilidade civil pela insolvência culposa	56
Capítulo 2 - Da inibição para o exercício do comércio e para a	

ocupação dos cargos vedados	61
2.1. Considerações gerais	61
2.2. Natureza jurídica	63
2.3. Âmbito objetivo	65
2.4. Âmbito subjetivo	66
2.5. Regime jurídico	68
2.5.1. Graduação da medida	68
2.5.2. Registo	71
2.5.3. Início e termo do cumprimento da medida	71
2.5.4. Consequências da violação da inibição	72
CONCLUSÃO	73
BIBLIOGRAFIA	77
JURISPRUDÊNCIA CITADA	84
CITAÇÕES E ABREVIATURAS	88
ÍNDICE	90